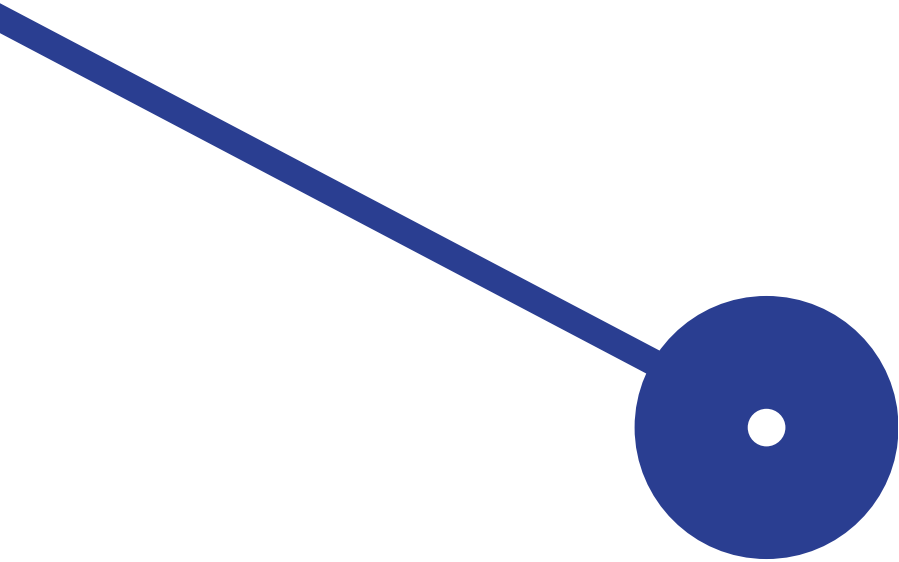


M

MESTRADO
Património, Artes e Turismo Cultural

**Arte e Cultura: Contributos para a
Valorização do Bairro do Lagarteiro**
Andreia Magalhães

24/2025



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Andreia Filipa da Silva Magalhães

Arte e Cultura como Elementos de Valorização do Bairro do Lagarteiro

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural

Orientação: Prof.^o Doutor Sérgio Veludo e Prof.^a Doutora Fátima Lambert

Porto, maio de 2025

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao fim deste percurso, não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para a concretização desta dissertação.

Aos meus orientadores, pela paciência, por acreditarem em mim e nas minhas capacidades e por todo o acompanhamento e disponibilidade ao longo de todo o processo. A vossa orientação foi muito importante para a concretização deste trabalho.

À coordenadora do projeto *Cercar-te no Lagarteiro*, Catarina Figueiredo, pela disponibilidade, generosidade e partilha de experiências, que enriqueceram a minha investigação. A todos os participantes que me acolheram e confiaram em mim, mudaram a minha forma de ver o bairro, que também é a minha casa. Este trabalho é também vosso.

À minha família, pelo apoio incondicional, pela paciência nos momentos difíceis e pelas palavras de incentivo que nunca faltaram. Agradecer também ao meu namorado, Leo, e às minhas melhores amigas, por tudo, sempre.

A todos, o meu mais sincero obrigada.

RESUMO ANALÍTICO

Esta dissertação parte de uma reflexão sobre o potencial da cultura e da arte como instrumentos para impulsionar e valorizar a comunidade do Bairro do Lagarteiro, focando-se no impacto das atividades culturais na transformação social e comunitária. Face à necessidade de uma abordagem mais agregadora, optou-se por analisar o quadro das políticas culturais em Portugal e os seus programas, nomeadamente aqueles que, através da arte e da cultura, trabalham para a inclusão das comunidades. Por outro lado, sustentámos a hipótese de que a concretização de um projeto inclusivo de arte urbana poderia constituir um caminho para desconstruir estereótipos e promover um sentimento de pertença e valorização da comunidade do Bairro do Lagarteiro.

Propõe-se, na etapa final desta investigação, o projeto *Iniciativa Bairro Criativo*, no âmbito do *Cercar-te no Lagarteiro – E9G*. Esta proposta surge na sequência de uma pesquisa inicial sobre os projetos atualmente em curso no bairro, tendo identificado o *Cercar-te no Lagarteiro – E9G*, como um projeto significativo, implementado pelo Espaço T. Foi possível acompanhar o projeto desde novembro de 2024 até ao presente momento, o que nos permitiu obter um conhecimento mais empírico das suas dinâmicas. A partir desse acompanhamento, surgiu a ideia de apresentar uma proposta a enquadrar no *Cercar-te*, tendo por principal objetivo a valorização do Bairro do Lagarteiro através da arte urbana. Ao encorajar a participação ativa da comunidade, pretendemos valorizar a comunidade local, assim construindo uma narrativa mais positiva e inclusiva do bairro. Com esta proposta espera-se transformar o espaço urbano num ambiente de convivência e expressão cultural e artística, estimulando o orgulho e o sentimento de pertença e identidade entre os moradores.

Palavras-chave: Arte Urbana; Bairro do Lagarteiro; Inclusão e Valorização Comunitária; Cercar-te – Espaço T; Projetos Culturais para e com a Comunidade.

ABSTRACT

This dissertation stems from a reflection on the potential of culture and art as instruments to empower and enhance the community of Bairro do Lagarteiro, focusing on the impact of cultural activities on social and community transformation. Faced with the need for a more inclusive approach, it was decided to analyse the framework of cultural policies in Portugal and their programmes, particularly those that, through art and culture, work towards the inclusion of communities. On the other hand, we supported the hypothesis that the implementation of an inclusive urban art project could represent a path to deconstruct stereotypes and promote a sense of belonging and community appreciation in Bairro do Lagarteiro.

In the final stage of this research, the project *Iniciativa Bairro Criativo* is proposed, within the framework of *Cercar-te no Lagarteiro – E9G*. This proposal arises from an initial investigation into the projects currently underway in the neighbourhood, having identified *Cercar-te no Lagarteiro – E9G* as a significant initiative, implemented by Espaço T. It was possible to follow the project from November 2024 to the present moment, which allowed us to gain more empirical knowledge of its dynamics. From this follow-up emerged the idea of presenting a proposal to be integrated into *Cercar-te*, with the main goal of valuing the Bairro do Lagarteiro through urban art. By encouraging the active participation of the community, we aim to enhance the value of the local population, thus building a more positive and inclusive narrative of the neighbourhood. With this proposal, we hope to transform the urban space into an environment of coexistence and cultural and artistic expression, fostering pride and a sense of belonging and identity among its residents.

Keywords: Urban Art; Bairro do Lagarteiro; Inclusion and Community Empowerment; Cercar-te – Espaço T; Cultural Projects for and with the Community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dona Rosa (mural no Porto pintado pelo artista Mr Dheo).....	35
Figura 2 - "O Caminho Menos Percorrido" de Paulo Ramunni na fachada do centro comercial Via Catarina (Fonte: https://www.viacatarina.pt/lifestyle/articles/viartes-viacatarina/).....	35
Figura 3 - Celebração dos 50 anos do 25 de abril no Terreiro do Paço, Lisboa (fonte: https://chmagazine.pt/celebracoes-dos-50-anos-do-25-de-abril-em-lisboa-arrancam-hoje-a-noite-no-terreiro-do-paco/)	36
Figura 4 - Street Art no Bairro Quinta do Mocho, no âmbito do projeto "O Bairro i o Mundo" (Fonte: https://arcadedarwin.blogs.sapo.pt/tag/miguel+brum)	39
Figura 5 - Visita á Galeria de Arte Pública (Fonte: https://arcadedarwin.blogs.sapo.pt/quinta-do-mocho-as-pinturas-335713)	47
Figura 6 - Mural feito pelos artistas Youthone e Moami (Fonte: Conta oficial de Instagram do Festival Infinito)	50
Figura 7 - Planta da cidade do Porto, com a localização de bairros de casas económicas e colónias operárias, 1945 (Fonte: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/474773/?q=bairros+soc)	60
Figura 8 - Localização dos Bairros Sociais Construídos entre 1901 e 1956 (Fonte: https://www.academia.edu/27130315/Os_bairros_sociais_no_espaco_urbano_do_Porto_1901_1956)	60
Figura 9 - Bairro do Lagarteiro : terrenos para construção em 1969 (Fonte: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/649384/?q=bairro+do+lagarteiro)	65
Figura 10 - Localização do Bairro do Lagarteiro (Fonte: https://mapcarta.com/pt/W451895979/Mapa)	65
Figura 11 - Construção dos primeiros blocos do Bairro do Lagarteiro, 1970 (Fonte: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/649390/?q=bairro+do+lagarteiro)	67
Figura 12 - Na frente, as estruturas antigas e degradadas do bairro, atrás blocos já requalificados (Fonte: https://arquitecturapanamericana.com/)	73
Figura 13 - Durante as obras de requalificação (Fonte: https://afaplan.com/projecto?id=177n)	74

Figura 14 - Durante as obras de requalificação (Fonte: https://afaplan.com/projecto?id=177n)	74
Figura 15 - Screenshot dos prémios e distinções do Espaço T (Fonte: https://espacot.pt/quem-somos#os-nossos-premios)	83
Figura 16 - Logotipo Cercar-te no Lagarteiro (Fonte: https://odslocal.pt/projetos/cercar-te-no-lagarteiro-e9g-missing-translation--1978?lang=EN)	87
Figura 17 - Galeria Comunitária Cercar-te no Lagarteiro (Fonte: Autora)	92
Figura 18 - Galeria Comunitária Cercar-te no Lagarteiro (Fonte: Autora)	92
Figura 19 - Atividade Artes Plásticas (Fonte: Autora)	94
Figura 20 - Atividade Artes Plásticas (Fonte: Autora)	94
Figura 21 - Aula de Breaking no Cercar-te no Lagarteiro (Fonte: Autora)	95
Figura 22 - Atividade de graffiti no interior (Fonte: Autora)	98
Figura 23 - Atividade de graffiti no exterior (Fonte: Autora)	96
Figura 24 - Parede destinada ao mural comunitário, localizada na entrada do bairro, no bloco 13 (Fonte: Google Maps)	119
Figura 25 - Campo de futebol destinado às oficinas e às reuniões comunitárias, situado em frente ao Cercar-te (Fonte: Google Maps)	119

GLOSSÁRIO

AMP – Área Metropolitana do Porto

ATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

CCI – Conselho Consultivo para a Interculturalidade

CESFOR – Centro de Empreendedorismo Social e de Formação

CMP – Câmara Municipal do Porto

C4I – Communication For Integration

GAP – Galeria de Arte Pública

IRHU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IBC – Iniciativa Bairros Críticos

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

OPP – Orçamento Participativo Portugal

PE – Programa Escolhas

PNA – Plano Nacional das Artes

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório

STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
METODOLOGIAS	16
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
1. CULTURA COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO.....	19
1.1. CULTURA E COESÃO SOCIAL.....	19
1.2. POLÍTICAS CULTURAIS NA INCLUSÃO SOCIAL	25
2. A ARTE URBANA NA TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS.....	32
2.1. A ARTE URBANA NA INCLUSÃO E REVITALIZAÇÃO DE BAIROS SOCIAIS	40
2.2. ESTUDOS DE CASO.....	43
2.2.1. O BAIRRO I O MUNDO – BAIRRO QUINTA DO MOCHO.....	43
2.2.2. FESTIVAL INFINITO – FESTIVAL DE ARTE URBANA DA TORRE	48
CAPÍTULO II – BAIROS SOCIAIS E O BAIRRO DO LAGARTEIRO.....	52
1. BAIROS SOCIAIS: HISTÓRIA E URBANISMO	52
2. BAIRRO DO LAGARTEIRO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL.....	65
2.1. A ATUALIDADE DO BAIRRO DO LAGARTEIRO	74
2.2. CONDIÇÕES, PROBLEMÁTICAS E ATUAÇÕES.....	76
3. PROJETOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS NO BAIRRO	81
3.1. ESPAÇO T – ASSOCIAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA.....	81
3.2. CERCAR-TE NO LAGARTEIRO	86
3.2.1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO	86
3.2.2. APROXIMAÇÃO E CONTACTO: TRABALHO DE CAMPO	93
CAPÍTULO III – PROPOSTA DE PROJETO	98
1. JUSTIFICAÇÃO	98
2. OBJETIVOS	107
3. INICIATIVA <i>BAIRRO CRIATIVO</i>	111
3.1. FASES DO PROJETO.....	112

3.1.1. CRONOGRAMA	116
3.2. RECURSOS, FINANCIAMENTO E PARCERIAS	118
3.2. ANÁLISE SWOT.....	120
3.1. PERSPETIVAS E CONTINUIDADE	123
BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
WEBGRAFIA	139
APÊNDICES.....	142
ANEXOS.....	146

INTRODUÇÃO

A presente dissertação investiga o potencial da arte e da cultura como ferramenta para a valorização do Bairro do Lagarteiro, um bairro social no qual as implementações de iniciativas culturais têm sido limitadas. Este estudo foca-se no impacto que essas atividades culturais podem ter na transformação social e comunitária, especialmente no que toca a questões como a coesão social, o aumento da autoestima dos moradores e o desenvolvimento das comunidades. Ao longo da dissertação, construímos um percurso que culmina na apresentação de uma proposta que se gostaria de implementar no contexto do *Cercar-te*. Esta proposta apresentada resulta de um levantamento inicial sobre os projetos em curso no Bairro do Lagarteiro, tendo-se identificado o *Cercar-te*, promovido pelo Espaço T. O acompanhamento deste projeto, entre 2024 e o presente, permitiu uma aproximação das suas dinâmicas e motivou a criação de uma proposta integrada.

A motivação para este trabalho advém de uma experiência pessoal. Tendo crescido e vivido no Bairro do Lagarteiro, a convivência direta com os desafios e estereótipos associados a este tipo de comunidades é uma realidade. Tendo frequentado escolas em que os alunos advinham, maioritariamente, de bairros sociais circundantes, testemunho como a cultura pode ser inacessível para muitos residentes, o que reforça o desejo de contribuir para a criação de medidas que possibilitam a acessibilidade destas comunidades à cultura. A cultura deve ser acessível a todos e, mais do que isso, valorizada dentro da própria comunidade, com o objetivo de promover a sua transformação de dentro para fora.

O objetivo principal da proposta apresentada é a valorização dos bairros sociais, através de intervenções de arte urbana que, desde o início, contem com a participação da comunidade. Mais concretamente, caso a implementação desta proposta seja bem sucedida, poderá mesmo ser considerada uma boa prática e estender-se quer no bairro, quer noutros espaços que possam beneficiar deste tipo de intervenções.

Em termos de estrutura, a dissertação organiza-se em três capítulos principais. O primeiro capítulo é dedicado à fundamentação teórica e à apresentação de estudos de caso. No

primeiro momento, analisamos o papel da cultura para a promoção da coesão social. Segue-se um estudo focado nas políticas culturais como ferramenta essencial para a integração de comunidades vulneráveis e historicamente excluídas dos círculos socioculturais. Neste contexto, considerou-se, desde o início, que a arte urbana seria o meio mais adequado para concretizar uma transformação social, revitalizar o espaço e reforçar o sentimento de pertença e autoestima das comunidades. Para exemplificar esta abordagem, apresentam-se dois estudos de caso de sucesso: o projeto *O Bairro i o Mundo*, desenvolvido no Bairro da Quinta do Mocho, em Lisboa e o *Festival Infinito*, um evento anual de arte urbana realizado no Bairro da Torre, também em Lisboa.

No segundo capítulo aborda-se inicialmente a realidade global dos bairros sociais, para enquadrar o caso do Bairro do Lagarteiro. Procede-se a uma breve análise histórica e urbanística para compreender a evolução e a situação presente, em particular no que respeita aos desafios que se colocam às respetivas comunidades. Posteriormente, caracteriza-se o Bairro do Lagarteiro, narrando a sua história, as condições e problemáticas existentes e as intervenções realizadas ao longo dos anos. No respeitante a este tópico privilegiou-se as fontes bibliográficas associadas a informações obtidas na proximidade ao terreno mediante os testemunhos de moradores, bem como perante o meu próprio testemunho, enquanto moradora. Segue-se a apresentação de projetos culturais e artísticos implementados no bairro, nomeadamente o *Cercar-te no Lagarteiro – E9G*, um projeto do Espaço T criado no âmbito do Programa Escolhas, e que promove a inclusão e o desenvolvimento social através da arte. Aqui é dada especial atenção à caracterização do Espaço T, do *Cercar-te* e ao trabalho de campo desenvolvido nesta investigação.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos a proposta de projeto resultante desta investigação e do trabalho de campo desenvolvido junto do *Cercar-te no Lagarteiro – E9G*. Este capítulo inicia-se com uma justificação que evidencia a necessidade e a relevância da iniciativa para a valorização cultural do Bairro do Lagarteiro. Em seguida, são definidos os objetivos gerais e específicos do projeto, alinhados com os seus desafios sociais e culturais. O capítulo conclui-se com a apresentação detalhada da proposta *Iniciativa Bairro Criativo*, uma iniciativa de arte urbana entendida como ferramenta que permite envolver a comunidade

através de um processo para criação de um mural comunitário. Ainda que esta proposta não tenha sido implementada, constitui uma hipótese de intervenção que procura demonstrar o potencial da arte e da cultura na valorização de comunidades muitas vezes estigmatizadas.

METODOLOGIAS

A investigação científica envolve a utilização de diversos métodos e técnicas que permitem a análise e compreensão de determinado fenómeno e, por essa razão, é o elemento mais importante da realização da dissertação. No contexto da presente investigação, foram adotados diferentes métodos de investigação para garantir uma abordagem fundamentada. O levantamento fotográfico e bibliográfico foram utilizados para fundamentar teoricamente o estudo, proporcionando uma revisão das principais fontes disponíveis relevantes para o tema em questão. O *storytelling* foi utilizado como uma forma de, através de algumas recordações de moradores, retratar a história e a atualidade do Bairro do Lagarteiro. Recorremos, em algumas situações, a notícias em jornais como o *Expresso* e o *Público*, para enriquecer esta dissertação com dados que não foram, à data de hoje, mencionados ou tratados em outros tipos de documento. Além disso, foram também desenvolvidas algumas entrevistas, com o objetivo de recolher informações que enriquecessem esta dissertação. Por fim, o trabalho de campo e o registo fotográfico desenvolvido foi fundamental para observar diretamente o contexto e a aplicação das iniciativas culturais no terreno, contribuindo para uma análise empírica e contextualizada.

No que diz respeito ao levantamento bibliográfico e recolha de materiais fotográficos, procedemos a uma investigação, recorrendo a diversas fontes que pudessem enriquecer a fundamentação da presente dissertação. Para além da consulta e análise de dissertações académicas, analisámos legislação pertinente, declarações oficiais e programas institucionais que oferecem a informação necessária ao enquadramento teórico do tema em estudo. A Constituição da República Portuguesa e a Declaração Universal dos Direitos Humanos foram elementos orientadores que não poderiam faltar quando tratamos de temas como o desta dissertação, dada a sua relevância na definição dos direitos culturais e sociais. Além disso, explorámos notícias e reportagens que refletem a história e o presente do Bairro do Lagarteiro, optando igualmente pela procura de documentação fotográfica. Este processo permitiu reunir um conjunto diversificado de referências, assegurando uma base sólida para a investigação.

Apesar da importância da recolha de bibliografia, o *storytelling* também foi um método de investigação muito importante. Enquanto método de investigação científica, o *storytelling* consiste na utilização de episódios utilizados por pessoas para descrever e interpretar experiências, ideias e conhecimentos. Segundo Serrat (2017), “Storytelling is the vivid description of ideas, beliefs, personal experiences, and life-lessons through stories or narratives that evoke powerful emotions and insights”. Diferente das abordagens tradicionais, que se baseiam em dados quantitativos ou na exposição objetiva de factos, o *storytelling* permite a articulação tanto dos aspetos factuais, como daqueles que são mais difíceis de expressar.

Ao integrar as vivências de testemunhos, este método de investigação contribui para uma análise mais rica e aprofundada, que permite captar nuances que poderiam não ser sequer mencionadas numa abordagem mais estruturada. A sua aplicação neste contexto é, assim, uma ferramenta importante para explorar as dinâmicas sociais e culturais do Bairro do Lagarteiro, assim como perceber as suas alterações ao longo do tempo, uma vez que os testemunhos utilizados pertencem a três gerações diferentes que presenciaram e viveram o Bairro do Lagarteiro de formas diferentes.

No entanto, não nos limitámos ao *storytelling*, tendo optado, em algumas ocasiões pela entrevista. A entrevista faz parte da diversidade de métodos que integra a investigação qualitativa utilizada como uma forma de recolha de dados utilizada na investigação, que envolve o planeamento de questões a colocar a determinada pessoa ou entidade. Neste caso, recorreremos à entrevista como uma ferramenta essencial para aprofundar o conhecimento sobre o projeto *Cercar-te no Lagarteiro*, entrevistando a sua coordenadora, Catarina Figueiredo, com o objetivo de identificar necessidades e sucessos que pudessem orientar a proposta de um novo projeto. Além disso, reunimos com Leonel Moraes, responsável pelo Espaço T, com a intenção de compreender melhor o trabalho desenvolvido por esta instituição e de apresentar a proposta de projeto, explorando potenciais fontes de financiamento e patrocínio que pudessem viabilizar a sua implementação.

Por fim, realizámos um trabalho de campo contínuo, que se estendeu desde novembro de 2024 até há data de hoje e que se irá manter, em regime de voluntariado, acompanhando de perto as atividades desenvolvidas pelo projeto *Cercar-te* no Lagarteiro desde novembro de 2024. Esta etapa permitiu a observação direta das dinâmicas do projeto e o envolvimento ativo nas iniciativas, possibilitando uma compreensão mais aprofundada do impacto que as ações culturais têm na comunidade. Durante este período foi estabelecida uma relação de proximidade com as crianças e jovens participantes, o que favoreceu a recolha de dados, principalmente no que toca ao seu envolvimento e nível de compromisso com as atividades, que foi bastante positivo. Além disso, procedemos também ao registo fotográfico dos ateliês, documentando momentos que ilustram a interação entre os participantes, a receção das iniciativas culturais e a forma como estas contribuem para a valorização do território e da identidade local.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. CULTURA COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO

1.1. CULTURA E COESÃO SOCIAL

Podemos, de um ponto de vista mais formal, entender coesão social como

“um conceito estabelecido pela União Europeia, para estimular a geração de políticas públicas que tenham como eixo central a integração social no mundo globalizado, considerando valores fundamentalmente baseados em aspectos inclusivos que são o ponto de partida para a propensão de uma sociedade mais justa (...)” (Asencio, 2022, p.3).

Para Khan (2024), a coesão social refere-se ao grau de solidariedade, união e apoio que une os membros de uma sociedade, sendo um dos mais importantes alicerces para a construção de comunidades mais harmoniosas e resilientes. A coesão social envolve a partilha de valores e regras comuns e o sentimento de pertença, o que contribui para comunidades mais unidas e o trabalho em equipa entre os membros da sociedade. Na mesma lógica de pensamento, Meer (2014), define coesão social da seguinte forma:

Social cohesion may be regarded as the degree of interconnectedness between individuals that is both a result and cause of public and civic life. It encompasses feelings of commitment, trust, and norms of reciprocity and is demonstrated by participation in networks and civic organizations. (idem, p. 460-461).

Este conceito não se estende apenas à ausência de conflitos, abrangendo valores fundamentais como a igualdade de oportunidades, a justiça social e a promoção da participação ativa dos cidadãos, criando sociedades coesas que tendem a desenvolver laços mais fortes, caracterizados pela confiança mútua e pelo compromisso em criar condições que garantam o bem-estar coletivo. Um importante indicador de coesão social é a participação social dos indivíduos, uma vez que estimula “a sense of responsibility, solidarity, and collective problema-solving, strengthening social ties and promoting inclusivity” (Khan, 2024, p.42).

Porém, e apesar de tudo, alcançar este nível de coesão em contextos marcados pela diversidade cultural e social, frequentemente acompanhados pela discriminação e preconceito, torna-se um desafio. É neste campo que a cultura se insere, funcionando não só como uma expressão simbólica das identidades coletivas, mas também como uma ferramenta para criar estratégias que unem os diferentes grupos sociais. Através da promoção do diálogo, da compreensão mútua e da valorização da diversidade, iniciativas culturais – como eventos comunitários, projetos artísticos e educativos, ou intervenções culturais em espaços públicos – oferecem oportunidades de interação. Khan (2024) defende que

Building bridges across cultural divides through initiatives such as intergroup communication workshops, community engagement programs, and cultural exchange events can help foster empathy, mutual respect, and solidarity among groups. Additionally, addressing structural inequalities and promoting inclusive policies that recognize and accommodate the diverse needs and perspectives of all members of society are essential steps toward enhancing social cohesion. (idem, p. 44).

Tal como defende Khan (2024), promover a coesão social envolve a criação de espaços de diálogo e partilha entre grupos diversos, mas também a adoção de políticas inclusivas que sejam capazes de responder às necessidades das comunidades, algo que iremos abordar em profundidade no tópico seguinte. Com inspiração nesta ideologia, a presente dissertação termina com a proposta de uma intervenção cultural e artística a ser implementada em contexto de um bairro social, onde, através de atividades artísticas desenvolvidas com a comunidade, se pretende valorizar o bairro e os seus moradores, promovendo o diálogo e o aumento da sua autoestima e, assim, contribuindo para que este construa uma comunidade mais harmónica e sustentável.

A relação entre cultura e coesão social está intrinsecamente ligada aos princípios de inclusão e acessibilidade cultural, elementos fundamentais para assegurar que a participação no tecido cultural seja verdadeiramente universal. Quando políticas culturais inclusivas são implementadas, garantem o acesso de todas as pessoas, independentemente de condições socioeconómicas, geográficas ou físicas, promovendo a valorização individual e coletiva.

Fostering cultural capability and personal cultural expression socially activates vulnerable groups and promotes real integration. At the same time, positive individual results are often achieved, because creative activities reach beyond the tools normally used. Creation of a socio-aesthetic space allows participants to try and test individual ways of action, shaping a collective, collaborative process. (Comissão Europeia, From Social Inclusion to Social Cohesion – the role of Cultural Policy, 2019, p. 39)

Este trabalho é particularmente relevante em bairros sociais ou comunidades vulneráveis, onde o acesso à cultura pode ser um ponto de partida para reduzir desigualdades, fomentar o sentimento de pertença e reforçar a participação ativa na sociedade. Oficinas de teatro, exposições e programas de educação artística em escolas de áreas marginalizadas exemplificam como a cultura pode transformar a vida dos indivíduos, provando-lhes que esta é para todos. Além disso, é importante que as autarquias locais valorizem e reconheçam a memória e o património locais, criando estratégias que fortaleçam a identidade comunitária e projetem narrativas positivas sobre territórios estigmatizados.

Este impacto - identidade comunitária e narrativas positivas sobre territórios estigmatizados - não se limita a pequenos projetos ou iniciativas locais de média escala, tornando-se ainda mais evidente em projetos de larga escala apoiados por instituições com mais nome e mais fundos. Um exemplo de como a cultura pode transformar territórios são as Cidades Criativas, conceito promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) através da Rede de Cidades Criativas, criada em 2004.

O principal objetivo desta Rede consiste em estimular a cooperação entre cidades que valorizam e reconhecem a criatividade como um elemento indispensável para o desenvolvimento urbano, assumindo como compromisso o investimento na cultura e na criatividade e o seu uso para criar estratégias que combatam os desafios sociais, económicos e ambientais das cidades, promovendo o crescimento inclusivo e sustentável.

A Rede de Cidades Criativas foi criada pela UNESCO, em 2004, e procura desenvolver a cooperação internacional entre cidades que identificam a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento sustentável. A Rede tem por objetivos a promoção e fortalecimento das indústrias culturais a nível local e a cooperação ativa a nível internacional. (Delegação Permanente de Portugal Junto da UNESCO, s.d).

Ao fomentar a criação de redes de colaboração entre as cidades participantes, a UNESCO valoriza os recursos culturais e criativos locais, incentivando a inovação, o diálogo intercultural e a participação ativa das comunidades. Esta abordagem não só contribui para reforçar a identidade cultural dos territórios, como também para a coesão social e para a criação de oportunidades de transformação social, uma vez que, ainda que de forma indireta contribui para o desenvolvimento do território. Em Portugal foram nomeadas, até hoje, nove Cidades

Criativas¹. O papel da cultura e da criatividade no desenvolvimento urbano sustentável tem vindo a ser amplamente reconhecido por organismos internacionais, como a UNESCO que considera as:

Urban areas are the principal breeding grounds for the development of new strategies, policies and initiatives aimed at making culture and creativity a driving force for sustainable development and urban regeneration. Through innovation and the promotion of social cohesion, as well as citizen well-being and inter-cultural dialogue, cities respond to global contemporary challenges, such as economic growth, health crises, environmental impacts, and social tensions. (UNESCO, s.d.).

Além disso, as cidades criativas demonstram preocupação em integrar a cultura nas políticas públicas locais, estimulando a participação e fruição cultural ativa, enquanto promove a inovação nos setores culturais. Estas estratégias fazem com que a cultura se torne um catalisador para o desenvolvimento social e territorial, ou seja, o estímulo à participação cultural, aliado ao apoio ao setor, cria um ecossistema onde a cultura é preservada e utilizada como agente de transformação e inovação.

A cooperação multissetorial promovida pela UNESCO facilita a partilha de boas práticas e a conceção de soluções colaborativas entre cidades, aumentando a eficácia das iniciativas culturais e reforçando a capacidade das comunidades locais para enfrentar os desafios urbanos. Este modelo, destaca-se como indispensável para construir cidades mais equilibradas e humanas, onde a cultura desempenha um papel central na promoção de um futuro mais inclusivo e justo para todos os cidadãos.

It is first and foremost at the local level that culture and creativity are preserved, lived, practiced and innovated on a daily basis. It is therefore by stimulating cultural sectors, supporting creation and cultural professionals, promoting citizens' cultural participation, and approaching the public sphere with a new perspective that public authorities, in cooperation with the private sector and civil society, can make a difference, and support a more sustainable urban development suited to the practical needs of the local population. Multilevel cooperation and knowledge-sharing are crucial to leverage creativity for urban development and conceive new solutions to common challenges at the local level around the globe. In this regard, UNESCO's Creative Cities Network offers unparalleled opportunities for cities to draw on peer learning and collaborative initiatives, to fully capitalize on their cultural assets and use them as founding pieces for sustainable, inclusive and balanced development across economic, social, cultural and environmental dimensions. (UNESCO, s.d.).

¹ Idanha-a-Nova, Cidade Criativa na categoria música (2015); Óbidos, Cidade Criativa na categoria literatura (2015); Amarante, Cidade Criativa na categoria música (2017); Barcelos, Cidade Criativa na categoria artesanato e arte popular (2017); Braga, Cidade Criativa na categoria artes mediáticas (2017); Leiria, Cidade da Música (2019); Caldas da Rainha, Cidade Criativa na categoria artesanato e artes populares (2019); Santa Maria da Feira, Cidade Criativa na categoria gastronomia (2021); Covilhã, Cidade Criativa na categoria design (2021)

Assim, entendemos que a cultura vai além das manifestações artísticas ou simbólicas, assumindo-se também como um elemento estruturante das sociedades. A cultura emerge como uma ferramenta essencial para construir cidades mais inclusivas e sustentáveis, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdades, reforçando a cidadania e a participação das populações na sociedade. Como referem Aderaldo & Raposo (2019, p. 113), “a arte e a cultura emergiram como dispositivos tanto para solucionar problemas sociais, como para estimular uma ‘cidadania cultural’ entre aqueles que são considerados ‘jovens’ e ‘periféricos’”.

Particularmente nas comunidades mais vulneráveis, a exclusão social está frequentemente associada a desigualdades estruturais, como as económicas, sociais e geográficas. Neste cenário, a cultura revela-se uma ferramenta estratégica para promover a inclusão e quebrar as barreiras que limitam a participação comunitária. Ao considerar estes elementos, evidencia-se o papel estratégico da cultura na promoção da inclusão social, aspeto destacado por Aderaldo & Raposo (2019), que exploram como práticas culturais têm sido usadas para combater a exclusão e fortalecer comunidades.

Isto pode acontecer pelo reconhecimento das práticas culturais de determinadas minorias, o que tem um profundo impacto na autoestima dessas pessoas, fortalecendo os laços entre os membros da comunidade. Os autores Aderaldo & Raposo (2019), destacam que os jovens proeminentes de comunidades vulneráveis têm vindo a integrar-se, cada vez mais, e de forma significativa no tecido cultural, agindo como agentes de inovação, servindo-se das artes como plataforma para questionar as desigualdades e construir narrativas próprias.

Isto é bastante claro tanto nas favelas cariocas (Raposo 2012) e periferias paulinistas (Nascimento 2011; Macedo 2016; Aderaldo 2017), nos bairros sociais lisboetas (Raposo 2010; Henriques 2016), onde jovens negros oriundos de núcleos sociais subalternizados se tornaram agentes de inovações musicais, estéticas, plásticas, poéticas e performativas, além de representantes de novas posturas e modalidades de inserção política nos espaços urbanos. Muitos deles marcam a sua presença na cena pública através da arte e da cultura, justamente na tentativa de influenciar as sociedades em que vivem. (idem, p. 112).

Entendemos, portanto, que estes jovens atuam, igualmente, como agentes culturais, utilizando a expressão artística para questionar as situações em que vivem, mas também para afirmar a sua identidade e construir novas narrativas que contrariam os estigmas sociais associados aos territórios de que fazem parte. É justamente nesta lógica que se inscreve a

proposta apresentada na etapa final desta dissertação: através de práticas artísticas desenvolvidas com a comunidade de um bairro social, procuramos criar espaços de valorização da comunidade e, como resultado, do seu território. Promovemos, assim, a construção de narrativas positivas e partilhadas, com base nas vivências da comunidade e na sua expressão artística.

A inclusão cultural, portanto, não se limita à oferta de atividade, exigindo também o reconhecimento e a valorização da diversidade de vozes e experiências, garantindo que todos, sem exceção, possam participar, criar e beneficiar das dinâmicas culturais. Nesse sentido, a cultura, quando acessível e inclusiva, transcende o papel de mero entretenimento, tornando-se um vetor de transformação social que impacta positivamente a qualidade de vida e promove sociedades mais justas e igualitárias.

Ao integrar a arte e a cultura no quotidiano das populações, amplia-se a sensibilidade para as expressões artísticas, fomenta-se a formação de públicos e estreitam-se as relações entre os setores culturais e educativos. Esta abordagem integrada contribui para o desenvolvimento sociocultural dos indivíduos, promovendo competências fundamentais para a inovação, enquanto reforça a cidadania e estimula a participação ativa nas comunidades.

Tal como a Comissão Europeia menciona, no documento *From Social Inclusion to Social Cohesion – the role of Cultural Policy* (2019), não devemos assumir que as artes sejam uma solução, por si só para a promoção da inclusão social. Porém, quando trabalhadas em articulação com outros setores, podem contribuir significativamente para combater a exclusão social e os desafios que lhes são inerentes. Por outras palavras,

One cannot assume that the arts are a panacea for effective social inclusion on their own. However, in partnership with other sectors, culture can deliver a robust response to exclusion and the compound challenges presented by the dynamic and complex nature of poverty and marginalisation (idem, p. 11).

Deste modo, a coesão social, quando apoiada por estratégias culturais inclusivas, transcende o seu papel inicial de mitigação de desigualdades para se transformar num motor de desenvolvimento humano e territorial. A cultura, enquanto vetor de transformação, oferece às comunidades vulneráveis ferramentas para a construção de uma cidadania plena e

participativa, fortalecendo as suas identidades e projetando uma visão de futuro mais justa e equilibrada. Assim, reforça-se que o investimento em políticas e iniciativas culturais inclusivas não é apenas uma resposta aos desafios urbanos contemporâneos, mas um imperativo para assegurar o bem-estar e a equidade nas sociedades do presente e do futuro.

1.2. POLÍTICAS CULTURAIS NA INCLUSÃO SOCIAL

As políticas culturais desempenham um papel central na promoção da inclusão social, sendo através delas que é possível garantir o acesso equitativo à cultura e ampliar a integração de comunidades vulneráveis no tecido social. Estas políticas são fundamentais para assegurar que o direito à cultura, consagrado tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 27º, nº 1)², como na Constituição da República Portuguesa (art. 73º, nº 1), se torne uma realidade acessível a todos, independentemente de barreiras económicas, sociais ou culturais.

De acordo com o artigo 78.º, nº 2, alínea a) da Constituição, que aborda a fruição e criação cultural, reconhece-se que todos têm direito à fruição e criação cultural, reconhecendo a cultura como um bem coletivo e essencial para a identidade e coesão social. Cabe ao Estado, em colaboração com os agentes culturais, “incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio” (Constituição da República Portuguesa, art. 78.º, nº 2, alínea a)).

A democratização da cultura é um conceito central para garantir que as atividades culturais e os benefícios que estas proporcionam sejam acessíveis a todos os membros da sociedade. Atualmente, reconhece-se não só a cultura como um direito fundamental, mas também o seu papel enquanto veículo essencial para a promoção da coesão social, inclusão e igualdade de oportunidades. Nesse sentido, as políticas culturais desempenham um papel crucial ao definir estratégias que ampliem o acesso à cultura e promovam a participação ativa das comunidades, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade.

² “1. Everyone has the right freely to participate in the cultural life of the community, to enjoy arts and to share in scientific advancement and its benefits.”

Como estabelece o Artigo 73.º, nº 1 e 3, da Constituição, "todos têm direito à educação e à cultura" e o Estado tem o dever de promover

a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais. (Constituição da República Portuguesa, art. 73.º, nº 1 e 3).

No contexto português, as políticas culturais têm-se focado em iniciativas capazes de promover tanto a democratização da cultura, como a diversidade cultural. A democratização da cultura procura ampliar o acesso dos cidadãos às produções culturais e artísticas, enquanto a diversidade cultural prioriza a valorização e a integração das diferentes identidades e expressões culturais que compõem a sociedade. Um exemplo prático do esforço para democratizar o acesso à cultura é o programa *Cultura para Todos*, vencedor nacional da primeira edição do Orçamento Participativo Portugal (OPP). Este programa visa alargar o acesso à cultura a populações desfavorecidas e grupos marginalizados, promovendo uma abordagem descentralizada através de parcerias com câmaras municipais, juntas de freguesia e associações locais. Esta estratégia permite levar atividades culturais a territórios menos servidos por infraestruturas culturais, trabalhando para incentivar a participação ativa das comunidades na fruição e criação cultural, fomentando assim uma maior coesão social.

A democratização da cultura, refletida no *Cultura para Todos*, é um conceito chave para assegurar que as atividades culturais e os benefícios que delas advêm sejam acessíveis a todos os membros da sociedade, reconhecendo, além do direito fundamental à cultura, o seu papel enquanto veículo essencial para a promoção da coesão social, da inclusão e da igualdade de oportunidades. Esta democratização não se refere apenas aos preços simbólicos praticados pelas instituições culturais, mas também ao tratamento da cultura como algo que deve estar presente no quotidiano de cada um, acessível em todos os territórios, e é nisso que o programa *Cultura para Todos* se foca.

É um conceito que aborda o acesso à cultura como uma temática transversal, quer através da programação descentralizada, da facilitação de estruturas e infraestruturas de criação por todo o território, do primeiro contacto com a expressão artística acessível a todos através da escola pública, ou da existência de lugares que apelem ao desenvolvimento de produtos culturais sem olhar à capacidade económica do cidadão. (Câmara Municipal de Guimarães, 2018, p. 15)

Um outro exemplo relevante de práticas culturais inclusivas é o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Museu Nacional Soares dos Reis, que tem implementado medidas inovadoras para tornar as suas exposições mais acessíveis a um público diverso.³ Entre as iniciativas, destaca-se a utilização de uma linguagem inclusiva nos textos explicativos, que são simplificados e cuidadosamente adaptados para atender a diferentes níveis de compreensão cognitiva. Esta abordagem toma como objetivo garantir que as informações sejam compreensíveis para pessoas de todas as idades, formações e condições, promovendo uma experiência cultural mais democrática. Os textos são elaborados para evitar complexidade ou extensão excessiva, sendo sempre curtos, objetivos e organizados de forma clara. Além disso, seguem um alinhamento à esquerda, uma escolha que facilita a leitura, especialmente para pessoas com dificuldades visuais ou de processamento textual. Estas adaptações refletem o compromisso do museu em criar um ambiente acolhedor e inclusivo, que convida todos a explorar a cultura de maneira significativa e sem barreiras. Para além disso, esta postura proativa é um exemplo de como as instituições culturais podem desempenhar um papel ativo na promoção da inclusão social e no acesso universal à cultura. Esta atuação do MNSR vai de encontro à mais recente definição de museu, que o define como

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que investiga, coleciona, preserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, fruição, reflexão e troca de conhecimentos. (ICOM, 2022).

Assim, compreendemos os museus como um espaço que, para além da sua função tradicional de conservar, estudar e divulgar o património cultural. Trata-se, na mesma prioridade, de uma instituição que deve assumir um papel ativo na sociedade, sendo acessível e inclusiva, promovendo a diversidade e incentivando a participação das comunidades.

Podemos também destacar a abertura de um concurso, pelo *Programa Regional do Centro (CENTRO 2030)*, para apoiar a arte e a cultura como meios de inclusão social. Este concurso abriu com o objetivo de financiar projetos que “visam promover a inclusão social de grupos particularmente vulneráveis, através de iniciativas e atividades de expressão artística e

³ Informações recolhidas em contexto de aula com o professor António Ponte, atual diretor do MNSR, durante a utc Museologia, lecionada no terceiro ano da licenciatura em Gestão do Património Cultural na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

cultural por e para grupos desfavorecidos, garantindo o acesso e a fruição de atividades e bens, assim como o seu envolvimento nos próprios processos de produção e representação de formas de expressão artística” (Centro 2030, 2024). É neste contexto que surge a iniciativa *Inclusão pela Cultura*, centrada em proporcionar o acesso e a fruição de bens culturais, a e incentivar a participação ativa de comunidades desfavorecidas nos processos de criação e representação artística. Este programa reconhece a arte e a cultura como ferramentas fundamentais para a coesão social, promovendo o consumo cultural, mas também o envolvimento direto dos indivíduos na produção de formas de expressão que valorizem a diversidade e fortaleçam os laços comunitários.

Assinale-se a *Acesso Cultura*, uma associação sem fins lucrativos que promove a acessibilidade física, social e intelectual à cultura. Com um forte compromisso com a inclusão, trabalha para eliminar as barreiras que dificultam o acesso à cultura por parte de diferentes públicos, nomeadamente pessoas portadoras de deficiência, comunidades desfavorecidas e grupos marginalizado. A *Acesso Cultura* trabalha na criação de condições para proporcionar uma experiência cultural mais equitativa, tendo como um dos seus objetivos “contribuir para a preparação técnica dos profissionais da cultura em questões de acesso e inclusão de forma a promover a mudança no terreno”⁴, sendo, portanto, uma força naquilo que é a construção de um setor cultural mais aberto e acessível, onde a participação ativa e a representatividade sejam elementos centrais.

Apesar do impacto positivo e do grande potencial destas iniciativas, a verdade é que, frequentemente, a sua implementação enfrenta uma série de desafios que limitam a eficácia das suas ações. Entre os principais entraves estão a escassez de recursos financeiros e humanos, a dificuldade em alcançar e estabelecer uma relação com comunidades marginalizadas e mesmo a falta de envolvimento por parte do público-alvo destes projetos. Além disso, não nos devemos esquecer da falta de infraestruturas culturais em algumas regiões e a

⁴ Citação retirada do site oficial da Acesso Cultura, disponível em <https://acessocultura.org/quem-somos/missao-visao-valores-definicoes/>

necessidade de articulação eficaz entre diferentes entidades, como órgãos governamentais, associações culturais e organizações locais.⁵

Os desafios enfrentados por estas iniciativas reforçam a necessidade de um compromisso renovado e articulado entre entidades governamentais, instituições culturais e educativas e associações locais, que desempenham papéis fundamentais na implementação e execução destas políticas. A Estratégia 2024-2029 do *Plano Nacional das Artes (PNA)* surge como uma resposta às lacunas estruturais e propõe medidas concretas para democratizar o acesso à cultura e promover a coesão social. Entre as prioridades identificadas pelo PNA está a descentralização das atividades culturais, a valorização dos agentes locais e a criação de parcerias com escolas, municípios e associações, assegurando que a cultura seja efetivamente um direito e não um privilégio, como nos é confirmado pelo objetivo de “garantir o acesso das pessoas à fruição artística e à produção cultural, corrigindo as desigualdades nesse acesso (sociais, económicas ou territoriais)” (Plano Nacional das Artes, 2024, p. 19)

Para além disso, o PNA também define como linha estratégica, a articulação entre educação e cultura, reforçando o papel fundamental que as escolas e instituições de ensino têm na transformação das comunidades. Esta articulação reflete-se na dinamização de redes de reflexão e colaboração que aproximem a comunidade educativa das artes e do património, criando ambientes de ensino mais integradores e culturalmente ricos. O objetivo não se limita à fruição cultural, estendendo-se à formação integral de crianças e jovens enquanto agentes culturais ativos nos seus territórios.

Adicionalmente, o documento *Acting for the Recognition of Culture as a Global Public Good*, da UNESCO, reforça que as crescentes desigualdades tornam ainda mais evidente a necessidade de garantir que todos os indivíduos possam aceder, participar e contribuir para a vida cultural. Este acesso desigual à cultura é um reflexo de desigualdades mais amplas e, ao fortalecer os direitos culturais, caminhamos para um cenário onde é possível, através da cultura, promover a inclusão social e combater a discriminação e outras desigualdades.

⁵ Exemplos baseados na experiência durante o trabalho de campo com o *Cercar-te no Lagarteiro*.

(...) rising inequalities have shed new light on the critical importance of enforcing equal access, participation and contribution to cultural life. Since unequal access to culture is a component of the multifaceted nature of inequalities, by enhancing the exercise of cultural rights, societies can catalyse social inclusion processes, closely aligning with efforts to combat discrimination, racism and global inequalities (...). (Acting for the Recognition of Culture as a Global Public Good, 2024, p. 9)

No entanto, o direito à cultura não se limita ao acesso (consumir cultura), mas também envolve a participação ativa na sua criação e desenvolvimento. Da mesma maneira, a inclusão de comunidades vulneráveis no circuito cultural não depende apenas da oferta de eventos culturais descentralizados, mas também de um esforço para criar conteúdos culturalmente significativos e representativos para essas comunidades. Este princípio é especialmente relevante em Portugal, onde territórios como bairros sociais enfrentam estigmatização e exclusão cultural. Iniciativas como o *Cultura para Todos* e o *Inclusão pela Cultura* exemplificam a aplicação prática destas orientações, ao focarem-se tanto na democratização da fruição cultural como na participação ativa das populações-alvo nos processos de criação artística.

Paralelamente, o documento *UNESCO Framework on Culture and Arts Education* evidencia e reconhece o papel central da cultura e das artes na educação, uma vez que a introdução de práticas educativas baseadas na arte, especialmente em contextos escolares, contribui para o fortalecimento de competências como a criatividade e a autoexpressão. Reconhece-se então que “culture and the arts play a vital role in the flourishing of human imagination, creativity and self-expression, which nurtures exploration, curiosity, and expands the possibilities of creation, while opening up social and economic prospects for all learners, particularly in the cultural and creative industries.” (UNESCO Framework on Culture and Arts Education, 2024, p. 2). Assim, a integração da cultura e das artes na educação é uma estratégia essencial para garantir que as futuras gerações possam fruir de um ambiente mais inclusivo e diversificado, onde a cultura não é um privilégio de alguns, mas sim um direito de todos.

Deste modo, a implementação de políticas culturais inclusivas é um passo fundamental para a promoção da coesão social e da democratização do acesso à cultura. Através de programas como o *Cultura para Todos* e *Inclusão pela Cultura*, bem como das estratégias delineadas pelo Plano Nacional das Artes e pelas diretrizes internacionais da UNESCO, é possível criar um ecossistema cultural mais acessível, representativo e equitativo. No entanto, estes esforços devem ser acompanhados de um compromisso real por parte dos diferentes governos,

instituições culturais e da sociedade civil, garantindo que o direito à cultura seja uma realidade concreta e não apenas um ideal ou uma promessa.

Em última análise, a cultura é, atualmente, e cada vez mais, reconhecida como sendo mais do que um meio de entretenimento, sendo também um vetor de transformação social, capaz de reduzir desigualdades, fortalecer identidades e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Para que isso se torne uma realidade, é essencial que as políticas culturais continuem a evoluir, respondendo às necessidades das populações mais vulneráveis e assegurando que a cultura, enquanto direito fundamental, seja efetivamente acessível a todos.

2. A ARTE URBANA NA TRANSFORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Ao longo da história, a arte tem sido um meio poderoso de expressão, comunicação e transformação social. Quando nos referimos ao seu papel na inclusão e revitalização de territórios, falamos na forma como diferentes manifestações artísticas podem contribuir para reconfigurar o espaço urbano, reforçar a identidade local e promover a participação ativa das comunidades nos processos culturais. Entre as mais variadas formas de expressão artística, a arte urbana destaca-se como uma ferramenta particularmente eficaz na requalificação de espaços e na criação de narrativas coletivas, sendo um dos meios mais acessíveis e democráticos de produção e fruição cultural.

Outro ponto relevante da arte urbana é o seu caráter inclusivo e acessível. Diferente das galerias tradicionais, onde a arte está confinada a um espaço específico, a arte nas ruas é democrática e interage diretamente com as pessoas em seu cotidiano. Esse contato imediato muitas vezes provoca reações espontâneas e faz o público pensar sobre temas importantes, como sustentabilidade, igualdade e identidade cultural. Além disso, muitos projetos incentivam a participação dos moradores, que se tornam coautores das obras, aumentando o sentimento de pertencimento e a valorização da comunidade. (Barquinha & Arte, 2024).

A arte urbana tem, segundo Boas (2019, p. 31), raízes profundas na evolução dos movimentos artísticos do século XX, sendo fortemente influenciada pelas vanguardas europeias e pela arte conceptual. Movimentos como o dadaísmo, por exemplo, desafiaram a definição tradicional da arte, colocando em perspectiva o seu valor, os seus suportes e os seus espaços de exposição. Estes questionamentos culminaram na emergência da arte conceptual no final dos anos 60 do século XX, uma corrente que, ainda segundo o mesmo autor, pode ser entendida como

o movimento artístico em que a obra de arte se baseia na significação e na interpretação, abandonando os princípios visuais e estéticos e tornando-se num conceito, numa ideologia ou pensamento. O que identifica a obra de arte conceptual e lhe atribui um significado e um valor é o seu conteúdo e o designio com que é produzida. (idem, p. 9)

Neste sentido, entende-se a arte conceptual como uma das maiores impulsionadoras da arte urbana contemporânea. Com a introdução de novas formas de expressão e com a intenção de afastar as obras dos espaços fechados, este movimento fez com que uma nova época surgisse na arte, caracterizada pela presença da arte no espaço público, onde se contrariou o elitismo e a arte passou a fazer parte do quotidiano de qualquer um. Foi ainda uma época marcada

pelo desenvolvimento de estratégias que fossem capazes de projetar a arte a um público maior, fazendo com que o diálogo entre a arte e o público passasse a ser mais evidente.

A arte conceptual é certamente uma das influências e impulsionadora da arte urbana conhecida atualmente. Apresentando novas formas de expressão e procurando afastar as obras de espaços fechados, como museus e galerias, este movimento despertou uma época fortemente caracterizada pela intervenção no espaço público, na qual os artistas usavam a rua e contrariavam o elitismo e exclusividade da arte. Foi um movimento artístico onde se desenvolveram estratégias com o objetivo de levar a arte a um público mais abrangente ao mesmo tempo que marcavam os espaços de múltiplas formas. É com o surgimento da arte conceptual que a relação entre a obra de arte e o público passa a ser mais clara e evidente. (Boas, 2019, p. 10)

É a partir deste ponto que, entre 1960 e 1970, a arte urbana começa a afirmar-se como um movimento independente, tendo como grande tela as cidades, servindo-se delas para criar formas de manifestação artística, impulsionadas pelo desejo de democratizar a arte e contestar estruturas sociais. É neste contexto que o *graffiti* surge como um dos primeiros formatos da arte urbana⁶ contemporânea, especialmente em cidades como Nova Iorque, onde jovens de comunidades marginalizadas utilizaram a pintura e a caligrafia estilizada para reivindicar espaço e identidade. Inicialmente, esta prática não foi bem recebida, mas tem vindo a ser reconhecido como uma forma de expressão artística legítima, dando origem ao que hoje se entende por *street art*.

Historicamente, a arte urbana surge em grande parte como um movimento de contracultura, com o grafite sendo associado a rebeldia e à expressão de minorias e subculturas. Mas o que antes era visto como vandalismo tem evoluído para uma forma respeitável e influente de arte pública, agora presente em grandes cidades como Lisboa e Porto, e até mesmo em áreas suburbanas e rurais. (Barquinha & Arte, 2024.)

No caso do Porto, a perspetiva sobre a arte urbana começou a ter outros contornos quando passou a ser reconhecida em contexto autárquico. Em 2014, a Câmara Municipal do Porto deu início a uma mudança significativa na sua abordagem à arte urbana, passando a valorizá-la como expressão artística e integrando-a na paisagem urbana. O *Programa de Arte Urbana do Porto*, inaugurado em 2014, é um projeto que promove a expressão artística no espaço público e que tem contribuído para a transformação visual da cidade. A implementação de projetos como o Mural Coletivo da Restauração oferecem um espaço rotativo para os artistas

⁶ É comum que se associe a arte urbana ao *graffiti*, o que está correto, uma vez que a arte urbana é, de facto, uma vertente deste estilo artístico. Porém, os dois não são sinónimos, uma vez que ambos têm os seus próprios estilos, técnicas e propósitos.

se expressarem, atualmente com uma regularidade anual, seguindo uma temática e uma regulamentação imposta pelo programa.⁷

Teixeira (2015), define a arte urbana como aquela que acontece em espaço público, que se realiza na rua da cidade, tendo como “objectivo alcançar o maior número de pessoas. Podem ser pinturas, esculturas, instalações, pode ser tudo o que pertence ao mundo da arte em contexto de rua.” (idem, p. 22).

Esta definição enfatiza a natureza democrática e acessível da arte urbana, uma vez que, ao contrário das manifestações artísticas confinadas a galerias e museus, esta manifestação artística privilegia o contacto direto e espontâneo com o público. Note-se que a arte urbana não se limita a um único suporte ou técnica, abrangendo uma diversidade de manifestações.

Outro aspeto relevante desta definição é o impacto que a arte urbana tem no quotidiano das cidades e no envolvimento da comunidade. Ao inserir-se no espaço público, esta forma de expressão artística transforma o ambiente urbano, podendo dar uma nova vida a espaços que estejam em estado de degradação. Em muitos casos, também provoca o público, na medida em que estimula o diálogo e a reflexão, assim como a interação com o espaço onde estão inseridas.

Embora utilizadas como sinónimo uma da outra, *street art* e arte urbana são estilos de arte distintos. Como explica Saturnino (2022), a *street art* surge como uma evolução do *graffiti*, especialmente a partir de 1970 e 1980, quando se começou a sentir necessidade, por parte dos artistas, de procurar novas formas de intervenção no espaço urbano, afastando-se, muitas vezes, da conotação de transgressão associada ao *graffiti*. Resumidamente, enquanto o *graffiti* se caracteriza, de modo sucinto, pela prática de assinaturas (*tags*) e outros símbolos, a *street art* incorpora uma maior diversidade de técnicas, como murais, *stencils*, colagens e instalações, estando frequentemente enquadrada em projetos autorizados.

⁷ https://www.agoraporto.pt/noticias/ja-pode-ser-visto-o-novo-mural-coletivo-da-restauracao?utm_source=https://www.agoraporto.pt/entretenimento/arte-urbana
<https://www.publico.pt/2014/11/07/local/noticia/camara-do-porto-convoca-artistas-para-pintar-mural-temporario-na-rua-da-restauracao-1675532>

Ainda de acordo com o mesmo autor, a arte urbana, por outro lado, possui um conceito mais amplo, que abrange tanto o *graffiti* como a *street art*, funcionando como um termo agregador que centraliza diversas expressões artísticas realizadas no espaço público. Em Portugal, a arte urbana tem uma definição “muito associada aos grandes eventos de pinturas em murais e festivais institucionalizados, principalmente associados à Galeria de Arte Urbana” (Saturnino, 2022, p. 3-4). Assim, entendemos que enquanto a *street art* se destaca por ter uma maior aproximação ao circuito artístico e ao público, a arte urbana já engloba tanto as expressões do *graffiti* como as intervenções mais formais e enquadradas em contextos institucionais e culturais.

De acordo com Caixado (2016, p. 42), a arte urbana envolve uma grande variedade de intervenções e pode ser compreendida através de diferentes modos de intervenção no espaço público, refletindo a diversidade de técnicas e propósitos que a caracterizam. A autora cria, então, uma subdivisão onde encaixa três categorias: as de caráter superficial, estrutural e os acontecimentos efêmeros.



Figura 1 - Dona Rosa (mural no Porto pintado pelo artista MR Dheo)



Figura 2 - "O Caminho Menos Percorrido" de Paulo Ramunni na fachada do centro comercial Via Catarina (Fonte: <https://www.viacatarina.pt/lifestyle/articles/viartes-viacatarina/>)

As intervenções de caráter superficial (Figura 1) englobam expressões artísticas aplicadas diretamente sobre superfícies urbanas, tais como paredes, pavimentos e até mobiliário

urbano. O *graffiti* é uma das formas mais comuns deste tipo de intervenção, caracterizando-se pelo uso de letras estilizadas, murais e assinaturas (*tags*) que marcam o espaço público com mensagens estéticas ou de contestação social. A pintura mural também se insere nesta categoria, sendo frequentemente utilizada em projetos de reabilitação urbana, revitalizando fachadas de edifícios e tornando as cidades mais dinâmicas e visualmente apelativas. Outra vertente interessante desta categoria é a *3D street art*, que através do jogo de perspectiva e ilusão de ótica cria imagens tridimensionais que interagem com o ambiente urbano e desafiam a percepção do observador.

Por sua vez, as intervenções de caráter estrutural (Figura 2), envolvem a criação de elementos tridimensionais que ocupam fisicamente o espaço urbano. Este tipo de arte pode manifestar-se através de esculturas, monumentos ou instalações artísticas, que muitas vezes assumem um papel identitário nos locais onde são inseridas. Diferentemente das intervenções superficiais, estas obras interagem com o meio de maneira mais duradoura, podendo modificar a percepção do espaço público e integrar-se na paisagem urbana como marcos culturais e sociais.

Finalmente, os acontecimentos artísticos (Figura 3), incluem *performances*, *happenings* e projeções em vídeo, representam uma dimensão efémera da arte urbana. Estas manifestações destacam-se pela sua temporalidade e pela interação direta com o público. As *performances* e *happenings* são intervenções espontâneas ou organizadas que ocorrem no espaço público, muitas vezes envolvendo a participação dos espectadores e explorando a



Figura 3 - Celebração dos 50 anos do 25 de abril no Terreiro do Paço, Lisboa (fonte: <https://chmagazine.pt/celebracoes-dos-50-anos-do-25-de-abril-em-lisboa-arrancam-hoje-a-noite-no-terreiro-do-paco/>)

fusão entre arte e quotidiano. As projeções em vídeo, por outro lado, permitem a transformação temporária de superfícies urbanas em telas para narrativas visuais, explorando a tecnologia como meio artístico e criando experiências sensoriais no contexto urbano.

Seja através de murais, esculturas, artes performativas ou projeções visuais, a arte urbana contribui para aproximar a cultura do quotidiano das populações, contribuindo para a democratização do acesso à expressão artística e tornando os espaços públicos mais dinâmicos e participativos. Para além da sua diversidade de expressões e técnicas, a arte urbana tem-se vindo a afirmar, cada vez mais, como uma ferramenta de grande impacto na inclusão social e na revitalização de territórios. Em muitos contextos, especialmente em comunidades mais afastadas da vida cultural ou dos centros urbanos, as intervenções artísticas no espaço público promovem a valorização do património local, fortalecem o sentimento de pertença e incentivam a participação ativa dos habitantes na construção da identidade do seu território. A arte urbana pode, desta forma, ser uma solução para revitalizar espaços degradados, promovendo o sentimento de pertença e proporcionando-lhes novas formas de se identificarem com o seu meio e de se apropriarem dos espaços coletivos.

Esta apropriação está diretamente relacionada com o modo como os indivíduos experienciam e interagem com o espaço urbano. De acordo com Boas (2019), o espaço público não é um elemento físico e imutável, mas sim um palco de constantes negociações entre os seus utilizadores, sendo que a própria forma como as pessoas circulam, ocupam e interpretam os lugares influencia a sua identidade e funcionalidade. Neste sentido, a arte urbana pode atuar como um elemento mediador entre os habitantes e os espaços, desafiando perceções estabelecidas e estimulando novas maneiras de utilização e interação.

O carácter identitário de um espaço urbano, que permite a sua diferenciação dos restantes, resulta da união de inúmeros fatores materiais e imateriais. Esta identidade pode ser representada pela apropriação dos indivíduos e da relação que estes constroem com o espaço e com os elementos introduzidos nesse. A relação entre os ecossistemas que fazem parte do espaço origina um modo de o vivenciar e utilizar, que configura e caracteriza a sua paisagem urbana e a torna única. Um lugar identitário é aquele em que as pessoas se relacionam com o "ecossistema" e se apropriam do espaço, pois encontram no neste qualidades e oportunidades para desenvolver ações que alimentam a sua identidade social, pessoal e espacial (idem, p. 37)

Ao contrário de uma visão estática do património arquitetónico, em que a identidade da cidade é definida apenas pelos seus elementos materiais e históricos, a introdução da arte no

espaço público evidencia a natureza dinâmica e em constante evolução das cidades. A identidade das populações não se encontra apenas na sua arquitetura ou na sua história, como já deveríamos saber, mas também nas camadas de significados que os seus habitantes lhe atribuem e nos processos de apropriação simbólica que ocorrem no quotidiano.

Para além do seu impacto visual e artístico, a arte urbana tem demonstrado um enorme potencial na inclusão social e na revitalização de territórios. Longe de ser unicamente uma forma de expressão, esta manifestação artística tem vindo a ser utilizada como um instrumento de transformação urbana e comunitária, especialmente em bairros e espaços que enfrentam inúmeros desafios em termos sociais, económicos e estruturais. A arte urbana é “uma arte que está ao alcance de todos, que é realizada para as massas e não para um público específico (...), tendo uma função de enriquecimento cultural” Teixeira (2015, p. 26), reforçando a sua relevância em questões que temos vindo a abordar, como a inclusão, a democratização cultural e a cultura e as artes como motores de inclusão e coesão.

Em diversas cidades, as intervenções artísticas no espaço público valorizam o património local, fortalecem a identidade coletiva dos habitantes e promovem a sua participação ativa na construção do ambiente urbano. Projetos de arte urbana, como murais comunitários e instalações interativas, tornam-se veículos para dar voz a populações frequentemente excluídas dos circuitos culturais tradicionais, ressignificando os espaços que ocupam e fomentando a coesão social.

De acordo com Barquinha & Arte (2024), a arte no espaço público tem a capacidade para transformar a forma como as pessoas interagem com o ambiente urbano. Os murais e outras intervenções artísticas podem revitalizar espaços e superfícies negligenciadas, conferindo-lhes uma nova vida e melhorando o ambiente em que estão inseridas, como podemos confirmar com o caso do bairro da Quinta do Mocho, em Lisboa, que, através da arte urbana, se tornou um ponto de referência turística e um símbolo de renovação cultural (Figura 4). Como apontam os autores, estas iniciativas contribuem para a valorização local, atraindo visitantes e estimulando o envolvimento de jovens e artistas na vida cultural da comunidade.



Figura 4 - Street Art no Bairro Quinta do Mocho, no âmbito do projeto "O Bairro i o Mundo" (Fonte: <https://arcadedarwin.blogs.sapo.pt/tag/miguel+brum>)

Em suma, a arte urbana tem vindo a ser utilizada como um meio de transformação comunitária, promovendo a inclusão, a construção de identidades mais positivas e a participação ativa das comunidades nos processos culturais. Diferentes formas de expressão artística, desde murais e intervenções tridimensionais e *performances*, desempenham um papel fundamental na revitalização dos espaços e na democratização do acesso à cultura. A arte urbana valoriza os espaços físicos, mas também fortalece os laços sociais e contribui para a construção de uma identidade local mais autêntica. Principalmente em comunidades mais isoladas, como tantas vezes se verifica, estas intervenções artísticas podem representar uma alternativa viável para contrariar o isolamento cultural, promovendo novas dinâmicas de interação e tornando os territórios mais vivos e participativos.

Ao analisar as múltiplas possibilidades da arte urbana na inclusão social e na revitalização de territórios, reconhecemos o seu potencial enquanto ferramenta de mudança, capaz de aproximar a cultura das comunidades e gerar um impacto duradouro na forma como os indivíduos percebem e vivenciam o seu próprio espaço.

2.1. A ARTE URBANA NA INCLUSÃO E REVITALIZAÇÃO DE BAIROS SOCIAIS

A arte urbana tem vindo a afirmar-se como uma mais-valia para a transformação social, especialmente em contextos marcados por desigualdades e exclusão. Conforme iremos abordar numa fase posterior, os bairros sociais apresentam algumas assimetrias em relação ao restante tecido urbano, maioritariamente resultantes da sua localização periférica e do modo como foram integrados na malha urbana. Este afastamento contribui para o seu isolamento, limitando o acesso a atividades culturais, sociais e económicas, e reforçando dinâmicas de exclusão. É nestes contextos que a arte surge como uma ferramenta de inclusão, permitindo que a comunidade se expresse, reforce a sua identidade, ou até mesmo que crie uma e redefina o espaço onde vive.

A preocupação com a reabilitação dos espaços públicos para além dos centros urbanos é uma ideia relativamente recente e visa, acima de tudo, melhorar a qualidade de vida dos residentes e reduzir a degradação e a criminalidade que associamos aos bairros sociais. O Decreto-Lei n.º 307/2009 reconhece a reabilitação urbana como um elemento-chave para o desenvolvimento sustentável das cidades, contribuindo para a sua revitalização, em particular das áreas mais degradadas⁸. Entendemos, segundo o mesmo Decreto-Lei, reabilitação urbana como

a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infra-estruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios (Decreto-Lei n.º 307/2009, Regime jurídico da reabilitação urbana, Artigo 2.º, alínea j).

Tão importante como as infraestruturas, é o apoio e investimento em projetos e iniciativas que promovam a criatividade e o desenvolvimento comunitário, atenuando o isolamento social e cultural destas comunidades. Tudo isto faz com que, com tempo, se reduzam as

⁸ “ A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objectivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.” (Decreto-Lei n.º 307/2009)

disparidades sociais, económicas e urbanísticas, contribuindo para um desenvolvimento mais harmonioso e equitativo dos bairros sociais e das suas comunidades.

Para além do seu impacto a nível de infraestruturas e melhoria da paisagem urbana, nestes contextos estas intervenções ganham uma relevância acrescida, uma vez que criam oportunidades de socialização e reforço de laços comunitários. Boas (2019) reforça a ideia de que a revitalização do espaço público tem a capacidade de transtornar a dinâmica negativa associada a estes territórios, promovendo uma maior coesão social e melhorando a perceção que os próprios moradores têm do local em que habitam.

Para que a revitalização dos bairros sociais tenha um impacto duradouro, é fundamental que seja pensada de forma a ser moldada à realidade específica de cada comunidade, tendo em consideração as suas dinâmicas e necessidades específicas, quer em termos físicos, quer em termos sociais. Portanto, torna-se essencial que se procure envolver os habitantes nestes processos, desde a ideia até à sua conceção, o que resultará no fortalecimento do sentimento de pertença e contribuirá para uma maior responsabilização dos moradores no que diz respeito à preservação e manutenção do espaço público que os rodeia. Como destaca Boas (2019), não existem soluções universais:

Intervenções como a de reabilitação de um bairro social não possui métodos genéricos nem soluções tipo, existindo uma necessidade de adaptar cada proposta. (...) Cada bairro apresenta diferentes características físicas, sociais, económicas e culturais e abriga diferentes populações com distintos modos de vida, métodos de apropriação do espaço público, especificidades e necessidades que condicionam e devem sempre ser analisadas quando se elabora uma solução para qualquer tipo de intervenção. (idem, p. 63)

A valorização estética dos bairros sociais tem um impacto direto na perceção dos seus habitantes sobre o local onde vivem. Intervenções artísticas não só renovam a paisagem urbana, como também estimulam a participação ativa da comunidade na requalificação do espaço público. Neste sentido, intervenções artísticas, como murais, podem desempenhar um papel importantíssimo na renovação da identidade local e na limpeza da sua paisagem, aproximando os moradores ao bairro. Enquanto expressão cultural acessível, a arte urbana tem demonstrado um enorme potencial na valorização destas comunidades, tanto em termos pessoais, tanto em termos físicos e coletivos. É neste enquadramento que se insere, no último capítulo da presente dissertação, a proposta de projeto.

A introdução da arte urbana e de iniciativas culturais que incentivam a participação das comunidades pode transformar a percepção dos espaços degradados, promovendo um ambiente mais inclusivo e dinâmico. Murais e outras formas de arte urbana são, como temos vindo a reforçar, instrumentos eficazes para combater assimetrias, degradação e abandono, influenciando positivamente a relação dos habitantes com o meio envolvente e estimulando o orgulho e o sentimento de pertença e estima. Assim, “intervir na dimensão visual do espaço público de um bairro permite valorizá-lo e aumentar o seu encanto o que conseqüentemente pode despertar nos seus residentes sentimentos de autoestima, de identificação e de afinidade.” (Boas, 2019, p. 62)

No entanto, apesar da importância da reabilitação física e de esta, de facto, aumentar a autoestima e o sentimento de pertença das populações, a revitalização física acaba por não ser suficiente. O acesso equitativo à cultura vai além da simples disponibilização de eventos ou recursos culturais. O real acesso à cultura envolve a criação de oportunidades para que os indivíduos se possam envolver ativamente, de participarem nos processos criativos e influenciarem as produções culturais que os afetam. É importante o apoio a essa participação, uma vez que as iniciativas e projetos culturais democratizam o acesso à cultura e promovem uma criação cultural mais justa e inclusiva, dando voz a diferentes grupos sociais.

Esta participação não se limita à representação das diferentes identidades culturais; trata-se, sobretudo, de dar espaço à criação e inovação dessas comunidades. Criar esse espaço significa dar oportunidade para que as comunidades possam expressar as suas ideias, valores e experiências nos processos culturais, resultando em produções mais autênticas e genuínas. Ao longo dos anos, muitos projetos e iniciativas têm surgido com a intenção de garantir que este tipo de participação seja uma realidade, permitindo que as comunidades tenham um papel que ultrapasse a observação, tornando-as criadoras ativas de arte e cultura.

Apesar da importância da reabilitação física na melhoria da qualidade de vida nos bairros sociais, o impacto destas intervenções depende da forma como a comunidade se relaciona com o espaço renovado. A transformação estética não garante, por si só, uma mudança estrutural no sentimento de pertença ou na valorização do bairro pelos seus residentes. Para que estas iniciativas sejam efetivas, é essencial que os moradores se envolvam ativamente no

processo, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva e para a resinificação do espaço que habitam. A cultura assume um papel fundamental ao proporcionar ferramentas para essa apropriação comunitária. Através da arte urbana, da memória coletiva e de projetos culturais participativos, os bairros deixam de ser vistos apenas pelo seu histórico de exclusão para se afirmarem como territórios de identidade e expressão cultural.

Este tipo de intervenções artísticas será o foco ao longo deste tópico, dado o seu impacto na transformação do espaço público e na forma como as comunidades se relacionam com ele. Através da análise de estudos de caso, procuraremos compreender de que forma é que estas expressões artísticas têm sido utilizadas em diversos contextos para promover a inclusão e requalificar territórios, bem como fortalecer a identidade local. Estes estudos vão-nos permitir ilustrar a relevância da arte urbana nos territórios, mas também irão servir de base para a proposta de projeto apresentada nesta tese.

2.2. ESTUDOS DE CASO

2.1.1. O BAIRRO I O MUNDO – BAIRRO QUINTA DO MOCHO

Situado no concelho de Loures, na Área Metropolitana de Lisboa, o Bairro da Quinta do Mocho foi durante muitos anos um local de segregação e exclusão social. Construído na década de 1980, a sua construção foi abandonada pela entidade responsável, deixando para trás torres inacabadas e edifícios sem condições mínimas de habitabilidade. Apesar disso, muitas famílias, por falta de meios para procurar outros locais de habitação, ocuparam ilegalmente estas estruturas e, com o aumento da população, começaram a surgir barracas ao redor dos prédios, piorando a situação de precariedade daquela região. Em 1997, no âmbito do *Programa Especial de Realojamento*, o bairro foi reavaliado e, em 1999, iniciou-se um novo processo de realojamento, culminando na demolição das barracas e das torres para dar lugar a um novo bairro, em 2001. Ainda assim, mesmo com melhorias significativas, este local continuou a enfrentar desafios estruturais, como a falta de manutenção dos edifícios e a degradação dos espaços públicos, dificultando a plena integração dos seus habitantes na cidade.

Foi neste contexto que, em 2014, surgiu o festival *O Bairro i o Mundo*, uma iniciativa cultural que procurou transformar a imagem do bairro e promover a inclusão social através da arte urbana. O projeto *O Bairro i o Mundo* surgiu como um festival de arte urbana e cultura comunitária. Este festival foi resultante de uma parceria entre a Câmara Municipal de Loures e a associação criativa Teatro Ibisco (Teatro Inter-Bairros para a Inclusão Social e Cultura do Otimismo), contando com o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, do *Barclays Bank* e do Concelho da Europa, através do projeto C4I – *Communication for Integration*. A Quinta do Mocho integrou a segunda edição do festival, cuja primeira edição decorreu no Bairro da Quinta da Fonte.

Os principais objetivos desta iniciativa prenderam-se com a requalificação artística do edificado e a reabilitação do espaço público, mas principalmente com a preocupação em cultivar o sentimento de pertença entre a comunidade e o espaço físico, provocar uma mudança no comportamento dos moradores, incentivando à apropriação positiva das suas habitações e dos locais que frequentam e melhorar a imagem do bairro, minimizando, aos poucos, a negatividade associada ao bairro, combatendo a exclusão social e contrariando preconceitos e estereótipos. Para tal, foram colocadas em prática diversas atividades artísticas e culturais, incluindo *workshops*, teatro, cinema e intervenções de arte urbana, sendo que foram estas últimas que se destacaram.

O festival foi um sucesso, tanto a nível nacional como internacional, alcançando o segundo lugar no *Diversity Advantage Challenge*, concurso promovido pelo Conselho da Europa que tem como objetivo dar visibilidade a projetos que apresentam propostas que geram impacto positivo nas comunidades, sejam estes a nível social, económico ou cultural, de maneira a promover a inclusão.⁹ A programação cultural foi desenhada com a colaboração dos moradores e contou com a participação de vários artistas, incluindo locais e cujas obras de arte urbana se destacaram e transformaram significativamente a paisagem do bairro.

⁹ Informação retirada de: <https://edoc.coe.int/en/living-together-diversity-and-freedom-in-europe/6555-diversity-advantage-challenge-selected-initiatives.html>

O impacto do *O Bairro i o Mundo* foi tanto que, mesmo depois do festival ter terminado, se tenha dado continuidade aos trabalhos, o que resultou na Galeria de Arte Pública (GAP). Atualmente, o Bairro da Quinta do Mocho conta com mais de cem murais, tendo-se tornado na maior galeria a céu aberto do país e uma das maiores na Europa, estando incluída em diversos roteiros turísticos de arte urbana. Acima de tudo, a GAP surgiu como uma forma de reforçar e prolongar a transformação do território através da arte, não se limitando às obras realizadas durante o festival. São diversos os estilos e as temáticas abordadas em cada um dos murais, abordando questões sociais, como “discriminação racial, os direitos das crianças, a natureza, a multiculturalidade, a igualdade e também o impacto da arte” (Público, 2015), representando figuras importantes para os moradores e reconhecidas pela comunidade, como mochos, de forma alusiva ao nome do bairro. A iniciativa foi reconhecida pelo Conselho da Europa, que destacou o papel das parcerias ao referir:

Through Loures' membership of the C4i project, a determined effort was made to change the district's image amongst the citizens of the wider region. During October 2014, a set of breath-taking frescos were painted on 33 buildings in the neighbourhood, with the help of 2000 artists and local residents, 25 NGOs and 43 private companies. The area was transformed into a Public Art Gallery. The aim of this 3 days' intervention, known as "O Bairro e o Mundo" (the neighbourhood and the world), was to change the image of the neighbourhood, which used to be considered as a dangerous no-go-area. It helped dismantle old prejudices against residents from diverse backgrounds and increase their self-esteem, interaction and the sense of belonging to the neighbourhood. (O Conselho da Europa, 2023)

Observamos aqui uma ligação direta com o que abordámos em “Cultura e Coesão Social”, especialmente no que se refere à importância do trabalho em parceria, como é exemplo a colaboração entre o município de Loures e o projeto C4I. Porém, esta não foi a única parceria relevante: a interação com a comunidade local e a sua participação ativa ao longo de todo o processo revelaram-se igualmente fulcrais para o êxito da iniciativa, colocando em evidência o papel central das atividades culturais e artísticas e, neste caso, da arte urbana na promoção da integração e da coesão social. Foram realizadas reuniões comunitárias em espaços públicos do bairro, onde foram discutidas ideias e distribuídas tarefas, tendo sido esta abordagem inclusiva que permitiu que se desenvolvesse o sentimento de pertença e responsabilidade entre os residentes, o que mais tarde se veio a refletir na preservação e valorização do bairro e das obras. Tanto durante como após o festival, observou-se uma vontade crescente por parte dos moradores em contribuir para a transformação do bairro, seja através da pintura

das entradas dos prédios, para harmonizar com os novos murais, seja através da colaboração direta com os artistas, partilhando as suas histórias e realidades.

Os resultados do projeto *O Bairro i o Mundo* e da GAP foram notórios e traduziram-se na melhoria da imagem do bairro e em mudanças comportamentais dos residentes. Destacam-se a melhoria na acessibilidade, nomeadamente relativa aos transportes públicos, tendo sido criada uma carreira de autocarro, o nº 300, proporcionando uma nova forma de deslocação para os moradores e a melhoria do ambiente e da imagem do bairro, tanto pelos residentes, como pelas pessoas externas ao bairro. Desde então, são inúmeras as visitas realizadas mensalmente à GAP, guiadas por voluntários que vivem no bairro e que obtiveram formação por parte da câmara municipal. No final de cada visita, os participantes são convidados a experimentar um dos três restaurantes da área, onde podem degustar pratos típicos, especialmente da gastronomia africana, refletindo a maior comunidade do bairro. ¹⁰

A transformação do Bairro da Quinta do Mocho ao longo dos anos é visível tanto no seu aspeto físico como na forma como é experienciado, tanto pelos moradores como pelo exterior. Se, no passado, as imagens do bairro retratavam edifícios degradados, espaços públicos abandonados e um ambiente marcado pela exclusão social, hoje a realidade é bem diferente. As fachadas antes desprovidas de cor deram lugar a verdadeiras obras de arte urbana, tornando-se numa galeria a céu aberto reconhecida internacionalmente. As ruas que outrora eram associadas ao isolamento e à insegurança são agora percorridas por visitantes de todo o mundo, interessados em conhecer um projeto que alia cultura, identidade e inclusão social (Figura 5). Mais do que uma mudança estética, esta evolução reflete um impacto profundo na autoestima dos habitantes, na relação com o espaço e na valorização do bairro como um local de cultura e de orgulho comunitário.

¹⁰ Informação retirada de <https://www.publico.pt/2015/12/06/local/noticia/quinta-do-mocho-como-um-bairro-problematico-se-transformou-numa-galeria-de-arte-publica-1716490>



Figura 5 - Visita à Galeria de Arte Pública (Fonte: <https://arcadedarwin.blogs.sapo.pt/quinta-do-mocho-as-pinturas-335713>)

Em suma, o projeto *O Bairro i o Mundo* é um dos melhores casos que exemplifica de que forma a arte urbana pode servir como um catalisador para a inclusão social e a revitalização de comunidades estigmatizadas e territórios degradados. Através da participação ativa dos moradores e da sua colaboração com os artistas, foi possível transformar a imagem deste bairro, promovendo o orgulho comunitário, a coesão social, a inclusão social e um sentimento de pertença, fazendo com que todos trabalhem em conjunto para preservar e valorizar o fruto do seu trabalho. Este caso destaca a importância de iniciativas culturais participativas na construção de identidades coletivas participativas e na desconstrução e desmistificação de bairros sociais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável em contextos urbanos desfavorecidos.

A proposta que apresentamos inspira-se fortemente na abordagem do *Bairro i o Mundo*, especialmente em aspetos relacionados à valorização da comunidade e à sua participação ativa no processo criativo. Tal como no *Bairro i o Mundo*, procuramos o envolvimento dos moradores desde o início do projeto, através de consultas comunitárias e *workshops*, garantindo que as suas experiências, memórias e visões sobre o seu próprio território sejam integradas de forma significativa. Esta dinâmica, assim como neste estudo de caso, termina com a criação de um mural comunitário, compreendido como um produto artístico, mas acima de tudo como um símbolo coletivo de identidade e pertença, resultado de um percurso construído em conjunto com a comunidade.

2.2.2. FESTIVAL INFINITO – FESTIVAL DE ARTE URBANA DA

TORRE

O *Festival Infinito* é um evento de arte urbana realizado anualmente no concelho de Cascais que tem desempenhado um papel fundamental na revitalização do espaço urbano e promoção da inclusão social. Criado em 2018 pela *Associação Somos Torre* como uma iniciativa de requalificação urbanística, o festival surgiu como um meio de valorização do território e de envolvimento comunitário. Desde cedo, tem-se vindo a consolidar como uma referência na arte urbana em Portugal, contando já com seis edições realizadas em várias zonas do concelho, depois da sua estreia no Bairro da Torre.¹¹

O Bairro da Torre, palco da primeira edição do festival, fica situado em São Domingos de Rana, Cascais, e é um dos bairros de habitação social do concelho, tendo sido construído para realojar famílias que viviam no centro do concelho e em condições habitacionais precárias na década de 1960. Como muitos outros bairros sociais em Portugal, a Torre foi marcada, desde a cedo, por dificuldades económicas, falta de infraestruturas e uma forte estigmatização social. Durante muito tempo, a comunidade residente enfrentou desafios socioeconómicos, como o desemprego, condições laborais precárias e dificuldades no acesso a serviços culturais e educativos. A falta de oportunidades e o estigma associado ao bairro contribuíram para a perpetuação dessas dificuldades, afetando a qualidade de vida dos moradores e limitando as perspetivas de desenvolvimento local.

Com o passar dos anos, foram alguns os projetos de intervenção social e cultural que procuraram melhorar as condições de vida dos moradores e combater o isolamento social. Porém, a imagem do Bairro da Torre continuou a ser alvo de preconceitos, refletindo um fenómeno comum a muitos bairros sociais em Portugal – a associação automática a criminalidade e marginalização. Apesar disso, a comunidade tem demonstrado uma forte

¹¹ Informação retirada de <https://www.timeout.pt/cascais/pt/noticias/infinito-da-cor-a-quatro-fachadas-do-bairro-da-torre-090624>

identidade coletiva, trabalhando continuamente para melhorar e valorizar o seu meio envolvente.

Além da Torre, outras zonas do concelho de Cascais têm características semelhantes, apesar de distintas entre si, partilhando um histórico de desenvolvimento urbano marcado por contrastes sociais e pela necessidade de maior integração cultural. Regiões como Alcoitão, São Pedro do Estoril e São Domingos de Rana são áreas que, apesar de nem todas serem exclusivamente de habitação social, partilham desafios urbanos e sociais relacionados com a desigualdade e a necessidade de maior investimento em cultura e espaços públicos qualificados.

A iniciativa do *Festival Infinito* procurou inverter esta perceção, transformando as fachadas dos edifícios em telas para intervenções artísticas de grande escala e permitindo que a arte urbana funcionasse como um elo entre os moradores e os seus espaços, reforçando o sentimento de pertença e incentivando a participação ativa da comunidade na requalificação do seu território. O objetivo inicial era criar um espaço que refletisse a identidade do bairro e servisse como uma fonte de orgulho para os seus moradores, estabelecendo uma ligação entre a arte e a vida quotidiana da comunidade. A receção dos habitantes ao festival revelou-se bastante positiva, o que podemos perceber pela continuidade do projeto noutras zonas e pelo seu recente regresso ao bairro da Torre.

Desde a sua primeira edição, o Festival Infinito tem vindo a crescer e expandir a sua influência. Em 2018, na sua estreia, o evento trouxe oito artistas nacionais e internacionais para intervir nas fachadas dos edifícios, contando, atualmente, com mais de vinte murais no bairro. Em 2020, o festival ficou marcado por um ponto de viragem, com a sua extensão para outras áreas do concelho de Cascais, incluindo Alcoitão, São Pedro do Estoril e São Domingos de Rana. O tema dessa edição, *Somos Cascais*, pretendia replicar a experiência do Bairro da Torre noutras comunidades, incentivando a participação ativa dos moradores na transformação do seu espaço urbano. Em 2024, o festival regressou, naquela que foi a sua sexta edição, às suas raízes, desta vez com um novo conceito – *Collab*. Nesta edição, foram convidados quatro artistas, aos quais foi proposto o desafio de, em colaboração com um artista à sua escolha,

criar um mural. Esta colaboração resultou na presença de oito artistas, no total, que, em conjunto com a comunidade, criaram murais que refletiram diferentes estilos e técnicas, culminando em obras artisticamente ricas e interessantes.¹²



Figura 6 - Mural feito pelos artistas Youthone e Moami (Fonte: Conta oficial de Instagram do Festival Infinito)

Assim, a arte urbana tem provado ser uma ferramenta de grande utilidade para a regeneração de territórios, contribuindo para a valorização cultural, social e económica de determinadas áreas. No caso do Bairro da Torre, as intervenções artísticas realizadas não só embelezaram o ambiente, como também criaram uma narrativa mais positiva para a comunidade, desafiando estereótipos negativos e promovendo uma perceção mais positiva do bairro. Além disso, e como também percebemos com o O Bairro i o Mundo, projetos como estes ajudam a atrair

¹² Informação disponível no Instagram oficial da organização do Festival Infinito.

visitantes e aumentar o turismo cultural, gerando novas oportunidades para o comércio local, contribuindo para o desenvolvimento local e integração da comunidade na vida cultural.

CAPÍTULO II – BAIRROS SOCIAIS E O BAIRRO DO LAGARTEIRO

1. BAIRROS SOCIAIS: HISTÓRIA E URBANISMO

Podemos entender e definir o espaço “bairro”, especialmente no contexto dos bairros sociais, como uma área urbana ou periurbana planeada e construída para abrigar populações específicas, na maior parte dos casos, famílias de baixos rendimentos ou em situações de vulnerabilidade habitacional. De acordo com Pinto (2013), esta tipologia de bairros é resultante de programas governamentais de realojamento e caracterizam-se por serem áreas de intervenção urbana focadas na resolução de problemas habitacionais, com uma concentração de habitações de custo controlado, muitas vezes com tipologias padronizadas. Acrescendo a tais características, constata-se que possuem uma identidade própria, marcada pela transição de populações de áreas precárias ou rurais para ambientes urbanos mais estruturados. Idealmente, estes espaços deveriam incorporar a participação da comunidade no seu planeamento e gestão, embora nem sempre isso ocorra na prática.

Apesar de esta ser a definição que se identificou como melhor corresponder ao entendimento mais frequente do termo “bairro social”, as formações dos bairros, no geral, têm uma história muito mais longa e complexa que está particularmente ligada ao processo de urbanização e industrialização que marcou a sociedade do início do século XX. Este período foi sobretudo marcado pelo desenvolvimento das cidades, que proporcionou mais oportunidades de emprego do que aquelas que existiam em meios ruralizados, o que resultou na crescente migração do interior para as cidades, com especial enfoque nas zonas já industrializadas. Como nos confirma Jane Clossick (s.d.),

Os aprimoramentos na energia hidráulica, na engenharia química e na metalurgia garantiram a produção de ferramentas mecanizadas que, por sua vez, iniciaram o processo de mecanização da manufatura e da agricultura. A necessidade de mão de obra rural e para o processamento manual de produtos foi drasticamente reduzida, deixando uma gigantesca massa trabalhadora desempregada, que foi forçada a emigrar para encontrar trabalho. Em um ciclo retroalimentado, eles migraram para a cidade industrial, que precisava de pessoas para trabalhar nas fábricas, nos armazéns, nas estações férreas e nos portos. Quanto mais pessoas chegavam, mais a cidade, com sua capacidade produtiva, enterrava as antigas formas de trabalho. A vida cotidiana para as

populações rurais e também urbanas havia mudado muito, e a cidade industrial crescia mais rapidamente do que qualquer outra cidade tinha crescido anteriormente. (idem, p. 72)

É neste contexto que começam a surgir as primeiras formas de bairro, caracterizados por aglomerados habitacionais que se foram desenvolvendo em função de um “crescimento desmesurado e urbanisticamente caótico” (Fonseca, 2010, p. 34). Subentende-se que estes bairros não surgem por acaso, sendo antes o resultado direto do crescimento industrial e da consequente necessidade de que a mão de obra esteja o mais próxima possível das fábricas.

Entretanto, o crescimento contínuo das cidades decorre do aumento e afluência das populações, o que trouxe novas dinâmicas espaciais, que transformaram os centros urbanos em novos organismos urbanos, dando origem às chamadas periferias. Este aumento populacional deve-se ao crescimento das famílias, mas também, de acordo com Matos (1994), devido à chegada de mais pessoas às cidades, que se verificou, como vimos, durante o desenvolvimento industrial e, sobretudo, da indústria têxtil, o que provocou “um intenso afluxo da população, associado à expansão dos meios de transporte, quer rodoviário, quer ferroviário” (Matos, 1994, p. 677).

Segundo Fonseca (2010, p. 35), a impossibilidade de o núcleo central das cidades albergar um número crescente de pessoas resultava de fatores como ruas demasiado estreitas e habitações compactas, inadequadas para famílias inteiras. Assim, aqueles com melhores condições económicas passaram a estabelecer-se nas periferias, afastando-se das áreas industriais e das precárias condições de vida que marcavam os bairros operários. Esse processo de segregação espacial consolidou uma divisão social dentro das cidades, como afirma Fonseca (2010), o núcleo central tornou-se incapaz de conter o trânsito e o crescimento demográfico, forçando a expansão para faixas externas, ocupadas preferencialmente pelas classes mais privilegiadas. Essa nova organização urbana destacou as desigualdades sociais, mas também moldou o padrão de urbanização que influenciaria o desenvolvimento dos bairros sociais nos séculos seguintes.

Este processo de crescimento transforma os núcleos estabelecidos das cidades existentes num novo organismo e cria, conseqüentemente, em redor deste núcleo central, uma nova faixa construída: a periferia. Sendo que o núcleo central das cidades já tem uma estrutura formada, não se torna possível albergar um aglomerado humano muito maior: as ruas são demasiado estreitas

para conter o trânsito em aumento, as casas são demasiado pequenas e compactas para hospedar sem inconvenientes uma população mais densa. Assim, as classes privilegiadas estabelecem-se gradualmente nestas periferias, longe das zonas comerciais e industriais, do caos das fábricas e das condições miseráveis vividas pelo resto da população (Fonseca, 2010, p. 35).

Segundo nos indica Moreira (2015), a industrialização e o consequente crescimento das áreas urbanas causou um “aumento progressivo do número de fábricas, habitações e pessoas, mas por outro condicionou o acesso a determinados alojamentos devido ao elevado preço que tinha começado a disparar por via da vasta procura populacional” (Moreira, 2015, p. 14). Face a isto, colocavam-se algumas problemáticas, maioritariamente relacionadas com as condições de vida destes locais, marcada pelas condições de vida extremamente precárias, reflexo da rápida urbanização e da negligência em relação às necessidades básicas da classe trabalhadora.

Neste contexto de organização urbana, surgiam então as fábricas. Localizadas nos locais de maiores recursos naturais, como o curso dos rios e as costas marítimas, para uma maior facilidade de comunicações. São elas o maior causador de poluição e insalubridade da cidade, já que as ribeiras são, por norma, o local de despejo de detritos e todo o tipo de lixo proveniente dos complexos industriais. Já os chamados “slums”, ou bairros industriais, eram formados pelo amontoado de construções insalubres e monótonas onde “o instrumento homem é conservado durante a noite, para voltar a ser utilizado no dia seguinte, na fábrica (Fonseca, 2010, p. 34-35).

Estes alojamentos, caracterizados por fileiras de residenciais padronizadas, estavam, muitas vezes, sobrelotados e careciam de infraestruturas básicas e essenciais, tais como saneamento básico, acesso a água potável e iluminação adequada Glossick (s.d.), define estas habitações como sendo “pequenas, insalubres e geralmente próximas das fábricas, onde o ar era poluído pela fuligem¹³ e resíduos industriais”, porém, isso não seria tudo, também a falta de acesso a serviços médicos contribuía drasticamente para a rápida proliferação de doenças, agravada pelas fracas condições que faziam estes bairros.

os bairros operários tornaram-se um símbolo das desigualdades sociais da época, onde o progresso económico das cidades industriais contrastava brutalmente com as condições de vida de quem sustentava essa expansão. As condições precárias que caracterizavam esses locais eram reflexo da rápida urbanização e da negligência em relação às necessidades básicas da classe trabalhadora (Glossick, s.d., p. 73).

As condições de habitação eram extremamente pobres, e a sua degradação derivava, em grande parte, da falta de higiene e salubridade, o que contribuiu para que estes locais se

¹³ Fuligem é um conjunto de partículas muito finas de carbono, geralmente de cor preta, formadas pela combustão incompleta de materiais orgânicos. Estas partículas, suspensas no ar, acumulam-se em superfícies e podem ser prejudiciais à saúde e ao ambiente.

tornassem “focos de epidemias, como a tuberculosa ou a peste bubónica.” (Matos, 1994, p. 678). Contudo, e apesar de tudo, estes aglomerados habitacionais também foram essenciais para a criação de comunidades operárias unidas por laços de solidariedade e identidade, que encontraram nesses bairros o espaço para conviver, trabalhar e partilhar dificuldades e conquistas. Foram estas dinâmicas comunitárias iniciais que moldaram as bases para o desenvolvimento dos bairros sociais tal como os conhecemos atualmente.

Assim como noutras partes da Europa, Portugal também passou pelas consequências da industrialização e urbanização, ainda que mais tardiamente. A formação dos bairros em Portugal é um reflexo das transformações sociais, económicas e políticas que moldaram o país, principalmente a partir do final do século XIX. Assim, a história da formação dos bairros em Portugal está intimamente ligada ao contexto histórico de industrialização tardia, políticas de habitação pública e a necessidade de reconfiguração das cidades para lidar com a crescente urbanização ao longo das décadas, evidenciando um percurso marcado por avanços e retrocessos.

A chegada da industrialização a Portugal, no final do século XIX e início do século XX, trouxe consigo um êxodo rural muito mais forte, com grande parte da população a migrar para as cidades na procura de melhores oportunidade de trabalho e, conseqüentemente, de vida. Este movimento migratório teve uma expressão particularmente visível nos grandes centros urbanos como Lisboa e Porto, onde a rápida urbanização não foi acompanhada por um planeamento urbano adequado. A procura excessiva por habitação, somada à especulação imobiliária, fez com que o crescimento das cidades se desse de forma desordenada, resultando na deterioração das condições de vida das populações mais vulneráveis. As habitações mais acessíveis eram, frequentemente, improvisadas e careciam de condições mínimas de habitabilidade, como saneamento básico e higiene adequados, gerando uma grave crise de habitação, que afetava diretamente a qualidade de vida das classes trabalhadoras urbanas.

Neste sentido, Matos (1994) explica que a habitação era, nesta época, caracterizada por edifícios velhos de comerciantes que iam sendo ocupados de forma sucessiva por pessoas que

iam chegando à cidade, acabando por ficar completamente cheios de pessoas que vinham atraídas por mais oportunidades de emprego.

Trata-se das velhas casas tradicionais dos comerciantes, altas e estreitas, da Sé e da Ribeira, que são sucessivamente ocupadas pelos que chegam à cidade em busca de emprego e se transformam em verdadeiras «colmeias humanas», através da locação de pisos ou subdivisão de edifícios (Matos, 1994, p. 678).

Esta imagem reflete uma realidade cada vez mais comum na atualidade, resultado de mais uma crise habitacional que afeta Portugal e os seus residentes. Em muitos casos, emigrantes e refugiados são forçados a partilhar um apartamento com mais pessoas do que aquilo que pode aportar ou, em situações mais precárias, a viver em situações mais instáveis. Também os portugueses sofrem deste mal, vivendo, frequentemente, em situações pouco dignas. Esta situação deve-se, em grande parte, aos salários baixos e indignos pagos em Portugal, aliados ao aumento contínuo e insustentável das rendas.

É neste contexto que, nos finais do século XIX, começam a surgir as ilhas, no Porto, caracterizadas por pequenos aglomerados de habitações construídas nos terrenos dos quintais urbanos, onde viviam famílias inteiras em condições precárias. Em Lisboa, no mesmo registo, começam a surgir os pátios e as vilas operárias, estas também caracterizadas como sendo construções de baixo custo, geralmente marcadas por sobrelotação e falta de saneamento básico. Silva, et. al., (2023), afirma que estas construções eram feitas quer por industriais, quer por “construtores-promotores” que tinham como objetivo o lucro, construindo em terrenos abandonados ou então em traseiras de casas burguesas, caves e outros espaços abandonados. Dada a ausência de regulamentação e a necessidade de habitação acessível, esta procura foi rapidamente capitalizada por privados, resultando em soluções improvisadas que agravaram as condições de habitabilidade das classes trabalhadoras, como nos confirma Silva et. al. na seguinte citação:

Como estas necessitavam de terrenos disponíveis e não eram cedidos, foi basicamente a iniciativa privada, quer de industriais, quer de construtores-promotores que, em vista do lucro, se empenharam em construir ‘habitações’ precárias e insalubres nas traseiras das casas burguesas, em caves e espaços desocupados, em velhos pardieiros, conventos ou palácios arruinados, nos quais os operários e suas famílias eram alojados, dando lugar primeiro às chamadas ‘ilhas’ no Porto e ‘pátios’, ‘correntezas’ (de dois ou três pisos) e ‘vilas operárias’ em Lisboa com várias tipologias na periferia e sobretudo nos centros das cidades, nomeadamente quando as classes burguesas com mais recursos deslocavam-se para outros novos bairros e evitavam viver junto das unidades industriais e das ‘ilhas’ pelos fumos, cheiros e presenças de operários (idem, pp. 49-50).

Matos (1994), caracteriza as ilhas como um tipo específico de alojamento que era destinado a operários que se sucedeu, devido, em parte, ao loteamento definido para a cidade. Como estes alojamentos eram extremamente pequenos e térreos, era possível que se construíssem várias habitações deste género, todas em fila, e que abriam diretamente para um corredor comum, geralmente com uma casa de banho fora das residências.

As «ilhas», que surgem, provavelmente nesta altura, como uma forma específica de alojamento para o operariado. Resultaram, em parte, do tipo de loteamento então definido para a cidade. Na base deste loteamento encontrava-se um lote com 25 palmos (5,5 m) e um comprimento podendo atingir 100 m, o que permitiu uma ocupação de fileiras de pequenas habitações, geralmente de um só piso, ao longo destes lotes estreitos e que abriam directamente para um corredor, o qual fazia a ligação para a rua, encontrando-se geralmente nas traseiras das habitações da classe média (Matos, 1994, p. 678).

As primeiras intervenções para lidar com este problema habitacional foram tímidas e desarticuladas. Durante a I República (1910-1926), os esforços concentraram-se sobre tudo em iniciativas locais e na construção de algumas vilas operárias, tendo sido ainda elaborado um plano de construção de bairros sociais como forma de resolver o problema da habitação, no entanto, estes planos nunca chegaram a ser levados a cabo. Esta ausência de políticas habitacionais eficazes agravou as desigualdades sociais e consolidou o crescimento acelerado de bairros degradados. Portanto, durante o governo da I República, apenas em 1918 se construíram seis bairros, tendo estes ficado suspensos.

Ou seja, durante a I República, por iniciativa do Estado apenas em 1918 terá lugar, com base no Decreto-Lei 4137, a iniciativa de construção de seis bairros operários ditos sociais (Arco do Cego, Ajuda, Alcântara, Braço de Prata em Lisboa; Sidónio Pais na Foz do Douro no Porto; e um outro na Covilhã), mas viriam os projetos a ser suspensos pela Lei 1258 de 5/05/1922 e, posteriormente, indemnizados os proprietários expropriados nos seus terrenos para esse efeito por força do Decreto 11174 (Silva et. al., 2023, p. 51).

No caso do Porto, a Câmara Municipal tomou a iniciativa e construir colónias operárias, como as de “Antero Quental com 28 casa, Estevão Vasconcelos com 90 casas, Dr. Manuel Laranjeira com 130 casas e Viterbo Campos com 64 casa” (Silva et. al., 2023, p. 51), mas nenhum destes aglomerados se destinou a famílias necessitadas, mas sim a operários, o que resultou no contínuo crescimento das *ilhas* na cidade portuense.

Com o fim da I República e a consolidação do Estado Novo, em 1933, a habitação tornou-se uma área de prioridade no discurso do regime, sob o pretexto de resolver os problemas associados à precariedade, falta de higiene e baixas condições de vida associadas a estes

fatores, ainda que estas decisões tenham sido altamente influenciadas pelo caráter autoritário e controlador do regime Salazarista. Apesar de a situação não ter piorado muito mais, o “problema da habitação nos espaços urbanos só não foi maior por fraca industrialização e urbanização, apenas com cerca de 20% de população urbana, sendo ainda de sublinhar que as reduzidas intervenções o foram mais por alegadas preocupações de salubridade e saúde públicas.” (Silva et. al., 2023, p.52)

Sob a Ditadura Militar e, posteriormente, sob o Estado Novo, as políticas habitacionais seguiram uma ideologia que procurava uma sociedade hierárquica e disciplina, sustentada por valores como a moralidade, a estabilidade e a ordem social. Neste contexto, a habitação e a criação de medidas de apoio ao acesso à habitação foram pensadas de forma política e não social, uma vez que estas eram apenas acessíveis a trabalhadores considerados merecedores, geralmente aqueles que cumpriam critérios de disciplina, estabilidade familiar e apoio aos valores morais do regime. Sendo assim, a classe operária e outros grupos mais vulneráveis continuaram a ser colocados em bairros sem apoios.

A Ditadura Militar e o subsequente Estado Novo desde 1933 deixaram as classes operárias e outras camadas mais pobres em bairros de lata e abandona das à sua sorte sem apoios reais no campo habitacional, indo as parcas iniciativas de construção basicamente ao encontro de funcionários administrativos, paramilitares, dirigentes e camadas intermédias que pudessem ser o suporte social do regime nos espaços urbanos, sobretudo de Lisboa e Porto. Assim, por via do Decreto-Lei n.º 16055 de 22 de Outubro de 1928, retomaram a ideia das Casas Económicas, unidades unifamiliares autónomas, para o que deveriam ser cedidos pela Câmara terrenos a preços acessíveis, além da criação de infraestruturas, elaboração e facilidade de aprovação de projetos, apoio técnico, isenção de contribuição predial por parte do Estado (Silva et. al., 2023, p. 53).

Foram retomados alguns planos de construção de bairros sociais que tinham sido discutidos ainda na I República, ao que a ditadura deu o termo Casas Económicas, ainda que não tivessem sido colocados em prática. Quando terminados, estes bairros não se destinaram ao alojamento de famílias operárias, como se havia decidido anteriormente, tendo sido as casas atribuídas a funcionários públicos e famílias de classes médias urbanas.

A construção de bairros sociais, em particular os bairros de casas económicas, tornou-se uma estratégia central para consolidar o poder do regime, assim como moldar o comportamento das classes populares. Estes bairros, muitas vezes situados em zonas suburbanas, ofereciam condições de habitação básicas a preços acessíveis, estando, porém, o acesso a estas

habitações limitado, beneficiando delas predominantemente famílias de classe média baixa, como funcionários públicos ou trabalhadores fabris com estabilidade económica, que representavam o trabalhador ideal aos olhos do regime.

No caso do Porto, entre 1935 e 1950, foram construídos cerca de doze bairros de casas económicas com mil seiscientos e sessenta e dois alojamentos, financiados pelo Estado, com apoio de organismos corporativos e algum capital privado (Figura 7 e 8). Apesar de terem sido anunciadas candidaturas abertas, na prática, não foi isso que aconteceu, uma vez que foi dada prioridade a funcionários públicos e classe média. A Câmara Municipal do Porto, construiu cerca de mil e noventa e quatro habitações, que não conseguiram dar alojamento a toda a gente devido ao elevado número de pessoas. Por outro lado, as habitações precárias continuaram a proliferar, o que fez com que o número de pessoas a viver em condições precárias, aumentasse cada vez mais.

Também no Porto, por intervenção do Estado com a participação de organismos corporativos, mas admitindo alguma participação de capital privado, foram construídos, entre 1935 e 1950, 12 bairros de casas económicas com 1662 alojamentos. Não obstante a retórica oficial de serem candidaturas abertas, estas conheciam uma hierarquização interna em termos de custos e de qualidade, foram maioritariamente destinados a funcionários e outras camadas intermédias, maioritariamente localizados em freguesias da primeira coroa periférica da cidade, próximas das unidades industriais (Cedofeita, Massarelos, Santo Ildefonso, Bonfim, Campanhã, Paranhos, Lordelo do Douro). Por sua vez, a Câmara do Porto terá construído 1094 habitações, muito aquém das necessidades. Continuavam assim a proliferar, nestas freguesias do Porto, 'ilhas' que, segundo inquérito feito em 1936, seriam 1153 com um total de 13.594 casas e 45.243 habitantes (cf. Gros, 1982; Matos, 1994) (Silva et. al., 2023, p. 53).

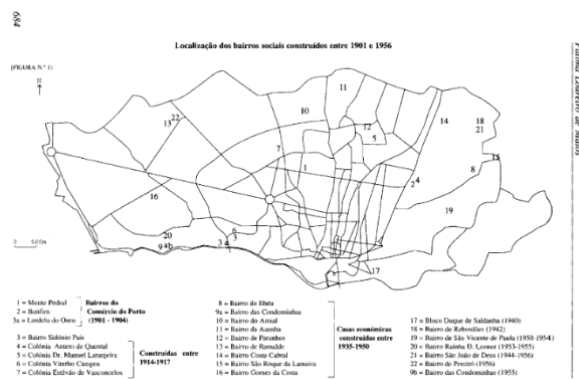


Figura 8 - Localização dos Bairros Sociais Construídos entre 1901 e 1956 (Fonte: https://www.academia.edu/27130315/Os_bairros_sociais_no_espa%C3%A7o_urbano_do_Porto_1901_1956)

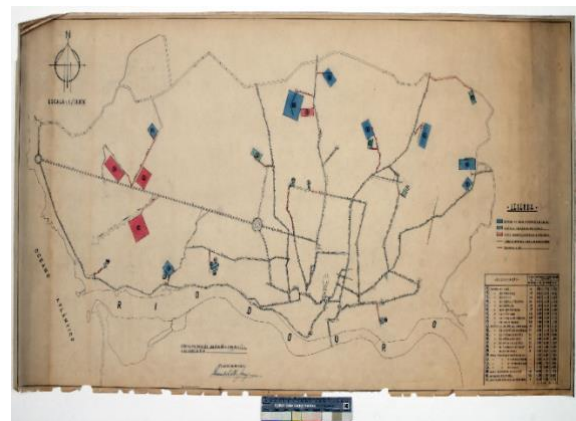


Figura 7 - Planta da cidade do Porto, com a localização de bairros de casas económicas e colónias operárias, 1945 (Fonte: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/474773/?q=bairros+soc>)

Como justificação para as políticas habitacionais aplicadas, foi imposta uma retórica de preocupação social, mas na prática, as intervenções foram limitadas em escala e alcance. Muitas iniciativas visaram apenas a redução de problemas de insalubridade que poderiam comprometer a saúde pública, ou desalojar populações de áreas centrais para os subúrbios, promovendo um modelo de segregação espacial. A exclusão de grande parte da classe trabalhadora mais empobrecida dos programas habitacionais demonstra a estratégia do regime em priorizar os grupos que pudessem servir como suporte social e político.

Além disso, arquitetonicamente falando, o modelo de habitação promovido pelo Estado foi uma tentativa de transportar para o ambiente urbano os valores associados ao mundo rural. A estrutura das “Casas Económicas obedecia à estratégia de reprodução do modelo de casa rural em meio urbano com pequeno jardim ou horta, aliás em consonância com a letra e o espírito do artigo 14 da Constituição de 1933” Silva et. al (2023, p. 54). Esta abordagem, no entanto, não se adequava às necessidades práticas das populações urbanas e operárias, que continuavam a sofrer pela falta de habitação digna e acessível.

A precariedade habitacional agravou-se ainda mais entre 1950 e 1960, quando o processo de industrialização voltou, mais uma vez, a atrair a população do interior do país para o centro da cidade. Dada a falta de ação do Estado perante os problemas de habitação, este fluxo migratório intensificou a formação de guetos e bairros segregados, tendo os bairros de lata se

tornado num símbolo da incapacidade do regime no que tocou à resolução do problema habitacional.

Assim, a política habitacional do Estado Novo reflete um sistema profundamente desigual, onde as classes operárias e os mais vulneráveis continuaram a ser negligenciados, enquanto o regime privilegiava a classe média e os seus aliados. As intervenções habitacionais estavam intrinsecamente ligadas à política de controlo social, e não a um compromisso com a melhoria das condições de vida das populações mais pobres.

Só após o 25 de abril de 1974, com a revolução que pôs fim ao regime ditatorial e instaurou um regime democrático, a questão da habitação assumiu novos contornos. O desafio passou a ser o de garantir o direito à habitação para todos, especialmente para as classes mais desfavorecidas, e reformular as políticas habitacionais de forma a refletir os princípios de igualdade e justiça social que surgem com a nova ordem democrática. Este seria um dos principais desafios do pós-25 de abril, e a partir deste momento, novas abordagens foram necessárias para lidar com os problemas habitacionais herdados do Estado Novo.

No rescaldo do 25 de abril, foi criado o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), um programa com o objetivo de dar resposta às carências habitacionais das populações mais desfavorecidas, que até então viviam em alojamentos degradados e sem condições mínimas de habitabilidade. Foi promovida a construção de habitação social com apoios diretos e financiamentos, trabalhou-se para corrigir a profunda situação de injustiça em que vivia aproximadamente 25% da população. Adicionalmente, o SAAL procurou relançar o setor da construção civil, então em crise, aliando a intervenção social a uma estratégia de recuperação económica.¹⁴

Embora o contexto histórico seja importante, não devemos descurar as questões sociais que também caracterizam os bairros sociais. Assim, devemos reconhecer que a história dos bairros sociais esteve sempre intimamente relacionada a questões sociais profundas, refletindo desigualdades estruturais e desafios no que diz respeito à integração das comunidades. Como já percebemos e como veremos mais à frente, a forma como foram concebidos e

¹⁴ Informação retirada de <https://www.abrilabril.pt/processo-saal>

implementados teve um impacto direto na vida dos seus residentes, influenciando a sua qualidade de vida, mas também o seu acesso a oportunidades e à plena participação na sociedade. Assim, compreender os bairros sociais implica, sem dúvida, uma análise da sua componente urbanística e histórica, mas também uma compreensão das realidades que os definem e os desafios que persistem ao longo do tempo.

Concebidos como uma resposta à necessidade urgente de habitação por populações em condições de insalubridade, os bairros sociais não se limitaram à provisão de um teto para estas famílias. Estiveram, desde o início, associados a políticas de regulação social, funcionando como instrumentos para aglomerar grupos específicos da população e, de certa forma, controlá-los. Estas políticas habitacionais, embora tenham respondido às carências económicas destas comunidades, também moldaram os seus comportamentos e inseri-los dentro de uma ordem social estabelecida. Contudo, longe de alcançarem uma verdadeira inclusão, muitas destas soluções apenas contribuíram para um processo de segregação, aprofundando o fosso de diferença entre quem habita os bairros sociais e o restante tecido urbano.

A habitação social e os propósitos inerentes à sua criação encontram-se, desde cedo, relacionados com processos de regulação e normalização social de uma franja populacional reconhecida como vítima ou agente de fenómenos de pobreza e exclusão social. Estes ultrapassam, em larga medida, a mediação da distribuição dos rendimentos, encontrando-se dependentes dos serviços de proteção social e dos mecanismos subsidiários estatais, mas, igualmente, guilhotinados a representações simbólicas de fragilidade estrutural como famílias disfuncionais, centros de marginalidade e de economias paralelas provocando a "ghetização" dos bairros sociais. (Santos, s.d, p. 1-2)

A mesma autora aborda uma questão importante, que ainda hoje podemos verificar, relativamente à forma como os próprios habitantes do bairro se veem a si mesmos. Estando a imagem dos bairros sociais profundamente marcada por estereótipos que, muitas vezes, não correspondem à realidade, o simples facto de viver num bairro social pode influenciar a forma como os indivíduos são vistos pela sociedade e, conseqüentemente, como se percebem a si mesmos. Os seus habitantes vivem naquilo que é um equilíbrio bastante frágil entre a vontade de trabalhar para alcançar uma vida melhor e a exclusão imposta pelos olhares exteriores, que os associam frequentemente a pobreza e criminalidade.

O preconceito enraizado contra estes territórios manifesta-se de formas subteis, mas implacáveis. Numa entrevista feita a “Chalana”¹⁵, uma figura importante no Bairro do Lagarteiro e em outros bairros do Porto, em novembro de 2024, este aborda a questão do acesso ao emprego, relatando uma realidade preocupante: "se alguém for a uma entrevista de emprego e disser que mora no Bairro do Lagarteiro, a resposta que recebe é imediata: ‘ah, nós depois ligamos’". E a pessoa ainda nem sequer tinha dado o número de telefone"¹⁶. Este estigma, profundamente enraizado, contribui para a perpetuação de um ciclo de exclusão, onde as oportunidades são negadas antes mesmo de serem verdadeiramente consideradas.

O isolamento social e autoexclusão tornam-se, nestes contextos, estratégias de sobrevivência face à discriminação e à falta de perspetivas de mobilidade social. Quando a sociedade impõe barreiras invisíveis, seja através da estigmatização territorial, da dificuldade no acesso ao emprego ou da ausência de oportunidades culturais e educativas, a tendência é que os moradores adotem uma postura mais defensiva. Neste sentido, o afastamento do restante tecido urbano não é apenas uma consequência da segregação imposta, mas também um mecanismo de proteção contra o preconceito e a rejeição constantes.

Assim, se as oportunidades de emprego são sistematicamente negadas devido ao local de residência, se o sistema educativo não se mostra suficiente para compensar as desigualdades socioeconómicas e se a própria sociedade os encara como corpos estranhos, a alternativa é a resignação a um espaço onde, ainda que possua dificuldades, existe um sentimento de pertença e reconhecimento. Devemos entender que esta decisão não é uma escolha consciente, mas antes uma atitude que resulta de uma realidade construída ao longo de gerações, onde o bairro se torna, para além de residência, um refúgio contra um mundo exterior que os rejeita.

O bairro social acaba por adquirir uma identidade própria, moldada tanto pela perceção externa, como pela vivência dos seus habitantes. Com o tempo, os estereótipos negativos

¹⁵ José António Pinto, conhecido por “Chalana”, é assistente social da Junta de Freguesia de Campanhã e tem sido, ao longo de 27 anos, uma referência no apoio às comunidades residentes em bairros sociais do Porto. O seu trabalho incide na procura de criação de oportunidades para aqueles que, muitas vezes, são invisibilizados pela sociedade, orientando jovens e famílias. Tem sido também uma referência na luta contra o estigma associado aos bairros sociais e a quebrar ciclos de exclusão e desigualdade.

¹⁶ Citação retirada de <https://expresso.pt/sociedade/2024-11-04-o-estado-nao-chega-a-estas-pessoas-mas-o-carro-da-policia-chega-sempre-chalana-o-maestro-que-dribla-adversidades-nos-bairros-do-porto-175e0218>

associados a estes territórios, para além de influenciar a forma como a sociedade vê quem lá vive, mas também afetam a autoestima e o comportamento dos próprios moradores. Estes, muitas vezes, acabam por interiorizar essas representações e agir em conformidade com esses estereótipos, ainda que de forma inconsciente, perpetuando o ciclo de exclusão e marginalização.

(...) o território, como que dotado de uma identidade e personalidade própria, mantém os seus esquemas funcionais e cresce em termos de representações pejorativas sentidas não só pela população exterior ao bairro social, mas sobretudo, pelos seus habitantes que cedem às expectativas simbólicas dessas mesmas representações, comportando-se de forma a confirmá-las. (Santos, s.d., p. 2).

A questão social dos bairros é, portanto, um reflexo de desigualdades estruturais que vão além. Embora um planeamento urbano equilibrado, com acesso a serviços, comércio e infraestruturas, possa mitigar a segregação e fomentar a inclusão, a realidade mostra que a habitação pública tem sido tratada mais como uma resposta emergencial do que como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. Ao tentar dar habitação digna, a maior parte das políticas de habitação acabam por deixar a questão da integração das populações no esquecimento e concentram a população mais vulnerável em espaços isolados, perpetuando a marginalização e o ciclo de exclusão.

A distribuição equilibrada do acesso a estruturas comerciais e de serviços de proximidade produzem espaços urbanos onde se esbatem as roturas, a marginalização, a polarização, a estigmatização e os conflitos. Não obstante este entendimento, a produção de habitação pública regride continuamente e foca-se quase sempre na resposta de emergência aos grupos muito vulneráveis, isolando-os ao longo de gerações em conjuntos habitacionais segregados (Gonçalves et. al., 2024, p. 49).

Os bairros são, portanto, o resultado de políticas habitacionais que, ao longo do tempo, oscilaram entre a intenção de garantir o direito à habitação e a criação involuntária de territórios segregados. A sua história e configuração urbanística refletem escolhas arquitetónicas e dinâmicas sociais e económicas que, muitas vezes, reforçam a exclusão em vez de a combater. Apesar de serem projetados como soluções para a necessidade de habitação, estes espaços acabaram por se tornar sinónimo de estereótipos que limitam o seu acesso a oportunidades. Compreender os processos de exclusão que moldam a vivência nos bairros sociais é essencial para repensar políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, capazes de transformar estes territórios em espaços de integração e desenvolvimento social sustentável.

2. BAIRRO DO LAGARTEIRO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

Localizado na zona oriental da cidade do Porto, na freguesia de Campanhã, o Bairro do Lagarteiro surgiu num contexto de profundas transformações urbanas impulsionadas pelas políticas de realojamento habitacional em Portugal, durante a segunda metade do século XX. Este período foi marcado, como já abordámos, por um grave problema de habitação, com a proliferação de barracas e alojamentos precários e sobrelotados, fenómeno observado principalmente no centro da cidade.



Figura 9 - Bairro do Lagarteiro : terrenos para construção em 1969 (Fonte:<https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/649384/?q=bairro+do+lagarteiro>)

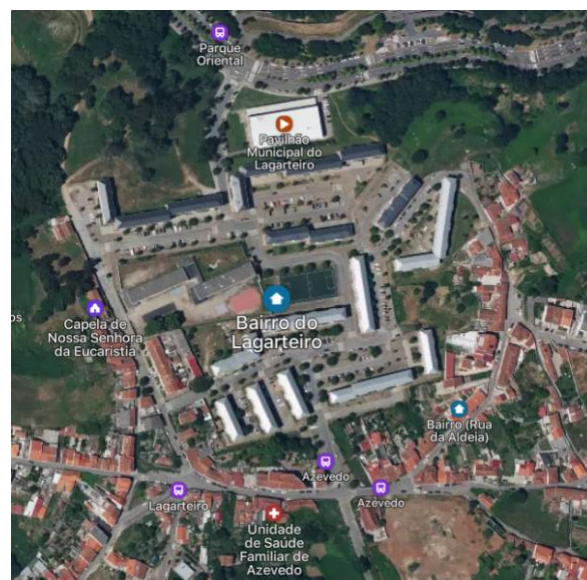


Figura 10 - Localização do Bairro do Lagarteiro (Fonte: <https://mapcarta.com/pt/W451895979/Mapa>)

Algo que devemos reforçar é que, durante o governo do Estado Novo, as políticas de habitação social promoviam fundamentalmente moradias unifamiliares, como os bairros de casas económicas que já mencionámos. A intenção era proporcionar habitação condigna a famílias de baixos rendimentos, mas este modelo apresentava limitações, sobretudo no que dizia respeito à densidade habitacional e à ocupação do solo. Contudo, a partir de 1940, a Câmara Municipal do Porto (CMP) optou por começar a apostar num modelo diferente, baseado em blocos habitacionais plurifamiliares. Esta mudança foi uma tentativa de responder ao agravamento da crise da habitação, permitindo alojar um maior número de famílias num

espaço mais reduzido. No entanto, esta abordagem teve consequências significativas, não só no que diz respeito ao ordenamento do território, como também no reforço de dinâmicas de segregação urbana. Isto fez com que o agrupamento de famílias em conjuntos habitacionais isolados, muitas vezes afastados dos centros urbanos e desprovidos de infraestruturas adequadas, contribuiu para a marginalização social das populações realojadas.

No caso específico do Bairro do Lagarteiro, a sua população inicial era constituída maioritariamente por famílias de baixos rendimentos e com reduzidas qualificações académicas. Estas condições acabaram por dificultar a sua plena inserção na vida económica e social da cidade, perpetuando desigualdades e limitando as oportunidades de ascensão social para grande parte dos seus moradores.

No período que antecedeu a urbanização do espaço que deu lugar à construção do Grupo de Moradias Populares do Lagarteiro, a área era predominantemente rural (Figura 9), caracterizada essencialmente por terrenos agrícolas e matos que se estendiam sem grandes infraestruturas urbanas. A paisagem era marcada por campos cultivados, pequenas hortas e algumas propriedades dispersas, onde as famílias se dedicavam maioritariamente à agricultura de subsistência e à criação de animais. O acesso era feito, na grande parte, por caminhos de terra batida, e a ausência de equipamentos e serviços urbanos refletia o seu carácter periférico em relação ao centro da cidade, já bastante desenvolvido em relação à parte oriental da malha urbana. Esta realidade começou a mudar com os primeiros planos de urbanização, que transformaram este território essencialmente agrícola num espaço de habitação coletiva, alterando radicalmente a configuração e a vivência local.

Situado na zona mais periférica da cidade do Porto, como atrás se mencionou e como se constata na figura 10, o território onde atualmente se localiza o Bairro do Lagarteiro caracteriza-se, ainda, por uma forte presença rural e um perfil predominantemente residencial. Durante grande parte do século XX, a ocupação desta área ocorreu de forma dispersa, onde se podiam encontrar pequenas habitações rurais que serviam, essencialmente, para alojamento de famílias ligadas à atividade agrícola e outras tarefas tradicionais. A configuração do espaço começou a transformar-se significativamente a partir de 1970,

quando teve início a construção do bairro (Figura 11), um projeto habitacional que alterou a paisagem e a dinâmica social da região, tendo marcado o início de uma nova fase no desenvolvimento urbano desta zona.



Figura 11 - Construção dos primeiros blocos do Bairro do Lagarteiro, 1970
(Fonte: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/649390/?q=bairro+do+lagarteiro>)

A edificação do Bairro do Lagarteiro ocorreu em duas fases distintas, com o objetivo de acompanhar a necessidade de expansão habitacional na cidade do Porto. A primeira fase de construção, iniciada em 1970, foi concluída em 1973, com duzentos e quarenta e oito fogos¹⁷, organizados entre os blocos um e nove – que, na atualidade, são apelidados pelos moradores como *Bairro Velho*¹⁸. Posteriormente, a Câmara Municipal do Porto (CMP) decidiu avançar com uma segunda fase, desta vez com a intenção de ampliar o bairro. Esta etapa ficou finalizada em 1977 e acrescentou mais cento e noventa e oito fogos ao conjunto habitacional, distribuídos pelos blocos dez a treze – atualmente apelidado pelos moradores de *Bairro Novo*. A expansão do bairro enquadrou-se, numa estratégia municipal para fazer frente à pressão habitacional da época, procurando contribuir para melhores condições de vida e de alojamento às famílias que enfrentavam dificuldades no acesso à habitação condigna.

¹⁷ Fogos, neste contexto, referem-se às unidades habitacionais individuais dentro de um edifício ou conjunto residencial. Ou seja, neste caso, um fogo corresponde a um apartamento ou casa destinada à habitação de uma família ou núcleo de pessoas.

¹⁸ Fonte direta

¹⁹Apesar de ter sido projetado e construído dentro de uma lógica modernista, que privilegiava a funcionalidade e a otimização do espaço, o Bairro do Lagarteiro acabou por não ser concebido de forma a integrar-se organicamente na malha urbana da cidade. Na sua envolvente mais próxima, a dinâmica parecia equilibrada, notando-se a presença de atividades económicas tanto formais como informais, espaços verdes que contribuíam para a qualidade ambiental e algumas zonas de convívio que incentivavam o contacto entre os moradores. Além disso, a proximidade entre os blocos possibilitava a interação social e promovia um certo sentimento de comunidade.

Porém, o principal problema prendeu-se no afastamento do bairro relativamente ao restante tecido urbano da cidade. O planeamento original não considerou adequadamente a geografia do local, o que terminou por resultar numa falha significativa no que diz respeito à acessibilidade. A falta de transportes públicos e de infraestruturas viárias adequadas agravou o isolamento do bairro, tornando difícil a mobilidade dos seus habitantes para outras zonas da cidade. Não existiu uma preocupação em tornar as ruas acessíveis para garantir uma ligação fluída e funcional, o que comprometeu a integração do bairro no quotidiano urbano.

Considerando que a localização geográfica e a configuração espacial destes territórios condicionam as práticas e vivências de quem aqui reside, importa referir que o Lagarteiro é um dos Bairros mais periférico da cidade do Porto, encontrando-se inscrito numa zona marcada por uma ainda forte ruralidade, mal servida em termos de transportes públicos e com uma rede viária de acessos deficiente. Neste sentido, o Lagarteiro surge como um aglomerado residencial desintegrado da malha urbana envolvente, fechado sobre si mesmo, distanciado da cidade dominante e alvo de um processo de segregação sócio-espacial (Marques et. al., 2007, p. 115).

A conjugação de fatores como a localização periférica, a precariedade das vias de acesso e a escassez de transportes públicos acabou por reforçar o isolamento do bairro, limitando as oportunidades de socialização dos moradores fora do seu próprio território. Este afastamento físico e estrutural contribuiu para o desenvolvimento de dificuldades sociais e económicas, aprofundando ainda mais o estigma e os desafios enfrentados pela comunidade ao longo dos anos.

O bairro foi, assim, projetado de forma desarticulada, carecendo de uma relação fluída e integrada com a malha urbana envolvente. A ausência de um planeamento cuidadoso resultou

¹⁹ Informação retirada de Marques et. al., 2007

num espaço habitacional que, desde a sua origem, se encontrava desconectado do restante tecido urbano da cidade. Relativamente às acessibilidades, estas eram frágeis, com uma circulação extremamente limitada ruas pouco funcionais e poucos elos eficazes com as zonas mais centrais do Porto. Além disso, a escassez de transportes públicos agravava ainda mais esta situação, dificultando a mobilidade dos moradores e restringindo as suas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e a outros serviços essenciais.

De facto, o Bairro do Lagarteiro resultou, em termos gerais, da atitude abstracta de mera ocupação de uma bolsa de terrenos disponíveis, ocupação essa marcada ainda pela desventura do modelo funcionalista que informou o respectivo desenho e que não se capacitou, nem a “fazer cidade” com conotados claramente urbanos, nem a “abrir”-se e articular-se à malha de matriz linear, e de organicismo elementar, de Azevedo. Assim, o Bairro do Lagarteiro constituiu-se, à partida, como forma segregada e como fragmento, com a agravante de não possuir qualquer coerência morfológica, ser estilhaçado e desarticulado internamente” (Marques, et al, 2008:9) (Pereira, 2011, p. 41-42).

Durante décadas, o bairro permaneceu fechado em si mesmo, preso na sua estrutura original, sem grandes intervenções que pudessem resolver ou atenuar o seu isolamento geográfico e social. A ausência de equipamentos coletivos, como espaços culturais, áreas de lazer e zonas comerciais diversificadas, contribuiu para a perpetuação de um quotidiano marcado pela falta de opções e pela dificuldade de interação com o restante contexto urbano. Esta condição reforçou o estigma associado a este bairro enquanto um espaço segregado, isolado e socialmente marginalizado, onde os desafios estruturais se refletiam diretamente nas vivências e no percurso de vida dos seus habitantes.

Foi apenas nos anos 2000 que se tornou evidente a necessidade de intervenção no Bairro do Lagarteiro, com a construção da Alameda de Azevedo de Campanhã, que iniciou um processo de transformação das acessibilidades à zona, em 2005, o que impulsionou a implementação de um plano de requalificação urbana no âmbito da *Iniciativa Bairros Críticos* (IBC). Este projeto foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, com o objetivo de colocar em prática uma política que reconhecesse o sistema urbano e as suas interligações como um todo. Sediada no Bairro do Lagarteiro, a equipa do projeto ficou estabelecida numa habitação cedida pela Câmara Municipal do Porto, no bloco 9, entrada 152. A *Iniciativa Bairros Críticos* surgiu da necessidade de intervir em áreas urbanas consideradas, como o próprio nome indica, críticas, que, devido à sua complexidade e aos diversos problemas sociais que

enfrentam, exigiam novas abordagens de intervenção, baseadas no envolvimento da população e no desenvolvimento das suas competências.

A *Iniciativa Bairros Críticos* foi criada em 2005 com o objetivo de colmatar algumas das falhas identificadas em intervenções urbanísticas anteriores, especialmente no que dizia respeito à participação dos moradores no processo de transformação dos seus bairros. De um modo geral, os projetos de reabilitação anteriores apenas se focavam na questão estrutural destes espaços, ignorando a importância da integração das comunidades locais, o que limitava o seu impacto e a adesão por parte da população. Nesse sentido, a IBC procurou a adoção de uma abordagem mais inclusiva e participativa, reconhecendo que a transformação destes bairros não poderia ser feita sem o envolvimento direto dos seus habitantes.

IBC (Critical Neighborhoods Initiative) was a program launched in 2005 with the aim of compensating for some of the shortcomings in the previous processes mostly in terms of participation of inhabitants. The aim of this program, coordinated by the IHRU—Housing and Urban Renewal Institute (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), was to act in several urban areas with critical factors of vulnerability (Pinto, 2013, p. 1447).

Neste sentido, entendemos como sendo *bairros críticos*, aqueles cujo território está, geralmente, degradado, habitado por populações que vivem em situações mais complicadas, em termos financeiros e sociais e, frequentemente, estes espaços sofrem com um forte estigma social, o que pode levar à marginalização e a comportamentos desviantes. Neste contexto, a IBC comprometeu-se a desenvolver soluções para qualificar territórios urbanos vulneráveis, apostando em intervenções socio espaciais integradas, com o principal foco de melhorar a qualidade de vida das comunidades e a funcionalidade destes locais, bem como a reabilitação e valorização dos espaços urbanos.

No caso do Bairro do Lagarteiro, a degradação do espaço era evidente e refletia os sinais que resultaram do abandono e falta de investimento em infraestruturas e serviços essenciais. Segundo Pinto (2013), o isolamento geográfico e social do bairro teria contribuído de forma significativa para o agravamento de diversas problemáticas, nomeadamente o aumento de situações de delinquência e vandalismo. A ausência de espaços de convívio e a o afastamento do restante tecido urbano levou a uma comunidade fechada sobre si mesma, onde a falta de contacto com o exterior dificultou a criação de dinâmicas sociais positivas. Assim, como uma

maneira de minimizar estas situações, a IBC destacou a necessidade de uma renovação residencial total.

Specifically in the case of the Lagarteiro Neighborhood, it was advocated that the whole residential area and public space was in need of complete renovation, thus providing a response to the concrete problem of renovating the extensive municipal estates built mostly in the 1970s, which was in an appalling state of degradation just like Lagarteiro at the start of this century (built in two phases: 1973 and 1977). The urban isolation of these areas had led to significant delinquency problems and the buildings and public space reflected the lack of conviviality among residents (Pinto, 2013, p. 1447).

De acordo com Pereira (2011), foram definidos como principais objetivos a integração do bairro na cidade, a melhoria da sua imagem e qualidade urbana e da qualidade dos moradores e o fortalecimento das suas competências individuais e coletivas. Para alcançar estas metas, procurou-se implementar programas de combate à exclusão social e toxicodependência, de mediação comunitária, de incentivo à participação ativa dos residentes e ao desenvolvimento de projetos educacionais. Além disso, foram também promovidas iniciativas relacionadas à saúde pública, prevenção da gravidez na adolescência, desporto, entre outros. Tudo isto foi pensado com a intenção de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos moradores, investindo na educação, principalmente. Entre as iniciativas levadas a cabo pela IBC destacam-se:

a implementação de estratégias direccionadas para as problemáticas da toxicodependência, exclusão social e iniciativas de mediação familiar e comunitária; desenvolvimento da educação ambiental, artística e a cultura da participação activa, através do aumento das habilidades sociais da população; desenvolvimento da articulação dos programas em curso na Administração Regional de Saúde do Norte (vacinação, saúde da mulher, criança e idosos, rastreio oncológico e da tuberculose) com vista a avaliar a real situação epidemiológica; desenvolvimento de iniciativas para prevenir a maternidade na adolescência; promoção de actividades desportivas coordenadas por animadores especializados, implementação de um projecto de hortas biológicas e criação de um jornal de bairro ("Diário do Lagarteiro"); desenvolvimento do policiamento de proximidade; mobilização da comunidade para a participação na identificação dos problemas e na procura de soluções (Pereira, 2011, p. 47).

Em 2009, iniciaram-se as primeiras obras de requalificação no âmbito da IBC. Durante este período, foram realizadas intervenções estruturais em oito dos treze blocos habitacionais. Verificaram-se melhorias significativas nos espaços públicos envolventes, incluindo arranjos urbanísticos e renovação de infraestruturas. Este passo foi um momento importante para a vida dos moradores, que viram nele uma oportunidade de melhorar a sua qualidade de vida. Porém, em 2012, o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) anunciou a

interrupção repentina do programa, colocando fim ao financiamento que até então teria dado, o que resultou no abandono dos blocos dez, onze, doze e treze.

Esta paralisação gerou um forte sentimento de injustiça entre os residentes, que se sentiram discriminados face aos restantes moradores do bairro que já haviam beneficiado das melhorias. De um lado, as fachadas renovadas davam uma nova vida aquele lado do bairro, refletindo o impacto positivo das obras de requalificação.²⁰ As entradas dos prédios estavam agora devidamente equipadas com portas, garantindo maior segurança aos moradores; as janelas substituídas por vidros duplos, proporcionando melhor isolamento térmico; e as escadas interiores estavam agora mais protegidas do exterior por janelas, conferindo-lhes um aspeto mais cuidado e moderno.

Por outro lado, nos blocos onde a reabilitação não chegou, a realidade era bem mais dura. As fachadas mantinham-se degradadas, e esse estado de abandono tornara-se ainda mais evidente por estar agora em contraste com a parte do bairro que havia sido renovada. As fachadas apresentavam manchas de sujidade, com paredes que se iam danificando, cada vez mais, com o passar dos anos. Em várias partes dos prédios, partes de cimento já haviam desaparecido por completo, expondo os ferros da estrutura e colocando em evidência os sinais claros do abandono prolongado. Para além do aspeto físico, a falta de intervenção nestes edifícios também se refletiu no aumento da insegurança. Se antes, a presença de estranhos nas entradas dos prédios era distribuída por todo o bairro, agora concentrava-se apenas num dos lados. Desta forma, a abruta paragem da requalificação do bairro deixou marcas visíveis e o impacto desta disparidade podia ser observada no próprio espaço urbano, conforme descrito:

O resultado é aquilo que está à vista de quem quiser passar pelo Lagarteiro, um dos vários bairros sociais da freguesia de Campanhã. De um lado, oito blocos de cara lavada, onde até é possível encontrar manjericos à janela. Do outro, prédios de fachadas sujas e esboroadas, com ferros da estrutura à mostra, por causa dos pedaços de cimento que foram caindo. A única uniformidade no local é o espaço exterior, cujas obras foram concluídas. Mas também aqui se notam diferenças. Junto aos blocos reabilitados não há lixo. Pelo menos numa das entradas dos prédios sem obras amontoam-se placas de madeira e um colchão velho, contribuindo para o ar de abandono do local. (Público, 2012).

²⁰ Informação retirada de <https://www.publico.pt/2012/06/24/jornal/reabilitacao-deixada-a-meio-gera-indignacao-no-bairro-do-lagarteiro-24780593>

A figura²¹ que se segue ilustra a situação em que o bairro se encontrou após a interrupção das obras, evidenciando mudanças positivas no espaço público, nomeadamente nos passeios e nos acessos viários, mas também os aspetos negativos, como o aspeto em que se mantiveram os prédios. A paralisação das intervenções, deixou o bairro completamente estagnado, com muitos projetos inacabados.



Figura 12 - Na frente, as estruturas antigas e degradadas do bairro, atrás blocos já requalificados (Fonte: <https://arquitecturapanamericana.com/>)

Perante esta situação, a insatisfação da comunidade e a necessidade de concluir o processo de reabilitação, a CMP assumiu a responsabilidade de retomar as obras. Foi em julho de 2014 que foi iniciada a requalificação dos blocos dez e onze, seguida pelos blocos doze e treze, em outubro do mesmo ano. Apesar de ter sido prevista a conclusão dos trabalhos para o início de 2015, diversos atrasos fizeram com que as obras apenas fossem finalizadas nos começos de 2016. A conclusão da requalificação do Bairro do Lagarteiro representou um marco importante na transformação do bairro, proporcionando habitações mais dignas e um espaço público renovado e com mais vida.

²¹ Note-se que as figuras 12, 13 e 14 representam todas exatamente o mesmo sítio, sendo que na figura 8 se verifica o estado em que este bloco ficou devido à interrupção e as figuras 13 e 14, se referem à construção e finalização da requalificação, respetivamente.



Figura 13 - Durante as obras de requalificação (Fonte: <https://afaplan.com/projecto?id=177n>)



Figura 14 - Durante as obras de requalificação (Fonte: <https://afaplan.com/projecto?id=177n>)

O Bairro do Lagarteiro possui uma história profundamente marcada por desafios sociais e urbanos que, ao longo do tempo, influenciaram diretamente a forma como as pessoas que aqui moram se relacionam entre si e com a sua envolvente. Situada numa área geograficamente afastada, a comunidade enfrentou desafios económicos e estruturais, tendo sido alvo de estigmatização e marginalização, fatores que contribuíram para a criação de uma identidade coletiva associada à exclusão. Paralelamente, o bairro tem sido palco de várias tentativas de transformação, com iniciativas que têm como foco a requalificação urbana e a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores. Compreender as múltiplas vertentes do passado do bairro é essencial para perceber e analisar a realidade atual do Bairro do Lagarteiro, algo que iremos abordar no próximo tópico.

2.1. A ATUALIDADE DO BAIRRO DO LAGARTEIRO

Atualmente, no que diz respeito ao seu edificado, o bairro manteve a aparência que adquiriu após a requalificação. Constatam-se que, por motivos naturais, como a exposição à chuva, ao vento, ao sol e a outros fenómenos da natureza, vão começando a aparecer alguns sinais de desgaste. Estes sinais são, no entanto, mínimos, refletindo-se em pequenos problemas estruturais, como pequenas rachadelas nas paredes e desvanecimento da tinta.

O mesmo não se aplica ao cuidado que se verifica quanto aos espaços verdes e nas ruas do bairro, que se mantêm em condições graças ao trabalho contínuo das entidades responsáveis. A CMP tem desempenhado um papel essencial nesse processo, responsabilizando-se pela limpeza regular das ruas e manutenção e preservação das áreas ajardinadas, como aquela que se encontra imediatamente atrás do bloco treze, sendo que esta é a maior área verde presente no bairro. Estas ações contribuem para que o ambiente continue organizado e agradável, promovendo um sentimento de bem-estar entre os moradores e ajudando a preservar uma imagem mais positiva do bairro.

Em termos de mobilidade, o transporte público que serve o Bairro do Lagarteiro é assegurado principalmente pela linha de autocarro 400²². Esta linha, que já existia nos primeiros anos do bairro, faz, hoje, a ligação entre a Trindade e o Parque Nascente, atravessando o Bairro do Cerco e a Escola Básica e Secundária do Cerco, proporcionando um trajeto direto tanto para o centro do Porto, como para o centro comercial, um dos principais espaços comerciais da zona.

Outra linha que serve a zona é a ZC, uma linha criada pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), que serve para compensar a falta de transportes em zonas mais afastadas de Campanhã, sendo que esta linha tem uma frequência de passagem mais espaçada. Existe ainda o acesso à linha 205, cujo ponto de paragem se situa mais afastado do bairro, mas oferece um trajeto direto para Matosinhos. As melhorias no transporte público têm sido positivas para os moradores, uma vez que as linhas 400, ZC e 205 ampliaram os trajetos, proporcionando acessos diretos a pontos importantes da cidade, como o centro do Porto e Matosinhos, facilitando a mobilidade e conectando o bairro a zonas mais distantes.

Como muitos bairros sociais, o Bairro do Lagarteiro é equipado por uma infraestrutura comercial e de serviços que atende às necessidades mais básicas da sua comunidade. Entre os serviços disponíveis, destacamos a presença de uma farmácia, um centro de saúde e um laboratório de análises, que garantem o acesso a cuidados de saúde básicos e que acabam por ser bastante relevantes, especialmente para a comunidade mais envelhecida, que não tem

²² Antiga linha 80

tanta facilidade de deslocação. No que toca a questões de alimentação, no bairro conta-se com uma padaria, um talho e um minimercado e, adicionalmente, um café e um tasco, que são locais de socialização e encontro informal.

A educação e o cuidado infantil também são elementos que encontramos no bairro, com a presença de uma escola primária, a Escola básica de 1º CEB do Lagarteiro, um ATL e um infantário, essenciais para o desenvolvimento das crianças e integração das famílias no tecido social. Estes espaços, para além do seu papel na educação formal e informal, funcionam também como pontos de contacto entre os moradores e as iniciativas comunitárias, como as culturais e educativas. O campo de futebol presente no centro do bairro é uma opção para a prática de atividade física e convívio entre as crianças e jovens que ali residem. O pavilhão desportivo, apesar da sua função principal estar ligada ao desporto, também é alvo de outras atividades comunitárias, incluindo culturais. Por fim, o *Cercar-te no Lagarteiro* é uma iniciativa cultural e social que serve como um centro de forma de integrar os jovens na sociedade através de atividades culturais e artísticas, servindo como um centro de dinamização cultural e de inclusão social e contribuindo para o envolvimento dos moradores em atividades de valorização cultural.

Em conclusão, apesar da presença de vários serviços essenciais e de espaços de convivência e aprendizagem, o Bairro do Lagarteiro continua a enfrentar desafios relacionados ao acesso e à qualidade desses recursos. Estes problemas de acessibilidade e a falta de iniciativas culturais consolidadas são aspetos fundamentais que devem ser considerados ao planear qualquer projeto para o bairro, especialmente no que diz respeito à promoção da cultura e da inclusão social, que serão abordados de forma mais aprofundada no próximo tópico.

2.2. CONDIÇÕES, PROBLEMÁTICAS E ATUAÇÕES

Para elaborar este tópico, decidiu-se realizar conversas informais com alguns moradores, envolvendo pessoas com idades compreendidas entre os treze e os setenta anos, de modo a ter acesso a uma maior diversidade de perspetivas sobre o bairro. Estas interações são importantes, na medida em que nos permitiram ouvir relatos e opiniões que refletem as

experiências e os desafios enfrentados no cotidiano dos indivíduos que moram no Bairro do Lagarteiro, proporcionando uma visão abrangente sobre o que os residentes consideram como sendo as principais problemáticas e as necessidades emergentes da comunidade.

Ao longo destas conversas, procurámos identificar tanto as iniciativas já implementadas para enfrentar os desafios locais, como as ideias e sugestões para futuras intervenções que possam responder de forma efetiva às lacunas existentes. Adicionalmente, incorporámos as nossas próprias reflexões – enquanto gestoras do património cultural, futuras mestrandas e, acima de tudo, como moradoras no Bairro do Lagarteiro – procurando enriquecer esta análise com uma perspetiva pessoal, crítica e com vista à transformação deste território.

De um modo geral, as conversas evidenciaram um sentimento de abandono por parte das instituições públicas. Foi destacada a falta de investimento contínuo em infraestruturas e na criação de atividades comunitárias como fatores que acentuam o isolamento e a marginalização da comunidade. Esta ausência de apoio institucional acaba por criar uma visão interna de um espaço que se encontra à margem da sociedade, onde as oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social são escassas ou inexistentes. Esta sensação de desamparo não se limita à carência de equipamentos e serviços, sentindo-se também na ausência de iniciativas que promovam a cultura, a participação cidadã e a coesão comunitária. Nota-se principalmente que os moradores sentem que vivem num local onde pouco ou nada acontece e esta realidade impede a formação de uma identidade, limitando as perspetivas de crescimento e bem-estar coletivo.

A insegurança dentro do bairro é outro problema. Embora se reconheça alguns moradores reconheçam momentos piores, a verdade é que a criminalidade – nomeadamente o tráfico e consumo de droga – permanece como uma preocupação constante. O encerramento da esquadra da polícia, cuja localização era o centro do bairro, é tido como um fator agravante, o que dificulta o relacionamento entre os residentes, por motivos de desconfiança entre si. A falta de policiamento tem, assim, um duplo efeito, reforçando, por um lado, o sentimento de insegurança e, por outro, contribuindo para a fragmentação das relações comunitárias, uma vez que os residentes, distanciados desse elo com as figuras de autoridade, tendem a manter-

se em isolamento, limitando o diálogo e o apoio mútuo que poderiam evitar conflitos e desencorajar práticas que afetam a qualidade de vida e o bem-estar de todos.

Aqui consideramos que parte da solução passaria pela cooperação entre as forças de autoridade e a comunidade, o que seria fundamental para o desenvolvimento territorial deste bairro, contribuindo para a coesão social e diminuição da criminalidade. A interação e o respeito mútuo são a chave para conhecer melhor as dinâmicas e necessidades do bairro, possibilitando a identificação precoce de situações de risco e a implementação de estratégias preventivas mais eficazes.

No que toca a situações socioeconómicas, percebemos que a realidade é marcada por empregos desgastantes e de baixa remuneração, que não deixam espaço para o lazer e, sobretudo, para a cultura. A maior parte dos indivíduos com quem estabelecemos contacto – principalmente aqueles que se encontram numa idade ativa e trabalhadora – afirmam que, com a sobrecarga relacionada com o emprego e responsabilidades domésticas, a cultura não é uma prioridade, sendo deixada para terceiro e quarto planos. Por outro lado, a população mais idosa já se mostra mais aberta à cultura e à ideia de participar em atividades artísticas e culturais, encarando estas iniciativas como oportunidades para socializarem e manterem-se ativas, tanto fisicamente, como psicologicamente.

Devemos refletir e ter em consideração o facto de a grande maioria destes indivíduos não encararem a cultura como algo que seja importante na sua vida ou que a cultura seja dedicada, também, a pessoas “como eles”. Face a isto, devemos entender de onde vem esta desvalorização, em parte resultante de um processo histórico no qual as iniciativas culturais foram sendo direcionadas a um público muito específico, considerado “mais instruído”, pertencendo a grupo de pessoas com maior poder de aquisição.

Embora disponha de serviços e infraestruturas básicas, como abordámos anteriormente; do ponto de vista cultural, o bairro sofre de uma carência no que diz respeito a espaços e iniciativas culturais. Esta ausência, aliada ao isolamento social e a uma perceção de insegurança generalizada, contribui para a marginalização da comunidade, perpetuando um ciclo de exclusão onde a cultura é frequentemente relegada para um papel secundário no

quotidiano dos indivíduos. A falta de um centro cultural ou de programação artística contínua limita as oportunidades de envolvimento da população em atividades culturais, apesar de, ao longo dos anos, se ter notado algum esforço para contrariar esta realidade.

Entendemos que a escassez de espaços culturais e a irregularidade das atividades promovidas criam um ambiente no qual a cultura não é considerada um elemento essencial na vida dos moradores, reforçando a ideia de que a arte e a expressão cultural não têm lugar no seu cotidiano. Por outro lado, a sua desvalorização – interiorizada ao longo do tempo e reflexo de uma realidade de exclusão social – faz com que muitos não procurem ativamente aproximar-se da área cultural, perpetuando um ciclo constante de invisibilidade. O resultado visível reflete-se na escassez da oferta e da demanda por experiências artísticas e culturais no bairro.

Neste contexto, a existência de intervenções que visem a transformação do ambiente tornam-se parte da solução. É imperativo que futuras iniciativas se preocupem com a organização de projetos sustentáveis e que se desenvolvam de forma a ter impactos positivos duradouros. O investimento em espaços culturais dedicados – que possam servir de ponto de encontro e de experimentação para diferentes faixas etárias – é fundamental que a cultura passe a ocupar um lugar central na vida dos moradores.

É importante reforçar parcerias entre as associações locais, as instituições culturais e as entidades governamentais, o que pode favorecer o desenvolvimento de programas que promovam a inclusão e a valorização do Bairro do Lagarteiro enquanto espaço de vivências artísticas e de expressão social. A proposta passa, também, pela necessidade de uma abordagem que reconstrua a identidade cultural do bairro, fazendo com que a arte e a cultura deixem de ser vistas como elementos exteriores e elitizados, para se transformarem em instrumentos de transformação e de fortalecimento comunitário.

De modo geral, as conversas informais que fomos tendo com alguns moradores e participantes do *Cercar-te* colocaram em perspectiva desafios estruturais e sociais profundos, que contribuem para um sentimento de generalizado de abandono e marginalização. A falta de investimento em infraestruturas, a escassez de atividades comunitárias e culturais, a

insegurança e a situação socioeconómica dos moradores são alguns fatores que reforçam o isolamento da comunidade e limitam as suas oportunidades de desenvolvimento. Tudo isto contribui para que se perpetue uma realidade onde a cultura é frequentemente desvalorizada e vista como algo distante da vivência dos moradores. Em seguida, analisaremos algumas das iniciativas que já foram colocadas em prática no bairro, bem como aquelas que permanecem ativas, procurando compreender o seu impacto na vida dos moradores.

3. PROJETOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS NO BAIRRO

3.1. ESPAÇO T – ASSOCIAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

Segundo o site oficial da Segurança Social, as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) são instituições sem fins lucrativos criadas por iniciativa privada, que têm como objetivo responder a necessidades sociais específicas, promovendo a solidariedade e o bem-estar das comunidades. Estas instituições atuam em diversas áreas para dar continuidade a objetivos como o apoio a crianças, jovens e famílias, proteção de idosos e pessoas portadoras de invalidez, promoção e proteção do direito à saúde, educação e formação dos cidadãos e resolução de problemas de habitação da população. Este tópico foi realizado através da informação disponível no *site*²³ oficial do Espaço T, mas também da entrevista realizada com Leonel Morais, atual responsável pela IPSS.

Neste sentido, o *Espaço T*²⁴ – *Associação para a Integração Social e Comunitária* surge como uma IPSS, fundada em 1994 e resultado de uma vontade de promover o empoderamento, a dignificação e a integração de grupos sociais em situações de vulnerabilidade. Esta instituição procura, através da arte, criar oportunidades de desenvolvimento pessoal e inclusão, permitindo que cada indivíduo que por aqui passa explore o seu potencial e se torne um membro ativo da sociedade, utilizando, portanto, as artes como um meio de desenvolvimento de competências e formação dos cidadãos. O Espaço T é um membro integrante do Clube UNESCO, uma iniciativa que integra associações, ONG's (Organização Não Governamental), escolas, universidade, fundações e círculos culturais, sociais e administrativos que acreditam e atuam com base nos ideais da UNESCO, o que reforça o seu compromisso com a educação, a cultura e a promoção da diversidade.

²³ <https://espacot.pt/>

²⁴ No Espaço T, a letra "T" significa todos

Relativamente à sua atuação, o trabalho do Espaço T é desenvolvido, maioritariamente, através de ateliês multidisciplinares que se desenvolvem tendo por base o “apoio à inclusão social, integração comunitária, reintegração social e laboral, promoção para a igualdade de género, interculturalidade, prevenção e combate à violência doméstica e de género” (Estatutos – Espaço T, citado por Silva, 2022, p. 17). Estas metas vão de encontro aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), na medida em que, ao incentivar a participação igualitária em diferentes esferas da sociedade e combatendo a violência doméstica e de género, as iniciativas promovidas pelo Espaço T inserem-se no ODS 5 (Igualdade de Género); no ODS 10 (Redução das Desigualdades), uma vez que trabalha a questão da inclusão de grupos em situações vulneráveis e cria oportunidades que possibilitam a sua participação ativa na sociedade; no ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) porque contribui para comunidades mais inclusivas e acessíveis, fomentando o envolvimento dos cidadãos em espaços de expressão e desenvolvimento pessoal; e no ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) por ser uma instituição que contribui, eficazmente, para o desenvolvimento de comunidades mais justas e sustentáveis.

Assim, podemos entender que o Espaço T tem como missão a integração social de indivíduos através da arte, independentemente da sua origem étnica, orientação sexual, identidade de género, religião ou classe social. Acreditando na capacidade transformadora da arte, esta instituição utiliza-a, nas suas mais variadas manifestações, como um meio de comunicação, permitindo que cada pessoa encontre a sua voz e desenvolva capacidades e competências fundamentais para o pleno exercício da cidadania. É, portanto, através da pintura, da música, da dança, do teatro de outras manifestações que o Espaço T promove o desenvolvimento pessoal e coletivo, assegurando um ambiente seguro e inclusivo onde todos são incentivados a explorar as suas capacidades e a sua criatividade. Neste processo é devolvida a autoestima e criam-se sentimentos de empoderamento, mas também capacita aqueles que participam nos projetos, oferecendo ferramentas para que possam enfrentar desafios e construir trajetórias de vida mais autónomas e dignas.

O Espaço T promove valores como o respeito, a tolerância e a igualdade e, deste modo, “pretende que aqueles que passam por si recuperam o sentimento de propósito na sociedade,

descubram o seu lugar no mundo e que o ocupem tendo em vista estes valores, contribuindo, assim, para um mundo melhor.” (Silva, 2022, p. 18). Mais uma vez, vemos aqui representados os ODS, nomeadamente o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), uma vez que, ao se apropriarem de forma positiva dos espaços e praticando os valores acima referidos, os cidadãos tornam-se um elemento fundamental para a construção de cidades e comunidades mais sustentáveis. Resumidamente, o Espaço T assume, como missão, conforme podemos verificar no site oficial, o “enquadramento do indivíduo em atividades artístico-culturais e/ou formativas, de modo a estimular as capacidades expressivas e desenvolver o investimento em si próprio. Promover a mudança social, com vista à aceitação da diferença pela sociedade.”.

Desde 1999, ano da sua fundação, até agora, 2025, o Espaço T foi reconhecido inúmeras vezes pelo trabalho que tem vindo a desenvolver. Começando pela visita do então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio; o Prémio do Concurso Nacional de Boas Práticas de Educação e Formação de Adultos, 2000; o Prémio Saber +²⁵, em 2001; o Prémio Acesso Cultura – Acessibilidade Social, através do projeto “Palcos para a Inclusão”, em 2019; assim como uma menção honrosa na *European Enterprise Promotion Awards* na categoria Empreendedorismo Responsável e Inclusivo, através do projeto "Palcos Para a Inclusão", 2021; entre outras distinções que podemos observar na seguinte imagem.

2024 – Prémio BPI La Caixa - Solidário	2012 - Prémio Boas Práticas na temática “Respostas Sociais” pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Solidariedade Social, Entidade Coordenadora da Plataforma Supraconcelhia do Grande Porto
2022 - Prémio Cooperação e Solidariedade - António Sérgio 2022 - Categoria de Inovação e Sustentabilidade	2012 - Corpo Evento – Ciclo de Espetáculos em Teatro e Dança reconhecido pelo Instituto Nacional para a Reabilitação como Projeto de Mérito
2022 - Prémio ao Valor Social - Fundação Cepsa	2012 - Iniciativa de Elevado Potencial de Empreendedorismo Social ES+
2022 - Prémio de Reconhecimento de Práticas RS e Sustentabilidade atribuído pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial	2010 - Menção Honrosa “Igualdade é Qualidade”, atribuída pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e Comissão para a Igualdade de Género
2021 - Menção Honrosa - European Enterprise Promotion Awards - Categoria Empreendedorismo Responsável e Inclusivo, com o projeto “Palcos Para a Inclusão”	2009 - Prémio Infante D. Henrique pela Confraria das Tripas à Moda do Porto
2020 - Prémio Cooperação e Solidariedade - António Sérgio – Categoria Sustentabilidade e Inovação, com o projeto “Palcos Para a Inclusão”	2008 - 3º Lugar na categoria de Serviço Social do Prémio Hospital do Futuro
2020 – Prémio BPI Capacitar La Caixa	2007 - Nomeado para o Prémio internacional Raymond Georis Price: The Mercator Found pela Fundação Calouste Gulbenkian
2019 – Prémio Acesso Cultura - Acessibilidade Social, com o projeto “Palcos Para a Inclusão”	2006 - Prémio “Igualdade é Qualidade”, atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
2015 - Prémio Glow Woman Club, de Melhor empresa com práticas no feminino	2004 - Prémio “Albino Aroso”, atribuído pela Associação para o Planeamento Familiar
2014 - Prémio BPI Capacitar	2004 - Menção Honrosa “Igualdade é Qualidade”, atribuída pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
2014 - Prémio EDP Solidária	2002 - Menção Honrosa “Igualdade é Qualidade”, atribuída pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
2013 - 3º Lugar na categoria de Serviço Social do Prémio Hospital do Futuro	2001 - Prémio “Manuel Lopes” – Menção Honrosa na categoria de Boas Práticas, atribuído pelo IEFP
2013 - 1º Lugar Prémio Cooperação e Solidariedade - António Sérgio – Categoria Boas Práticas	2001 - Prémio “Saber +”, atribuído pela ANEFA - Associação Nacional de Educação e Formação de Adultos
2013 - Medalha de Valor e Altruísmo Grau Ouro – C.M. Porto	2000 - Prémio do Concurso Nacional de Boas Práticas de Educação e Formação de Adultos, pela ANEFA
2012 - Prémio “Dote IPSS” atribuído pela Sector 3 – Consultoria de Gestão	
2012 - 3º Lugar na categoria de Prevenção da Obesidade do Prémio Hospital do Futuro	

Figura 15 - Screenshot dos prémios e distinções do Espaço T (Fonte: <https://espacot.pt/quem-somos#os-nossos-premios>)

²⁵ Tanto o Prémio do Concurso Nacional de Boas Práticas e Educação e Formação Adultos, como o Prémio Saber +, foram atribuídos pela Associação Nacional de Educação e Formação de Adultos.

Quanto à sua divisão e áreas de intervenção, destacam-se cinco casas: Casa da Felicidade, Casa do Mundo, Casa do Pinheiro Grande, A Nossa Casa da Trofa e Fora de Casa. A primeira, Casa da Felicidade, é a sede da instituição e o núcleo central das atividades, abrigoando três principais departamentos. O Departamento de Desenvolvimento Pessoal e Artístico é o responsável por desenvolver cerca de trinta ateliês semanais, trabalhando áreas como o teatro, a dança, a música e as artes plásticas, proporcionando aos participantes um espaço de criação e expressão individual. O Departamento de Emprego dedica-se a apoiar a procura de trabalho ou de formação profissional, tendo em consideração as dificuldades individuais de cada pessoa na inserção no mercado de trabalho. Já o Departamento de Comunicação e Imagem tem um papel fundamental no que diz respeito à organização e promoção de eventos culturais, sendo responsável pelo ciclo anual de espetáculos Corpo Evento, que apresenta *performances* resultantes dos ateliês artísticos.

A *Casa do Mundo* foca-se na diversidade cultural e na interculturalidade, sendo um espaço de acolhimento e valorização das culturas de diferentes comunidades. Através do projeto “O Meu País no Teu”, promove a divulgação de trabalhos artísticos contemporâneos de artistas de diferentes origens, incentivando o diálogo intercultural. Organiza, além disso, eventos como a Festa da Interculturalidade e os Dias da Interculturalidade, assim como exposições na Galeria Espaço t(eu), onde são apresentados trabalhos produzidos por imigrantes. A Casa do Mundo também abriga o Conselho Consultivo para a Interculturalidade (CCI), que promove encontros e iniciativas para debater temas como imigração, cultura e qualidade de vida. Além disso, conta com o CESFOR – Centro de Empreendedorismo Social e de Formação, que apoia a integração profissional através de projetos formativos, seminários e *workshops* em áreas como a ação social, a saúde e a interculturalidade. Em reunião com o Espaço T, percebemos que a Casa do Mundo ainda não foi aberta ao público e que será um espaço essencialmente dedicado a dar visibilidade a obras de artistas imigrantes, refugiados e outros grupos de pessoas que se encontram inseridas em grupos menores da sociedade.

A *Casa do Pinheiro Grande* acolhe os projetos *Cercar-te* e *Cercar-te no Lagarteiro - E9G*, que atuam nos bairros do Cerco e do Lagarteiro, promovendo a inclusão social de crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade. Estes projetos combatem o abandono, absentismo

e insucesso escolar, incentivam o desenvolvimento de competências e apoiam a empregabilidade e a inserção profissional. O projeto assenta em cinco medidas fundamentais, organizadas em centros de apoio específicos: o Centro de Informação e Encaminhamento para Respostas Educativas, que apoia a continuidade escolar; o Centro de Encaminhamento Profissional Juvenil, que orienta jovens na sua inserção no mercado de trabalho; o Centro Artístico Local, que dinamiza atividades culturais e artísticas; o Centro de Inclusão Digital, que promove competências tecnológicas e de literacia digital; e o Centro de Empreendedorismo Juvenil, que incentiva iniciativas empreendedoras. Estes projetos contam com um consórcio alargado de parceiros, incluindo escolas, instituições culturais e entidades governamentais.²⁶

A *Nossa Casa Na Trofa*, criada em 2001 a convite da autarquia local, segue os mesmos princípios da Casa da Felicidade, adaptados à realidade da Trofa. Este espaço disponibiliza ateliês de desenvolvimento pessoal e artístico, um serviço de atendimento psicológico e gabinetes de apoio ao emprego e à formação, garantindo um acompanhamento próximo da população local.

Por fim, o projeto Fora de Casa tem como principal objetivo levar as iniciativas do Espaço T para além das casas, promovendo a inclusão social através da arte em comunidades desfavorecidas. Entre 2017 e 2020, desenvolveu o projeto Palcos para Inclusão, que levou performances e atividades artísticas a crianças, jovens e adultos em situações de vulnerabilidade social nos concelhos do Porto, Trofa e Maia. A iniciativa permitiu que residentes de bairros sociais tivessem acesso a manifestações culturais e artísticas, reforçando a coesão social, incentivando o diálogo entre diferentes grupos e estimulando o desenvolvimento pessoal e interpessoal dos participantes.

Concluimos que o Espaço T é uma instituição multidisciplinar que, através dos seus ateliês e projetos, contribui ativamente para a construção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável. Com um trabalho direcionado para a integração social e comunitária, esta instituição atua de forma eficaz para garantir a sustentabilidade das comunidades (ODS 10 E

²⁶ Agrupamento de Escolas do Cerco, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Porto Oriental, Direção Regional Norte do Instituto Português do Desporto e da Juventude, Espaço T – Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária, Fundação da Juventude, Fundação de Serralves, Junta de Freguesia de Campanhã e Fundação Manuel António da Mota.

16), promovendo a igualdade de género (ODS 5) e reduzindo desigualdades (ODS 10). Desta maneira, o Espaço T, para além de transformar vidas individualmente, também desempenha um papel muito importante no fortalecimento dos alicerces de uma sociedade mais justa e equitativa.

3.2. CERCAR-TE NO LAGARTEIRO

3.2.1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

O *Cercar-te no Lagarteiro – E9G*, iniciado em 2021, é um projeto de inclusão social que faz parte do Espaço T e que se desenvolve com o apoio do Programa Escolhas. Criado inicialmente no Bairro do Cerco, em 2012, este projeto teve como objetivo a integração de jovens através de atividades culturais e artísticas, criando um ambiente onde se pudessem expressar e construir uma identidade positiva dentro da sua comunidade. Dado o sucesso deste primeiro programa, que levou ao Bairro do Cerco oficinas de expressão artística e atividades culturais que permitiram aos jovens explorar e valorizar a sua criatividade, foi decidida a expansão do projeto para o Bairro do Lagarteiro, onde o foco e o método foram adaptados para responder às necessidades específicas dos jovens deste bairro social.

O projeto *Cercar-te no Lagarteiro - E9G* é uma iniciativa que surge no contexto da nona geração²⁷ do Programa Escolhas (PE), uma intervenção pública nacional criada em 2001 com o objetivo de combater a exclusão social e promover a inclusão de crianças e jovens provenientes de contextos vulneráveis²⁸. Desde a sua criação, o Programa Escolhas tem vindo a ser renovado e adaptado, sendo que cada geração tem focos e prioridades específicos, alinhados com as necessidades emergentes das comunidades em que o projeto está inserido. Essencialmente, o programa procura atuar sobre as desigualdades sociais, económicas e educacionais que afetam jovens e crianças em situação de risco e, ao longo dos anos,

²⁷ Os ciclos no *Cercar-te* funcionam por gerações, três anos equivalem a uma geração.

²⁸ Informação disponível em <https://ipdj.gov.pt/programa-escolhas>

consolidou-se como uma referência no apoio a populações em bairros sociais, oferecendo alternativas de desenvolvimento pessoal, cidadania e capacitação profissional.



Figura 16 - Logotipo *Cercar-te no Lagarteiro* (Fonte: <https://odslocal.pt/projetos/cercar-te-no-lagarteiro-e9g-missing-translation--1978?lang=EN>)

A nona geração, que começou em 2023 e que se estenderá até 2026, continua essa trajetória com um foco especial em áreas como a educação, a formação para o emprego, a participação comunitária e a participação e inclusão cultural, ²⁹como podemos confirmar no *site* oficial. O *Cercar-te* é um dos projetos selecionados para esta geração e está implementado no Bairro do Lagarteiro, uma zona caracterizada por uma comunidade de baixos rendimentos e com limitações naquilo que toca ao acesso a serviços e oportunidades, fatores que contribuem para a marginalização e o estigma social, como abordámos nos tópicos anteriores.

Este projeto é, assim, um exemplo claro de como o Programa Escolhas usa a cultura e as artes como ferramentas transformadoras para melhorar a qualidade de vida desta comunidade. Baseado nos valores de inclusão e cidadania, o *Cercar-te* desenvolve atividades culturais e artísticas com o objetivo de valorizar a identidade local e melhorar a imagem da comunidade, trabalho que é feito através de iniciativas como oficinas de expressão artística, sessões de formação cultural, eventos e outros meios que promovem a participação ativa dos jovens no

²⁹ <https://ipdi.gov.pt/programa-escolhas>

processo de revitalização cultural da sua própria comunidade. O termo "E9G" no projeto faz referência à nona geração do Programa Escolhas, mostrando a continuidade e a relevância do projeto ao longo dos anos.

O Programa Escolhas oferece o suporte financeiro necessário do *Cercar-te*, integrando-o numa visão maior de integração social. Ao aprovar o projeto para a nona geração, o programa reconhece o valor das atividades culturais no contexto do Bairro do Lagarteiro, onde a exclusão social se reflete, entre outros, no estigma e nas barreiras que afetam os jovens e a forma como se veem dentro da sociedade. Identifica e responde, ainda, a essas necessidades através da promoção de projetos que ofereçam a esses jovens oportunidades de desenvolver competências, criar perspectivas e construir uma imagem mais positiva e inclusiva das suas comunidades.

Assim, o projeto *Cercar-te* representa um dos esforços do Programa Escolhas para assegurar que crianças e jovens de bairros como o Lagarteiro possam crescer em contextos que lhes ofereçam oportunidades de desenvolvimento, independentemente das condições socioeconómicas adversas. Ao usar a cultura como eixo central da sua intervenção, o *Cercar-te* contribui para um dos objetivos centrais do Programa Escolhas, que é o de transformar realidades através de atividades educativas e culturais que promovem a inclusão e ajudam a desmistificar estereótipos, proporcionando aos jovens uma plataforma para expressarem a sua identidade e para se afirmarem como parte integrante da sociedade.

No decorrer da sua atividade, o *Cercar-te* tem desenvolvido diversas atividades culturais e artísticas que têm vindo a marcar positivamente a vida dos seus participantes. Através de oficinas, espetáculos e projetos colaborativos tem criado oportunidades para que as crianças e jovens que acompanham o projeto participem ativamente na vida cultural. Assim, neste ponto, serão apresentadas algumas das atividades que têm levado o Bairro do Lagarteiro além das suas fronteiras, contribuindo para aproximar a comunidade da cultura.

Projeto *A Family One's Own*

O projeto *A Family One's Own*, foi desenvolvido pela fotógrafa Matilde Viegas a convite da Bienal de Fotografia do Porto no âmbito das residências artísticas realizadas nos bairros do Lagarteiro e do Cerco integradas na iniciativa Inter-relações. A proposta envolveu a exploração, através da fotografia, do quotidiano de um grupo de jovens residentes no bairro Lagarteiro, nomeadamente participantes do Cercar-te. Durante seis semanas, entre outubro de 2022 e março de 2023, Matilde acompanhou estes jovens através de um *workshop* de fotografia, durante o qual disponibilizou câmaras digitais incentivando-as a registar a sua própria realidade. Para criar uma relação de proximidade serviu, frequentemente, de modelo procurando colocar-se no mesmo patamar das participantes, promovendo uma relação de confiança mútua.

A fotógrafa destaca ao jornal *Público*, que um dos aspetos mais marcantes deste projeto foi a forma como as jovens o encararam, criando, segundo as suas próprias palavras “famílias fictícias, matriarcais onde havia muito respeito entre elas, onde todas cuidavam muito umas das outras. Faziam-se tranças, manicure, etc. Formavam uma rede muito firme e mantinham estes actos de cuidado”³⁰. Esta dinâmica reforça, em termos sociais e culturais, a forma como a partilha de ações quotidianas pode fortalecer os laços entre a comunidade e criar redes de apoio fundamentais em contextos como este.

O nome do projeto, foi pensado para remeter à obra *A Room of One's Own* (1929) de Virginia Woolf, que evoca, ao longo da obra, a importância e a necessidade de citar um espaço para o crescimento pessoal e a livre expressão. Neste contexto, o *Cercar-te* proporciona a estas jovens esse espaço, funcionando como um refúgio. Esta exposição fotográfica foi exposta na Estação de São Bento, no Porto, ao lado do projeto do artista Uwa Iduozee que trabalhou o Bairro do Cerco.

³⁰ Citação disponível em <https://www.publico.pt/2023/06/09/p3/fotogaleria/bairro-lagarteiro-elas-tracam-caminho-emancipacao-410386>

Arte Urbana – O futuro nas tuas mãos

O projeto *Arte Urbana – O Futuro nas Tuas Mãos* é uma iniciativa que se dedica à capacitação artística de crianças e jovens com idades compreendidas entre os nove e os quinze anos, residentes em comunidades desfavorecidas da freguesia de Campanhã, no Porto. Promovido pela *Domus Social*, com o apoio do *MXM ArtCenter*, este projeto tem como principal foco a formação em diferentes expressões de arte urbana, como *break dance*, *graffiti*, fotografia e vídeo. Esta aprendizagem é feita através de atividades regulares, onde vão aprendendo técnicas específicas de cada modalidade e desenvolvendo um olhar mais apurado sobre a arte urbana enquanto meio de comunicação e expressão pessoal. Esta iniciativa pretende, para além do impacto artístico, aumentar a autoestima, a autonomia e a capacidade de trabalhar em conjunto, elementos fundamentais para a inclusão social e cultural dos jovens envolvidos.

Não se limitando às atividades presenciais, este projeto expandiu-se, atuando também em ambiente digital, onde promove a aprendizagem através de pequenos *reels* divulgados na conta oficial do *Cercar-te* na plataforma digital *Instagram*. Estes conteúdos são feitos pelos próprios participantes do *Cercar-te* e oferecem tutoriais curtos, com dicas práticas sobre diferentes formas de arte urbana – neste momento podemos encontrar na conta oficial, dois vídeos, onde se explicam alguns movimentos de *break dancing* e como fazer a letra B em *graffiti*. Esta aposta nas plataformas digitais amplia o alcance do projeto, dando a conhecer o *Cercar-te* também a outros jovens que residem no bairro e que não tenham conhecimento do seu trabalho.

Os espetáculos e as apresentações ao público são momentos de destaque do *Arte Urbana – O Futuro nas Tuas Mãos*, concluindo o trabalho desenvolvido durante as formações. Realizados em espaços como a Alfândega do Porto e o *MXM ArtCenter*, estas *performances* dão visibilidade a estes jovens e a plataformas como o *Cercar-te*. Estas iniciativas trabalham para valorizar a arte urbana, criando oportunidades dentro e fora do meio artístico para o crescimento pessoal e artístico dos jovens que fazem parte dela.

Galerias comunitárias – Arte e crianças em ação

As Galerias Comunitárias fazem parte de um projeto de inovação social que procura aproximar a arte e a cultura das comunidades, promovendo a inclusão e a participação ativa das crianças e jovens na vida cultural. Esta iniciativa foi desenvolvida entre maio de 2021 e maio de 2023, que se compreendeu em algumas fases: os *workshops* e ateliês em que as crianças criaram as obras, seguidos da criação de dez galerias comunitárias com uma programação anual e, por fim, no terceiro ano, foram concretizadas obras de arte pública em cada bairro. Este projeto está ativo em dez bairros socialmente vulneráveis, no Porto – Lordelo, Pasteleira, Ramalde, Falcão, Contumil, Fontainhas, Cerco, Lagarteiro e Aldoar – através de ateliês semanais de artes plásticas realizados, no caso do Bairro do Lagarteiro, nas instalações do Cercar-te. Esta iniciativa conta com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, da Câmara Municipal do Porto, da Fundação Belmiro de Azevedo e do Fundo Social Europeu e procura reduzir desigualdades, estimular o pensamento crítico e fortalecer a autoestima das crianças e jovens envolvidos.

Estas galerias oferecem uma oportunidade de se expressarem, recriando as suas realidades, emoções e quotidiano através da arte, abordando temas como a felicidade, a tristeza, o medo, a raiva e outros sentimentos. O projeto *Galerias comunitárias – Arte e crianças em ação* oferecem um momento de reflexão e diálogo, servindo como uma plataforma para que os participantes se sintam ouvidos e valorizados, enquanto as suas produções artísticas ganham visibilidade e reconhecimento. Mais do que um espaço de exposição, estas galerias assumem-se como uma forma de reconhecer a identidade e expressão artística destas comunidades. Ao tornar a arte acessível e ao promover um sentimento de pertença, esta iniciativa contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde a cultura se apresenta, também, como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social.

Por acompanhar o *Cercar-te* desde novembro de 2024, tivemos a oportunidade de estar presente na inauguração das Galerias Comunitárias no Bairro do Lagarteiro, realizada no dia dezassete de dezembro. A inauguração contou com a presença do presidente da Junta de Freguesia de Campanhã, que se mostrou muito orgulhoso e preocupado em passar a mensagem de preservação do bairro e construção de uma identidade e imagem positiva do

bairro, apelando aos jovens para que se apropriassem do espaço de forma positiva. A inauguração contou também com Catarina Oliveira, responsável pela realização dos ateliês de arte plástica e alguns pais de participantes do projeto, que contribuíram com bolos e bebidas.

Em reunião com o *Cercar-te* e, posteriormente, com o Espaço T, percebemos que o projeto das galerias comunitárias no Lagarteiro e no Cerco sofreu uma paragem, estando as galerias atualmente confinadas ao espaço interior do *Cercar-te*. Esta limitação evidencia, como evidenciou Leonel Morais, responsável pelo Espaço T, em conversa, a necessidade de desenvolver um projeto que reative e dinamize estas galerias, tornando-as visíveis ao mundo exterior e integrando-as no futuro Roteiro das Galerias Comunitárias e talvez num possível roteiro pelas galerias comunitárias do Porto Oriental – que integram o Lagarteiro, o Cerco, o Falcão e Contumil. Para além disso, será ainda lançada a segunda fase deste projeto, como revelou, mais uma vez, Leonel, o “Galerias Comunitárias 10+1”, que prevê a criação de mais dez galerias comunitárias centradas na arte e na saúde mental, elevando para um total de vinte as galerias comunitárias no Porto e reforçando o seu impacto social e cultural.



Figura 18 - Galeria Comunitária *Cercar-te* no Lagarteiro (Fonte: Autora)



Figura 17 - Galeria Comunitária *Cercar-te* no Lagarteiro (Fonte: Autora)

3.2.2. APROXIMAÇÃO E CONTACTO: TRABALHO DE CAMPO

Para saber mais sobre o projeto *Cercar-te no Lagarteiro*, decidimos acompanhar e participar, ao longo de um período prolongado, em algumas atividades culturais promovidas pelo projeto. Observámos de perto o funcionamento das sessões e oficinas culturais, que incluíram atividades artísticas como teatro, dança, expressão plástica, arte urbana e *graffiti* permitindo-nos entender de que forma cada uma delas foi estruturada e implementada. Este envolvimento direto possibilitou-nos avaliar não só a dinâmica interna das atividades, como também as interações entre os jovens e os monitores, analisando as reações e o nível de envolvimento dos participantes em cada atividade. Além disso, procurámos estabelecer uma relação de proximidade com os jovens, criando um ambiente de confiança que facilitou a compreensão mais genuína do impacto que o projeto tem nas suas vidas, particularmente no que toca ao fortalecimento de laços com a comunidade e ao desenvolvimento de competências pessoais.

A oficina de artes plásticas acontece todas as quartas-feiras e é conduzida pela Teresa Brito, que procura proporcionar um ambiente propício para a criatividade e expressão artística. Embora o *Cercar-te* disponibilize materiais como folhas e lápis, a formadora costuma trazer os seus próprios materiais. Além de ensinar algumas técnicas de desenho, como o esfumado com o lápis de grafite, também incentiva os participantes a explorarem a sua criatividade sem estarem vinculados a representações tradicionais. Tal como estimula uma perspetiva menos convencional, também incentiva à valorização da cultura de cada participante, como se verificou muitas vezes ao dar espaço para que os participantes ciganos representassem a sua cultura nos seus desenhos, procurando saber mais e incentivando à partilha.

As sessões são divididas em dois grupos: primeiro, para os mais novos, até aos dez anos, e depois para os mais velhos, a partir dos onze. Ao longo das atividades, os participantes fizeram parte de diversas propostas, como a pintura de desenhos alusivos ao inverno, a criação de um postal de Natal onde ilustraram desejos para o mundo e para si próprios, e ainda a construção de uma árvore de Natal feita com cartão e rolhas de garrafa. Estas dinâmicas estimulam a criatividade, mas também proporcionam momentos de reflexão e partilha entre todos.

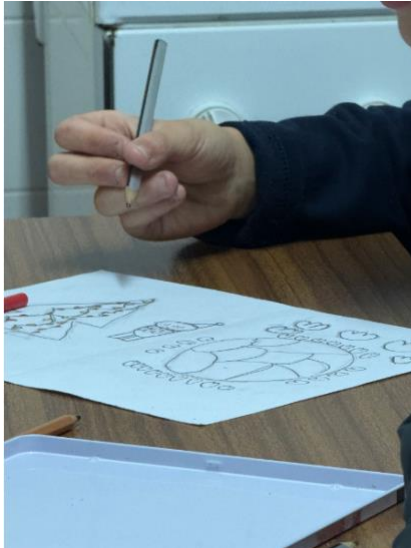


Figura 20 - Atividade Artes Plásticas (Fonte: Autora)



Figura 19 - Atividade Artes Plásticas (Fonte: Autora)

A atividade de *breaking* dá-se no âmbito da arte urbana, proporcionando aos participantes um espaço para explorar a dança e a música. Estas sessões são orientadas pelos formadores Catarina Ferreira e Manel Cunha, que fica responsável por trazer a coluna de som para colocar a música. A atividade realiza-se na sala principal do Cercar-te, onde os jovens têm mais espaço, ainda que seja um espaço pequeno, para poderem colocar em prática este estilo de dança. No entanto, esta atividade também é ocasionalmente realizada no *Cercar-te* do Cerco, permitindo uma maior interação entre os jovens.

Neste momento, podemos ver um pequeno registo desta atividade na conta oficial do Cercar-te, onde está publicado um *reels* no âmbito do projeto *Arte Urbana – O Futuro Está nas Tuas Mãos*. Neste vídeo, um dos participantes, nomeadamente o Gonçalo, exemplifica alguns passos de *breaking*, partilhando o seu conhecimento e divulgando o projeto.



Figura 21 - Aula de Breaking no *Cercar-te* no Lagarteiro
(Fonte: Autora)

As oficinas de *graffiti* desempenham um papel central e são uma das práticas mais significativas para esta dissertação. Realizadas todas as quintas-feiras, estas sessões envolvem a participação ativa dos jovens do *Cercar-te*, com os formadores 3, responsáveis por trazer as latas de *spray* e orientar os participantes na criação das suas próprias obras. O caráter dinâmico e flexível destas atividades permite que sejam realizadas em diferentes ambientes, o que contribui para a diversidade das experiências. Muitas vezes, as sessões acontecem em frente à entrada das instalações do *Cercar-te*, numa pequena tela. Noutras ocasiões, as atividades são realizadas no interior, onde os participantes têm a oportunidade de trabalhar de forma mais autónoma e individual, mas sempre partilhando ideias e aperfeiçoando as técnicas uns com os outros.

Atualmente, as oficinas de *graffiti* estão integradas no projeto *Arte Urbana – O Futuro nas tuas mãos*. Um exemplo disso é a colaboração com Ana, uma participante do *Cercar-te* proveniente do Lagarteiro, que tem sido uma figura importante neste processo de ensino e partilha. Através de um vídeo explicativo na conta oficial do Instagram do *Cercar-te*, Ana ensina aos seguidores a técnica de desenhar a letra "B" no estilo de *graffiti*, o que torna a aprendizagem acessível a uma audiência mais ampla. Este tipo de material, que combina a arte urbana com as redes sociais, não só documenta o progresso das atividades, mas também aumenta a visibilidade do trabalho realizado pelos participantes, estreitando o vínculo entre o centro e a comunidade externa.



Figura 23 - Atividade de graffiti no exterior (Fonte: Autora)



Figura 22 - Atividade de graffiti no interior (Fonte: Autora)

Em suma, o acompanhamento e participação nas atividades do *Cercar-te* no Lagarteiro trouxe uma nova perspetiva sobre a arte como instrumento de transformação social e inclusão comunitária. Estas sessões não são apenas momentos para passar o tempo, mas também espaços de aprendizagem artística e ambientes de partilha, descoberta e construção de identidade. Cada atividade e cada formador procura incentivar a criatividade dos participantes, respeitando as suas individualidades, promovendo um espaço de livre expressão.

Para além do impacto individual, estas atividades têm desempenham um papel essencial na construção de um sentimento de pertença dentro da comunidade, incentivando-os para gerar

impactos positivos no seu grupo. O *Cercar-te* atua como um ponto de encontro e socialização, onde os jovens desenvolvem competências artísticas, sociais e emocionais. Os modos como os formadores conduzem as oficinas, promovendo a autonomia dos participantes e incentivando a colaboração e partilha, reflete a importância de uma abordagem inclusiva e participativa na educação para a cultura. A utilização das redes sociais para divulgar as atividades do projeto também desempenha um papel importante, na medida em permite que a arte criada dentro do *Cercar-te* ultrapasse as fronteiras do espaço físico e chegue a um público mais amplo, convidando à adesão de mais participantes ao projeto.

CAPÍTULO III – PROPOSTA DE PROJETO

1. JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta surge da necessidade de reconfigurar as percepções sociais e culturais associadas aos bairros sociais, mais especificamente ao Bairro do Lagarteiro, um território que tem vindo a ser marcado pelo estigma e pela exclusão, quer geográfica, quer social. Como foi possível perceber através do enquadramento teórico que foi desenvolvido ao longo desta dissertação, durante décadas, a imagem deste bairro tem sido construída a partir de narrativas externas, frequentemente redutoras e pejorativas.

Durante a entrevista com a coordenadora do *Cercar-te no Lagarteiro*³¹, Catarina Figueiredo refere que, nos seus anos de experiência no Bairro do Lagarteiro, foi constatando que os próprios moradores, sobretudo as gerações mais jovens, foram crescendo imersos numa realidade em que as oportunidades são escassas e onde a sua identidade é, muitas vezes, associada a um sentimento de marginalização. Perante este cenário, torna-se essencial criar espaços de afirmação cultural e artística que promovam um sentimento de pertença e orgulho na comunidade, desafiando, ao longo do caminho, as representações negativas que recaem sobre o bairro. É, portanto, neste contexto que esta proposta de projeto se insere e justifica: pretende-se desenvolver uma iniciativa no âmbito do projeto Cercar-te, que, através da arte e da cultura, valorize o território e os seus habitantes, oferecendo-lhes ferramentas para que se expressem e reivindiquem a sua identidade.

A proposta consiste na criação de projeto cultural e artístico que envolva diretamente os moradores do Bairro do Lagarteiro, utilizando a arte urbana como um meio para transformar o bairro, tanto fisicamente, como no seu interior, promovendo o diálogo entre os moradores e promovendo a coesão social e o acesso equitativo à cultura e às artes. Através da realização de um mural na entrada do bairro, pretende-se que a população possa ressignificar a sua vivência no bairro, construindo narrativas mais positivas e contrariando àquelas que lhes são impostas. Utilizamos então a arte e, mais especificamente, a arte urbana como um

³¹ Ver anexo

instrumento de empoderamento, onde a comunidade se torna protagonista da sua própria história. Ao integrar esta proposta no projeto Cercar-te, que já atua na promoção da inclusão social através das artes, reforça-se a dimensão participativa e colaborativa da iniciativa.

O termo *Iniciativa Bairro Criativo* nasce de um jogo de palavras que remete à Iniciativa Bairros Críticos (IBC), explicada no tópico relativo ao Bairro do Lagarteiro. Recuperamos as mesmas iniciais e propomos um novo propósito. Se a IBC teve como principal foco a regeneração urbanística e estrutural do bairro, a *Iniciativa Bairro Criativo* centra-se numa regeneração mais simbólica da comunidade, através da valorização humana, cultural e identitária, através da arte e criatividade.

Esta proposta – aqui partilhada - pode relacionar-se com a questão do *Artivismo*, na medida que utiliza a arte como ferramenta de ação transformadora. Teles (2020), define *Artivismo* como uma junção entre arte e ativismo, sendo o *Artivismo*, portanto, a combinação de elementos associados à arte e outros ligados ao ativismo, resultando numa abordagem que reformula as narrativas convencionais da arte. A autora explica que a arte, por si só, tende a ser uma forma de expressão individual que reflete e interpreta a realidade existente, enquanto o ativismo tem um propósito coletivo, focado na mudança, ou seja, enquanto a arte se move num espaço mais autónomo, o ativismo está diretamente ligado às questões e lutas da sociedade.

(...) a hibridização proposta de Artivismo (...) altera e reinventa as narrativas tradicionalmente inscritas. Enquanto que a arte se construiu a partir do individual, o ativismo visa a ação coletiva; a arte observa e interpreta o mundo, o ativismo pretende transformá-lo; a arte teria o seu próprio universo autónomo, o ativismo está enraizado nas lutas inerentes à sociedade como um todo. (Teles, 2020, p. 70)

Com isto, entendemos que o *Artivismo* desafia os limites entre aquela que é a expressão artística e a participação na sociedade, criando narrativas que cumprem o papel tradicional da arte ao interpretar a realidade, mas também intervêm ativamente nela. Esta fusão demonstra que a criação artística pode ir além do fator estético, impactando verdadeiramente os espaços e as comunidades que os ocupam, servindo como um ponto de partida para a mudança. No cenário contemporâneo, onde as fronteiras entre teoria e prática se têm tornado cada vez mais fluídas, o *Artivismo* assume-se com uma ferramenta essencial para dar voz a comunidades marginalizadas, a desafiar estruturas de poder e traçar novos caminhos. Desta

forma, não só propõe novas interpretações da realidade, como também se consolida como um meio de transformação.

Assim, o conceito de *Artivismo* pode ser entendido como “causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística - nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística” (Raposo, 2015, p. 5). Raposo (2015), mais tarde citado por Raposo (2022), afirma que o termo *Artivismo* como um conceito relativamente recente, podendo ser definido como a combinação entre a arte e o ativismo, dando continuidade ao debate sobre a relação entre arte e política. O *Artivismo* utiliza a arte como um ato de resiliência e mudança, podendo ser encontrado “em intervenções sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, através de estratégias poéticas e performativas.” (Raposo, 2015, p. 5).

Historicamente entendemos que arte e política sempre estiveram relacionadas, ganhando força e destaque em conflitos militares ou em propaganda política, mas na atualidade essa relação começa a desenvolver uma nova perspectiva. As práticas artísticas estão cada vez mais envolvidas diretamente com causas às quais conseguem mais facilmente chegar e ter um impacto na sociedade. Mais do que nunca, a arte tem vindo a ser utilizada como uma política que afeta a vida das pessoas, tornando-se um meio de reflexão e transformação.

Em certo sentido, então, arte e política, nesta conjuntura contemporânea reajustam-se uma vez mais, dado que sempre se articularam, e parecem agora dinamizar um itinerário onde as práticas artísticas precisam urgentemente de se comprometerem com a vida, com as políticas para a vida (Raposo, 2022, p. 8)

Esta proposta enquadra-se, como se referiu antes, neste conceito, na medida em que utiliza as artes, no caso, a arte urbana, como um meio de valorização do Bairro do Lagarteiro, desafiando o estigma existente em relação ao bairro e promovendo uma nova perceção sobre este território. Esta proposta de projeto visa o fortalecimento da identidade local, a promoção da inclusão através da arte e na arte e cultura, não só reinterpretando a realidade do bairro, como também atuando sobre ela, estimulando a transformação social. É desta forma que se insere na lógica do *Artivismo*, uma vez que alia a expressão artística a uma dimensão de intervenção, funcionando como um motor de resistência e de mudança face às narrativas negativas, promovendo, também, a autoestima dos moradores.

Da mesma forma, a presente proposta também foi pensada de forma a ser enquadrada em consonância aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que é importante para compreender o potencial impacto social e cultural. De forma mais específica, esta iniciativa dialoga com os ODS 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos), estabelecendo um quadro para a sua pertinência e relevância.

ODS 4 – Educação de Qualidade

Assegurar a qualidade na educação representa o quarto objetivo do desenvolvimento sustentável. A educação de qualidade garante que todos tenham acesso a uma educação que se baseie na inclusão e na aprendizagem ao longo da vida. Este objetivo passa também pela eliminação das diferenças de gênero na educação, assegurando que todos os cidadãos, independentemente de questões relacionadas ao gênero, por exemplo, tenham o direito ao acesso a cuidados e desenvolvimento de qualidade desde a infância, abrangendo grupos mais vulneráveis da sociedade.

Garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Promover a aprendizagem ao longo da vida. Eliminar as disparidades de gênero na educação. Garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a cuidados e desenvolvimento de qualidade na primeira infância. Garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação para os mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade. (ODS, 2025)

Embora esta proposta não se enquadre diretamente no contexto de educação formal, a iniciativa desempenha um papel essencial na educação não formal, proporcionando à comunidade um acesso mais amplo e diversificado a experiências culturais e artísticas que estimulam o desenvolvimento de competências criativas. Através da arte urbana, os residentes do bairro – incluindo crianças, jovens, adultos e idosos – terão contacto com uma aprendizagem experimental e participativa, adquirindo novos conhecimentos por meio do diálogo e da comunicação entre as diferentes comunidades que ali vivem atualmente.

ODS 10 – Redução das Desigualdades

A redução das desigualdades representa o décimo objetivo do desenvolvimento sustentável. Aqui, o foco está na capacitação e promoção da inclusão social, económica e política de todos os cidadãos, independentemente de questões relacionadas a deficiência, etnia, religião ou condição económica. A igualdade de oportunidades é um direito acessível a todos, permitindo a redução das desigualdades e eliminando leis, práticas e políticas que coloquem esse direito em causa.

Capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição económica ou outra. Garantir a igualdade de oportunidades. Reduzir as desigualdades de resultado, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias. (ODS, 2025)

A desigualdade social, como temos vindo a perceber ao longo desta dissertação, é um problema que está presente na maioria dos bairros sociais e o Bairro do Lagarteiro não é exceção. Neste sentido, esta proposta procura atuar como um mecanismo de combate à exclusão e como uma forma de tornar a arte e a cultura acessíveis a esta comunidade. Através da arte urbana, a presente proposta de projeto procura criar condições que permitam aos moradores do bairro a apropriação do seu espaço e da sua própria narrativa, contrariando o processo de estigmatização a que estão sujeitos. Neste caso, procuramos criar espaços de valorização destas comunidades como uma forma de aumentar a sua autoestima e incentivar a uma fruição mais positiva do espaço com o qual convivem diariamente. Esta proposta promove, desta forma, a equidade, uma vez que dá voz a uma população que, frequentemente, se sente invisibilizada e silenciada.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

A construção de cidades e comunidades sustentáveis representa o décimo primeiro objetivo do desenvolvimento sustentável, tendo uma relação bastante forte com os ODS mencionados anteriormente, uma vez que é através destes que conseguimos alcançar este último. Aqui, a prioridade é garantir o acesso de todos os cidadãos a uma habitação justa e segura, de forma a viverem com dignidade, independentemente das condições económicas de cada um. A prioridade desta meta é

construir cidades e sociedades sustentáveis em todo o mundo. Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, segura e acessível. Aumentar a capacidade de planejamento e gestão integrados e sustentáveis de aglomerados humanos. Reduzir o impacto ambiental adverso das cidades, prestando atenção especial à qualidade do ar e à gestão de resíduos (ODS, 2025)

Como já abordámos no capítulo anterior, os bairros sociais são frequentemente vistos como espaços segregados dentro do tecido urbano, reforçando a divisão entre o centro e a periferia. A presente proposta insere-se no esforço de transformar o bairro num espaço mais sustentável e integrado, onde a cultura possa servir como um fator de coesão social e de revitalização urbana. A intervenção artística que propomos procura dar uma nova imagem ao bairro, mas também a reconfigurar a forma como este é percecionado, desde o seu interior, que consideramos ser um dos aspetos mais importantes nesta proposta. Como temos vindo a aprofundar ao longo desta dissertação, a cultura e as artes desempenham um papel essencial na construção de comunidades mais resilientes e dinâmicas, o que resulta em territórios mais inclusivos e participativos.

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Assegurar a paz, a justiça e instituições eficazes representa o décimo sexto objetivo do desenvolvimento sustentável. Este objetivo foca-se em três principais pilares que contribuem para a construção de sociedades mais justas, seguras e equitativas, garantindo que todas as pessoas usufruam dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente da sua origem ou condição. Para isso, torna-se fundamental fortalecer instituições que sejam transparentes, responsáveis e acessíveis, assegurando que funcionem de forma eficaz e em benefício de toda a população. Além disso, a promoção da paz e da inclusão social é fundamental para o desenvolvimento sustentável, uma vez que permite reduzir desigualdades, combater injustiças e criar comunidades mais coesas e resilientes.

Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas. Reduzir significativamente todas as formas de violência. Erradicar o abuso, a exploração e o tráfico e todas as formas de violência e tortura de crianças. Promover o estado de direito nos níveis nacional e internacional. Garantir a igualdade de acesso à justiça para todos. (ODS, 2025)

A marginalização e a exclusão social resultam, muitas vezes, na erosão do sentimento de pertença e de identidade. Ao criar um espaço de participação ativa, onde os moradores possam expressar as suas vivências através da arte, este projeto contribui para o

fortalecimento das comunidades, assim como para a paz e harmonia entre todos. A cultura e as artes têm um papel mediador essencial na amenização de conflitos e na construção de diálogos, como foi possível perceber quando abordámos os estudos de caso da Quinta do Mocho e da Torre, proporcionando alternativas construtivas para enfrentar as tensões sociais que afetam o bairro. Desta forma, a iniciativa reforça a importância da participação e do envolvimento comunitário como elementos essenciais para sociedades mais justas e equitativas.

ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos

Por fim, o décimo sétimo objetivo para o desenvolvimento sustentável foca-se na importância de fortalecer os recursos e as estratégias necessárias para alcançar o desenvolvimento sustentável de forma eficaz. Para isso, é fundamental a cooperação, não só entre países, mas também entre as diversas organizações e setores da sociedade, promovendo parcerias baseadas na solidariedade, na partilha de conhecimento e no apoio mútuo e contínuo. É também crucial que sejam distribuídos os meios financeiros, tecnológicos e institucionais de forma que estes sejam acessíveis a todos.

Revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Apoiar a criação de fortes parcerias ODS para atingir as metas ambiciosas da Agenda 2030. Reúna os governos nacionais, a comunidade internacional, a sociedade civil, o setor privado e outros atores. (ODS, 2025)

Nenhum projeto de impacto social significativo pode ser realizado isoladamente e esta proposta de projeto contempla a colaboração entre diversas entidades, desde associações culturais e organizações locais até parceiros institucionais e artísticos. O envolvimento da comunidade é, naturalmente, o elemento principal deste projeto, mas a criação de redes de apoio e parcerias permite que esta iniciativa se possa efetivamente realizar, permitindo um alcance mais amplo e sustentável. A cooperação entre diferentes agentes fortalece a capacidade de ação e garante que o projeto possa evoluir e adaptar-se às necessidades da população ao longo da sua implementação.

Em suma, este projeto é relevante como uma estratégia capaz de valorizar o Bairro do Lagarteiro e poderá, se eventualmente for realizado, apresentar-se como um exemplo

concreto de como a arte pode ser um agente de mudança e empoderamento, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva. Assim, a presente proposta fundamenta-se na premissa de que a arte e a cultura podem ser instrumentos de transformação, alinhando-se tanto com o conceito de *Artivismo*, como viemos a mencionar, como com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Ao recorrer à arte como meio de expressão e reflexão, podemos valorizar o Bairro do Lagarteiro e fomentar a participação ativa da comunidade, promovendo a inclusão social e fortalecendo identidades culturais muitas vezes estigmatizadas. Esta proposta tem, portanto, capacidades para responder a necessidades locais, como também se insere numa perspetiva mais ampla de desenvolvimento sustentável, onde a cultura e a arte desempenham um papel essencial na construção de sociedades mais equitativas e resilientes.

Podemos considerar esta proposta com um caráter multidisciplinar, na medida em que conjugamos a cultura e a arte como instrumentos de valorização comunitária com uma dimensão educativa de natureza informal. Propomos a criação de espaços de aprendizagem não formal, onde será possível estimular o pensamento crítico, a criatividade, a autonomia e o reconhecimento identitário. A educação não ocorre apenas em ambientes escolares estruturados, mas também em experiências como estas, que favorecem o desenvolvimento dos indivíduos e o fortalecimento dos laços comunitários. Neste sentido, o projeto posiciona-se como um agente educativo ativo, capaz de gerar impacto social e promover formas alternativas de inclusão social e cultural.

Neste sentido, devemos entender que as educações não formais e informais representam modos de aprendizagem que ocorrem fora do sistema de ensino tradicional, assumindo características próprias e complementares. A educação não formal distingue-se “pela flexibilidade de horários, programas e locais, baseado geralmente no voluntariado, em que está presente a preocupação de construir situações educativas” (Canário, 1999, p. 80). Já a educação informal refere-se a todas as “situações potencialmente educativas, mesmo que não conscientes, nem intencionais, por parte dos destinatários” (idem, p. 80), o que corresponde a contextos menos estruturados, mas ricos em aprendizagens espontâneas e inconscientes.

Neste enquadramento, o presente projeto integra elementos de ambos os níveis de aprendizagem. Por um lado, inscreve-se na educação não formal, uma vez que propõe oficinas com um cronograma flexível e conteúdos que podem ser adaptados à realidade dos moradores do bairro, o que reflete uma preocupação em criar situações educativas que se adaptem ao ambiente envolvente. Por outro lado, reconhecemos que, mesmo sem uma intencionalidade educativa explícita, o projeto promove vivências culturais que geram aprendizagens informais, indo de acordo com a ideia de “situações potencialmente educativas” (Canário, 1999, p.80). Assim, ao articular práticas culturais com dinâmicas educativas, a presente proposta posiciona-se como um espaço híbrido de valorização cultural e desenvolvimento pessoal.

2. OBJETIVOS

A presente dissertação tem, relembre-se, como objetivo investigar o potencial da arte e da cultura como ferramentas de valorização de bairros sociais. Conforme abordado no início do documento e como temos vindo a referir ao longo do corpo de desenvolvimento do trabalho, este estudo culminará, neste mesmo capítulo, com a apresentação de uma proposta de projeto a ser implementada no Bairro do Lagarteiro, no âmbito do programa *Cercar-te no Lagarteiro – E9G*.

Considera-se que a cultura é um direito que deve estar acessível a todos, já que desempenha um papel essencial na transformação social, promovendo a participação ativa da comunidade e contribuindo para a melhoria da autoestima e coesão social dos moradores. Enquanto forma de expressão acessível, a arte urbana torna-se um veículo fulcral para dar início à requalificação do bairro³², trabalhando como um meio para a desconstrução de estereótipos que frequentemente lhe estão associados.

A dinamização de atividades artísticas e culturais que envolvam os moradores é um dos pilares desta proposta, uma vez que se pretende estimular a apropriação positiva do espaço público; reforçar o sentimento de pertença da comunidade e criar oportunidades para uma participação mais ativa na vida cultural do bairro. A proposta aposta, neste sentido, no envolvimento dos participantes do Cercar-te, claro, mas também do resto da comunidade residente no bairro, que são os principais agentes na transmissão e construção de narrativas mais positivas sobre o território. Assim, é importante que se defina uma linha de objetivos gerais e específicos, que servirão de base para orientar a estruturação e o desenvolvimento da proposta, bem como para compreender de forma mais clara quais são os resultados esperados com a sua implementação. Ainda que este projeto seja, por enquanto, apenas uma proposta, a definição destes objetivos permitirá traçar um caminho mais sólido para a sua viabilidade e impacto na valorização do Bairro do Lagarteiro através das artes e da cultura.

³² como aprofundámos no tópico 2.1. A Arte Urbana na Inclusão e Revitalização de Bairros Sociais

Como objetivo geral, esta proposta procura a valorização do Bairro do Lagarteiro através da arte urbana, fortalecendo a identidade local, incentivando a participação ativa da comunidade e contribuindo para uma percepção mais positiva e inclusiva deste bairro. Pretende-se transformar o espaço urbano num ambiente dinâmico de convivência e expressão cultural e artística, estimulando o orgulho e o sentimento de pertença e identidade entre os moradores. Através da criação e produção de intervenções artísticas promover-se-á o diálogo entre as diferentes comunidades que residem no bairro. De um modo mais específico, foram definidos os seguintes objetivos:

- Tornar a arte e a cultura acessíveis à comunidade, proporcionando experiências que envolvam os moradores e promovam a sua expressão criativa;
- Incentivar a apropriação positiva do espaço público, utilizando a arte urbana como ferramenta de requalificação e ressignificação;
- Promover o diálogo entre os moradores como meio para alcançar maior harmonia e coesão social, fortalecendo os laços comunitários;
- Melhorar a imagem do bairro, desconstruindo estereótipos e estigmas tanto internamente, entre os próprios moradores, como externamente, junta da sociedade;
- Dinamizar e dar maior visibilidade ao *Cercar-te*, garantindo que o projeto se possa expandir e tenha condições para continuar a longo prazo;
- Incentivar a aposta em outras iniciativas culturais no bairro, evitando que esta proposta e mesmo o *Cercar-te* sejam um projeto isolado, o que poderia representar um risco no aumento da desigualdade e exclusão social;
- Aumentar a autoestima dos moradores, promovendo um sentimento de orgulho e reconhecimento do seu próprio bairro;
- Criar e fortalecer o sentimento de pertença e identidade coletiva, reforçando o envolvimento dos habitantes na construção de um bairro mais dinâmico e valorizado.

Tendo em consideração os objetivos apresentados, deve ser mencionado que esta proposta está alinhada com o trabalho desenvolvido, tanto pelo *Cercar-te*, como pelo Espaço T. O *Cercar-te* atua como um agente mediador para a comunidade, oferecendo oportunidades que promovem a criatividade, a aprendizagem e a interação e integração social. A presente

proposta de valorização do Bairro do Lagarteiro através da arte urbana insere-se nesta lógica de intervenção, reforçando a ideia de que a cultura e a arte podem ser um motor de mudança e empoderamento social.

Ao trabalhar para melhorar a autoestima dos moradores e aproximando a arte da comunidade, esta proposta contribui para um dos objetivos centrais do *Cercar-te* e do Espaço T, simultaneamente: a melhoria da autoestima e a inclusão dos indivíduos na sociedade. Enquanto projeto de intervenção social e cultural, o *Cercar-te* trabalha também estas questões, uma vez que dá continuidade à missão do Espaço T.

Ao incentivar a apropriação positiva do espaço público, esta proposta contribui para uma das áreas trabalhadas pelo *Cercar-te*: a criação de uma narrativa mais positiva sobre o bairro. O envolvimento da comunidade na construção de novas narrativas sobre o Bairro do Lagarteiro pode ter um impacto significativo na forma como o bairro é percebido, tanto por quem nele vive como por quem o observa. Através da arte urbana, pretende-se estimular esse processo, tornando os moradores agentes ativos na valorização do seu próprio território.

Por outro lado, desenvolver este trabalho com o apoio do Espaço T é um fator determinante para o sucesso da proposta. Enquanto instituição reconhecida pelo seu trabalho na promoção da inclusão social através da arte, utilizando diferentes expressões artísticas para capacitar pessoas em situação de vulnerabilidade, a sua experiência é um importante recurso na implementação das atividades propostas, oferecendo metodologias e abordagens que favorecem a participação da comunidade e garantem um impacto mais duradouro.

Esta colaboração pode também ajudar a garantir que o Bairro do Lagarteiro não fique dependente de um único projeto cultural. Um dos riscos que avaliamos ao pensar nesta proposta está associado à falta de continuidade ou falta de novas ações complementares, o que pode fazer com que os seus efeitos positivos sejam limitados no tempo. Ao criar ligações com outras entidades e promover a chegada de novas iniciativas, esta proposta pretende evitar esse cenário, garantindo que a cultura e a arte continuem a ser um elemento central na vida do bairro e que novas oportunidades culturais possam surgir de forma contínua.

Além disso, o espaço físico do bairro desempenha um papel crucial na concretização destes objetivos, sendo que este vai ser o palco da proposta. O Bairro do Lagarteiro é um território marcado por desafios sociais e espaciais, como já analisámos, onde o espaço público nem sempre é percebido como um lugar de encontro e expressão. A arte urbana pode, neste contexto, atuar como um elemento transformador, convertendo os espaços do bairro em locais de identidade e significado para os moradores. Ao incentivar essa apropriação, a proposta contribui para a valorização do território e para a melhoria da autoestima da comunidade, que passa a ver o seu espaço como um reflexo positivo da sua identidade coletiva.

3. INICIATIVA BAIRRO CRIATIVO

A presente proposta insere-se no âmbito do *Cercar-te no Lagarteiro* e propõe a criação de um mural comunitário como ferramenta de valorização cultural do Bairro do Lagarteiro. Através da arte urbana, pretende-se transformar de forma simbólica o espaço urbano e, simultaneamente, promover o envolvimento ativo da comunidade na construção de narrativas mais positivas sobre o lugar onde habitam. Este mural de arte urbana será desenvolvido de forma participativa, onde existirá um processo em que todos os participantes se poderão ambientar à proposta e à sua temática, refletindo as vivências, desejos e perspectivas dos próprios moradores, e representando um gesto de apropriação simbólica por parte da comunidade local.

O projeto parte da constatação de que o Bairro do Lagarteiro, à semelhança de muitos outros, é frequentemente alvo de uma estigmatização externa que, ao longo do tempo, foi sendo cada vez mais interiorizada pela população interna, notando-se também uma falta de iniciativas que envolvam verdadeiramente a comunidade. Ao envolver os moradores no processo de idealização e concretização final do mural – desde a escolha do tema e das imagens até à sua execução prática – criamos um espaço de partilha e de colaboração, onde cada um dos participantes é reconhecido e é dado valor à comunidade como um todo, garantindo a sua visibilidade e trabalhando para criar uma imagem mais positiva desde o interior do bairro.

Para além de ser uma intervenção estética no espaço público, o mural será utilizado como meio de criação de sentimento e mudança. Através do diálogo entre diferentes gerações, experiências e olhares, o projeto culminará, se corresponder à expectativa, no fortalecimento dos laços comunitários, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva mais positiva. Esta proposta tem como potencialidade, a transformação da forma como a própria comunidade vê o seu bairro e como ele é percebido por quem o observa de fora, funcionando como uma ferramenta de empoderamento e resistência.

Assim, este mural comunitário será o reflexo de um bairro que tem muito mais para contar do que os estigmas e preconceitos que lhe são atribuídos. Ao dar visibilidade e abertura para a partilha de histórias e expressões culturais que vivem no bairro desde o seu primeiro habitante, o projeto inscreve-se numa lógica de democratização da cultura, promovendo o acesso, a participação e a criação artística em territórios que, historicamente, têm vindo a ser excluídos destes processos. Trata-se, sobretudo, de um gesto de afirmação cultural, feito com e para a comunidade, acima de tudo.

Nos tópicos seguintes será possível perceber, de forma aprofundada, de que forma é que o projeto se desenvolverá. Serão apresentados, detalhadamente, os diferentes momentos que compõem as fases de implementação, assim como o cronograma que orientará a sua concretização na prática. Além disso, procederemos à identificação dos recursos necessários à execução da proposta, incluindo recursos humanos, financeiros e materiais, bem como financiamento e parcerias previstas, fundamentais para garantir a viabilidade do projeto.

De forma complementar, e de maneira a avaliar a viabilidade da proposta, será realizada uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) que permitirá identificar os principais pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças que poderão influenciar o seu desenvolvimento. Para finalizar, será realizado um tópico de reflexão para o futuro do projeto, apresentando as perspetivas e possibilidades de continuidade e crescimento após a sua implementação inicial.

3.1. FASES DO PROJETO

A fase de pré-planeamento constitui, neste projeto, uma etapa essencial para a sua fundamentação teórica e escolha de uma estratégia. É nesta fase que definimos os objetivos centrais da proposta e procedemos à investigação e revisão de literatura, enquadrando a intervenção no contexto social e cultural em que se insere.

Como foi explicado anteriormente, o projeto tem como principal objetivo agir através da arte e cultura para valorizar o bairro, promovendo a expressão criativa dos moradores e a

apropriação positiva do espaço público através da arte urbana. Procura-se fortalecer os laços comunitários e a coesão social através do diálogo, enquanto desconstrói estereótipos e melhora a imagem do bairro, tanto interna como externamente. Além disso, o projeto tenciona dinamizar e dar maior visibilidade ao *Cercar-te no Lagarteiro*, garantindo a sua continuidade e incentivando novas iniciativas culturais. Por fim, reforçamos a autoestima, o orgulho e o sentimento de pertença dos moradores, contribuindo para uma valorização sustentável do bairro e indo de encontro aqueles que são os valores do Espaço T.

Neste sentido, torna-se imprescindível que se proceda à revisão de literatura existente e à análise crítica de três domínios essenciais, que sustentam teoricamente a proposta. Em primeiro lugar, importa compreender de que forma é que as políticas culturais contribuem para a inclusão social e para a construção de territórios mais coesos e harmoniosos. Partindo da análise de documentos, estudos académicos e políticas públicas concretas, foi possível perceber o que está a ser feito atualmente para que a cultura seja acessível a todos e para que possa ser utilizada como um meio de inclusão.

Em segundo lugar, abordámos a arte urbana como uma ferramenta de transformação social, nomeadamente através do estudo de casos específicos de murais realizados em bairros sociais marcados por problemáticas semelhantes às do Bairro do Lagarteiro. Estes casos demonstraram o potencial da arte, quando utilizada em projetos que envolvem a comunidade, para melhorar o espaço urbano, reforçar o orgulho local e contribuir para a regeneração simbólica e social do território.

Por fim, a compreensão do processo de formação dos bairros sociais na Área Metropolitana do Porto, com maior incidência na cidade do Porto, destacando as problemáticas que lhes estão associadas, especialmente, sobre o Bairro do Lagarteiro - o local para o qual a proposta se direciona. O conhecimento aprofundado da realidade do Bairro do Lagarteiro permitiu ajustar a proposta às necessidades específicas da sua população, garantindo que a intervenção seja pertinente, sensível ao contexto e que, acima de tudo, seja desejada pelos seus moradores.

O planeamento do projeto foi estruturado para decorrer num período de aproximadamente quatro a cinco meses, preferencialmente entre os meses de abril e agosto, contemplando duas fases centrais: uma primeira dedicada à aproximação à comunidade e na preparação conceptual e estratégias da intervenção artística, e uma segunda fase dedicada à sua concretização.

A primeira fase é constituída por um conjunto de consultas comunitárias, a serem realizadas com uma periodicidade semanal. Estas sessões têm como objetivo perceber como é que os moradores se sentem relativamente à realização de um mural no bairro, identificar temáticas e conceitos relevantes a abordar nesta intervenção artística, criar uma relação de proximidade com a comunidade local e, de um modo geral, através da escuta e do diálogo com a comunidade, avaliar a viabilidade do projeto. A escuta ativa dos moradores é o passo mais importante para garantir que o projeto reflita verdadeiramente as necessidades, os desejos e as representações simbólicas do território.

Durante estas consultas comunitárias proceder-se-á à escolha do local onde o mural será implementado. Esta seleção requer uma análise cuidada de diferentes espaços disponíveis no bairro, levando em consideração critérios como a visibilidade do local, a sua acessibilidade, o estado da superfície e o impacto visual e simbólico que poderá ter na envolvente urbana. O local que sugerimos é uma fachada situada na entrada do bairro, no entanto, a escolha do local deverá ser feita em conjunto, com sensibilidade e procurando um espaço que, para além de funcional, possua significado para a comunidade. Com isto, pretendemos dizer que, embora sugerimos um local, estamos abertos a outras sugestões e poderemos optar pelo espaço que a maioria dos moradores preferir.

Outro elemento essencial desta fase será a definição das atividades a desenvolver nas oficinas de expressão artística. Estas oficinas terão como principal objetivo a introdução de conceitos e técnicas básicas de arte urbana e *graffiti*, envolvendo ativamente os participantes no processo de criação do mural. Para além da componente técnica, estas sessões pretendem estimular a expressão artística e a criatividade da comunidade, promovendo o sentimento de pertença através de memórias e histórias que compartilham entre si; a valorização do espaço

público; o incentivo ao respeito pelo ambiente urbano e o trabalho em equipa. Através destas atividades, gera-se impacto positivo na comunidade, reforçando a ideia de que a arte pode ser um meio eficaz de transformação e valorização do território.

Será ainda necessária a divisão de grupos de trabalho e a definição de espaços onde terão lugar as oficinas. Os locais escolhidos deverão ser, também eles, acessíveis e familiares para a população, como por exemplo o campo de futebol situada em frente ao edifício onde funciona o *Cercar-te* ou, em casos em que este espaço não possa ser utilizado, o edifício da escola primária. No que diz respeito à composição dos grupos, será colocada em prática uma divisão por faixas etárias – crianças e jovens (6-19 anos), jovens adultos (19-35 anos) e adultos e idosos (35-60 anos ou mais). Esta divisão tem como finalidade facilitar a organização das atividades, não se pretendendo criar grupos isolados, pelo contrário, a proposta procura estimular a partilha intergeracional, através de dinâmicas que envolvam diferentes idades e que criem oportunidades para que exista uma troca de ideias e experiências.

Ainda nesta fase, será realizada a seleção dos artistas que irão colaborar no projeto. Procuramos, para este projeto, talentos locais, porque acreditamos que existam jovens dentro do próprio bairro que possuem competências artísticas e que queiram participar ativamente na conceção e execução do mural, dando visibilidade a novos talentos e evitando recorrer, em primeira instância, a intervenientes externos. Farão parte do projeto artistas que já trabalham com o *Cercar-te*, nomeadamente os formadores Pedro Podre e Gonçalo Silva, com experiência consolidada na orientação de oficinas de arte urbana e *graffiti*.

A segunda fase do planeamento passa pela obtenção dos apoios e permissões necessários à concretização do mural. Será solicitado o devido licenciamento à Câmara Municipal do Porto e serão estabelecidos parceiros e financiamento junto de entidades que demonstrem interesse em apoiar esta iniciativa, sendo estes apoios especificados e aprofundados posteriormente. Paralelamente, será organizada toda a logística e definido um cronograma detalhado que oriente as fases seguintes do projeto.

No que toca à implementação das primeiras fases do projeto, serão realizadas oficinas preparatórias destinadas ao envolvimento da comunidade na conceção do mural. Através de

sessões criativas, os participantes terão a oportunidade de partilhar ideias, experiências e percepções sobre o bairro, contribuindo para o conteúdo simbólico do produto final. Apesar de termos delineado alguns temas para serem abordados nas oficinas, estes servirão apenas como um ponto de partida para orientar o processo criativo e garantir a viabilidade prática da proposta, sem, no entanto, limitar a espontaneidade ou o contributo individual e coletivo dos participantes. Com base nestes contributos, será desenvolvido o *design* final do mural, procurando garantir, acima de tudo, que este seja representativo da identidade, vivências e aspirações da comunidade local.

3.1.1. CRONOGRAMA

Relativamente ao cronograma de atividades, este corresponde à terceira fase do projeto, quando se dará início à realização das oficinas propriamente ditas, com uma duração estimada de quatro semanas, e uma frequência semanal, a decorrer em dias acordados durante as consultas comunitárias. Estas oficinas estarão integradas na programação do *Cercar-te*, aproveitando a dinâmica já existente das atividades de arte urbana, mas com um foco específico na criação de um mural comunitário com uma identidade visual coesa. A primeira oficina terá como objetivo a apresentação do projeto e a exploração de referências visuais, durante a qual serão mostrados murais realizados em contextos semelhantes, bem como o trabalho de artistas ligados à arte urbana. Procuraremos, durante esta sessão, convidar os participantes a refletir sobre o que é a arte e qual o seu papel no espaço público.

A segunda oficina será dedicada ao desenho livre, com base em temas ligados ao bairro. Os participantes poderão desenhar livremente elementos que considerem importantes no seu quotidiano, como pessoas, lugares ou memórias, sendo posteriormente convidados a partilhar e discutir os seus desenhos, se se sentirem confortáveis o suficiente para o fazer. O objetivo desta oficina é recolher ideias e símbolos que possam ser incorporados no mural, conferindo-lhe um carácter mais genuíno. Na terceira oficina, serão criadas colagens com diferentes materiais — como papel, tecido e tinta — explorando texturas, cores e formas. Esta atividade permitirá começar a desenvolver competências visuais e incentivar o trabalho em equipa. Já a quarta, e última, oficina será de introdução às técnicas de *graffiti* e arte urbana,

com demonstrações práticas e uso de *stencils*, pintura com *spray* e composição gráfica, de modo a preparar os participantes para a execução prática do mural.

Na quarta fase, com uma duração estimada de duas semanas, terão lugar sessões orientadas para o desenvolvimento da ideia final do mural. Será criado um espaço onde os participantes tenham a oportunidade de propor esboços e discutir os temas mais significativos para a comunidade, assegurando que o mural represente a identidade do bairro. Partindo destes contributos, iremos proceder à definição do desenho final e será planeada a divisão de tarefas para a execução do mural. O espaço onde será pintado o mural será devidamente preparado, contando com uma limpeza da parede, a aplicação da base e a marcação das zonas de pintura.

A inauguração do mural representa a reta final deste projeto e culminará num evento pensado para decorrer durante a tarde. Para além de uma celebração, este momento será uma oportunidade de partilhar com toda a comunidade o percurso do projeto, através da apresentação de um vídeo que reunirá todos os momentos que foram realizados até ao momento de inauguração. Assim sendo, a inauguração incluirá a apresentação do processo criativo, desde as reuniões comunitárias até à conceção final do mural, a explicação do significado do mural – com possíveis intervenções dos próprios participantes – e um agradecimento às entidades envolvidas, como o *Cercar-te*, o Espaço T, a Junta de Freguesia de Campanhã, artistas, voluntários, participantes e patrocinadores. O evento poderá contar com a presença de representantes da autarquia e incluir atividades complementares como uma *performance de break dance*, partilha de testemunhos e a exposição dos trabalhos produzidos nas oficinas. O encerramento será marcado por um momento informal de convívio comunitário, como um lanche partilhado, reforçando o espírito de união entre a comunidade.

Por fim, e no que toca à divulgação do projeto, esta será feita através das redes sociais, especialmente pelas páginas de *Facebook* e *Instagram* do *Cercar-te* e do Espaço T. No dia da inauguração, será incentivada a presença dos meios de comunicação social, nomeadamente de canais televisivos como a RTP1 ou a Porto Canal e jornais como o Jornal de Notícias ou o Jornal Expresso, assim como a outros meios de comunicação que estejam interessados, de

forma a dar maior visibilidade ao projeto e à importância da arte urbana como instrumento de valorização.

3.2. RECURSOS, FINANCIAMENTO E PARCERIAS

A concretização da *Iniciativa Bairro Criativo* requer uma articulação de diferentes tipos de recursos, tanto humanos, como materiais e físicos. No que toca aos recursos materiais, iremos precisar de elementos que são essenciais para a realização do mural e das oficinas associadas como *sprays*, pincéis, pequenas telas, papel, *stencil*, escadotes e cadeiras. Não devemos descurar o uso de material de proteção, que inclui batas, luvas e máscara, de forma a assegurar a segurança dos participantes e formadores durante o processo artístico.

Relativamente aos recursos humanos, falamos do envolvimento de vários agentes já integrados no contexto do *Cercar-te*, incluindo-se, entre estes, artistas locais, formadores, como Pedro Podre e Gonçalo Silva, responsáveis por conduzir as atividades de arte urbana e *graffiti*, estagiários que colaboram, também, com o projeto e ainda voluntários que manifestem interesse em apoiar o desenvolvimento das atividades. O objetivo é criar uma equipa que seja multidisciplinar e inclusiva, promovendo a participação ativa da comunidade.

Em relação aos recursos físicos, referimo-nos aos locais que iremos precisar para a realização das oficinas e para o próprio mural. Neste aspeto, foram identificados dois espaços fundamentais para a implementação do projeto, um dos quais é a parede situada na entrada do bairro (Figura 23), que servirá de suporte ao mural comunitário, e o campo de futebol local (Figura 24), um espaço amplo que poderá ser utilizado para as oficinas artísticas e momentos de encontro com a comunidade. Como alternativa, caso o espaço inicialmente previsto não possa ser utilizado – seja devido a condições meteorológicas adversas ou por qualquer outro motivo não previsto -, equacionamos a possibilidade de recorrer às instalações da escola primária local. Esta opção será considerada mediante a disponibilidade e autorização da representante da escola, garantindo assim que as atividades possam decorrer em ambiente seguro, confortável e acessível para todos os participantes.

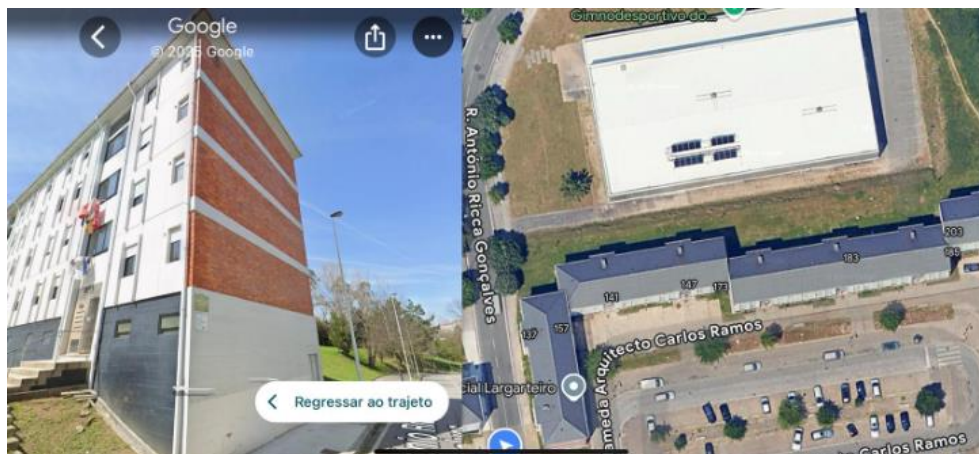


Figura 24 - Parede destinada ao mural comunitário, localizada na entrada do bairro, no bloco 13 (Fonte: Google Maps)



Figura 25 - Campo de futebol destinado às oficinas e às reuniões comunitárias, situado em frente ao Cercar-te (Fonte: Google Maps)

No que diz respeito ao financiamento do projeto, o esperado é que este receba o apoio financeiro do Programa Escolhas, que já financia o *Cercar-te*, assumindo-se como o principal suporte financeiro da iniciativa. Para além deste, prevemos a articulação com outras entidades, como a Junta de Freguesia de Campanhã e a Câmara Municipal do Porto, ambas com interesse e histórico de colaboração em projetos de intervenção cultural e comunitária. A candidatura a fundos e concursos de apoio à cultura, como os mencionados no ponto 1.2. desta dissertação sobre políticas culturais e inclusão, representa um recurso relevante e coerente com os objetivos deste projeto.

Por fim, destacamos o papel das parcerias já existentes no âmbito do *Cercar-te*, que poderão ser utilizadas e reforçadas no contexto desta proposta. Entre elas incluímos a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação de Serralves, a Fundação Ageas – Agir com o Coração, a Junta de Freguesia de Campanhã e a Fundação Belmiro de Azevedo. A estas poderá acrescentar-se o Instituto Politécnico do Porto, enquanto parceiro académico, uma vez que é no seu âmbito que escrevemos a presente dissertação, assim como potencial impulsionador de novas dinâmicas de colaboração e avaliação do impacto do projeto. Acrescenta-se ainda a parceria com a Escola Básica de 1º CEB do Lagarteiro, que poderá colaborar disponibilizando as suas instalações e envolvendo os seus professores no projeto, que poderão assumir, inclusive, um papel ativo na orientação das oficinas, contribuindo com a sua experiência pedagógica e reforçando a ligação entre a escola e a comunidade. Estas parcerias apresentam-se como elementos importantes deste projeto por representarem apoio técnico e logístico e no fortalecimento da legitimidade e visibilidade da iniciativa.

3.2. ANÁLISE SWOT

A análise SWOT é uma ferramenta que aprendi a utilizar ao longo da minha formação académica, tanto na licenciatura em Gestão do Património Cultural, como no presente mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural. Ao longo destes percursos, percebi a sua utilidade enquanto método de diagnóstico e planeamento estratégico, permitindo identificar os pontos fortes e fracos de determinado projeto ou organização, assim como as oportunidades e ameaças que o contexto interno e externo pode apresentar. Por este motivo, optei por aplicá-la neste projeto, reconhecendo o seu valor enquanto instrumento de apoio à tomada de decisões e avaliação da viabilidade da proposta. Araújo (2018, p. 27) considera que esta ferramenta “desempenha um papel fundamental na fundação e conceção de estratégias e políticas, na avaliação regular das organizações”. Em relação ao termo dado, este representa, em inglês, as *Strengths* (Pontos Fortes), *Weaknesses* (Pontos Fracos), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças).

No presente contexto, utilizamos a análise SWOT com o intuito de identificar os principais aspetos que influenciam a implementação e o sucesso do projeto *Iniciativa Bairro Criativo*. A

análise destes aspetos permitirá compreender melhor as dinâmicas envolvidas, destacando as vantagens existentes e os desafios e limitações a considerar.

Pontos Fortes

- Inovação e pioneirismo;
- Foco na comunidade;
- Enquadramento académico;
- Ligação pessoal ao bairro;
- Multidisciplinaridade.

Como ponto forte, a proposta apresenta um carácter inovador e pioneiro no Bairro do Lagarteiro, ao propor uma abordagem artística e cultural que até aos dias atuais pouco foi explorada. O seu foco na comunidade local reforça a relevância e o impacto da presente proposta, colocando os moradores do bairro no centro do projeto. Acresce ainda a inserção da proposta em contexto académico, o que contribui para a sua credibilidade, uma vez que é proposto com base em fundamentação teórica sólida. O facto de residir no bairro desde tenra idade, constitui uma experiência vivida e um conhecimento mais profundo da realidade local, elementos que dificilmente estariam presentes em projetos externos à comunidade. Por fim, definimos a multidisciplinaridade deste projeto como uma das suas principais forças, uma vez que permite articular dimensões culturais, educativas e sociais, tornando a intervenção mais abrangente e adaptável às necessidades reais da comunidade, potenciando o impacto do projeto e reforçando a sua capacidade de resposta a diferentes desafios do território.

Pontos Fracos

- Falta de antecedentes no bairro;
- Possível resistência da comunidade;
- Dificuldade em medir impactos imediatos.

Apesar do seu potencial, a proposta de projeto enfrenta alguns desafios, como a ausência e antecedentes de projetos deste tipo no bairro, o que pode dificultar a aceitação inicial da

comunidade. Neste mesmo sentido, existe também a possibilidade de resistência por parte dos moradores, sobretudo se não se sentirem envolvidos desde o começo do projeto. Além disso, a transformação proposta neste projeto é um processo que será desenvolvido a longo prazo, tornando-se difícil a avaliação de impactos a curto prazo, limitando a mensuração da eficácia imediata das ações.

Oportunidades

- Apoios institucionais e programas de apoio à cultura e às artes;
- Parcerias estratégicas;
- Envolvimento da comunidade.

Como oportunidades, consideramos que este projeto pode beneficiar de oportunidades como o apoio de programas culturais que apoiam iniciativas culturais e artísticas e programas institucionais que promovem a inclusão e a coesão social. A possibilidade de estabelecer parcerias com entidades locais e regionais pode reforçar a sustentabilidade do projeto e a abertura do projeto à participação da comunidade representa, de igual maneira, uma oportunidade de criar laços duradouros e promover o sentimento de identidade e pertença.

Ameaças ou Constrangimentos³³

- Dificuldade em cumprir as fases estabelecidas do projeto;
- Baixa adesão da comunidade;
- Falta de parceiros;
- Falta de financiamento;
- Estigma social persistente.

Entre as principais ameaças destacamos a dificuldade em cumprir as fases estabelecidas para a implementação do projeto, que podem estar relacionadas com a falta de parceiros ou de financiamento. A eventual baixa adesão da comunidade é também um fator de risco, podendo

³³ Optamos pelo termo “Constrangimentos” por considerarmos mais apropriado, uma vez que não confere uma conotação tão negativa associada ao termo “Ameaças”, permitindo uma abordagem mais construtiva e realista dos desafios identificados.

comprometer os objetivos pretendidos. Por fim, o estigma social associado ao bairro pode dificultar a percepção externa do projeto e afetar o seu reconhecimento e valorização. Da mesma forma, o estigma existente dentro da própria comunidade pode ser um entrave ao desenvolvimento do projeto.

3.1. PERSPETIVAS E CONTINUIDADE

De um modo um pouco mais introspetivo, entendemos que esta proposta apresenta um potencial significativo para a valorização cultural do Bairro do Lagarteiro, com o contentamento da comunidade no centro do projeto, uma vez que este foi pensado para a comunidade e com a comunidade. No entanto, é importante reconhecer que a sua implementação pode enfrentar limitações no contexto atual, principalmente porque a comunidade é, ainda, muito fechada sobre si mesma e profundamente marcada por uma história de exclusão e desconfiança, podendo não estar, de imediato, receptiva a este tipo de iniciativa. Como observamos, a ausência de experiências anteriores semelhantes no bairro e a falta de hábitos de participação cultural tornam este processo mais delicado e exigem uma abordagem paciente e progressiva, respeitando os ritmos e as dinâmicas internas da população.

Isto não significa, contudo, que o projeto não é viável. Pelo contrário, acreditamos que é exequível, desde que acompanhado por um trabalho mais profundo, contínuo e, sobretudo, paciente com a comunidade local. Para isso, é de extrema importância que se estabeleça uma relação de proximidade, cultivando a confiança mútua, dando oportunidade para que sejam ouvidas as necessidades, interesses e dinâmicas próprias do território. Este processo exige tempo e deve ser desenvolvido em estreita colaboração com os moradores, assumindo este projeto como uma construção coletiva.

Neste sentido, sobressaltamos o papel essencial dos mediadores comunitários. Por mediadores referimo-nos a pessoas que não só residem no bairro, como também possuem uma relação de proximidade e influência junto dos demais habitantes. O sucesso do projeto *Cercar-te no Cerco* deveu-se, em grande parte, ao trabalho de mediação desenvolvido no

terreno por Joana, atualmente formadora no *Cercar-te no Lagarteiro*, que participou na implementação do projeto no bairro do Cerco e destaca-se pelo seu envolvimento direto com a comunidade. Em colaboração com uma figura de referência da comunidade cigana, conseguiu atrair os moradores, incentivando a sua participação ativa e promovendo a sua permanência ao longo das diferentes fases do projeto. Esta articulação permitiu fortalecer os laços já existentes, mas também criou oportunidades a quem participou, demonstrando o impacto positivo de um trabalho constituído de dentro da comunidade para fora.

Contudo, esta proposta não deve ser, nem será, encarada como um projeto isolado ou de impacto momentâneo. Pelo contrário, este projeto foi pensado como uma semente para um trabalho contínuo de construção de sentimento de pertença e identidade através da arte e da cultura. A médio e longo prazo, será fundamental dar continuidade a iniciativas como esta, quer através de parcerias com entidades locais, quer pela aposta em infraestruturas culturais dentro do próprio bairro.

Um dos caminhos possíveis para esta continuidade prende-se com a documentação em vídeo de todo o processo. O registo das atividades, os testemunhos e as reações da comunidade, construirá um arquivo visual que, posteriormente, vai ser reaproveitado e recontextualizado. Reaproveitando as galerias comunitárias já existentes dentro do *Cercar-te no Lagarteiro*, este material seria exposto ao seu lado, funcionando como uma memória viva e como incentivo para novos projetos. Idealmente, tanto as obras expostas nas galerias comunitárias como o vídeo documental sobre o projeto *Iniciativa Bairro Criativo* deveriam dispor de um espaço próprio para exposição no seio da comunidade. Um exemplo viável seria o edifício que se encontra atualmente abandonado, situado junto à escola primária, que, mediante uma eventual reabilitação, poderia ser transformado num espaço multifuncional. Este local poderia acolher as galerias comunitárias e futuras edições desse mesmo projeto, incluindo o vídeo documental e, por fim, poderia funcionar como um pequeno centro cultural, promovendo o acesso à arte e à cultura.

Para além de constituir uma forma de memória viva, este vídeo documental será também uma ferramenta de sensibilização e inspiração para o desenvolvimento de iniciativas semelhantes,

tanto no Bairro do Lagarteiro, como em contextos idênticos. Os progressos e as conquistas registadas ao longo das atividades servirão de testemunho do impacto que este tipo de projetos pode ter na desconstrução dos estereótipos e preconceitos associados ao bairro, conferindo uma maior visibilidade destas comunidades. Neste contexto, a visibilidade assume um papel central na valorização do território, pois é através dela que se amplificam as narrativas internas, muitas vezes esquecidas ou negligenciadas.

Uma outra forma de dar continuidade a este projeto ao longo do tempo passa por, nesta primeira edição, se pintar apenas a parte inferior da fachada – mais concretamente, a zona branca, que pode ser identificada na figura 23, acima mencionada. Esta decisão estratégica permite que o mural seja desenvolvido de um modo faseado, respeitando os ritmos da comunidade e possibilitando que novas edições do projeto possam dar continuidade ao trabalho iniciado. Assim, em futuras intervenções, poderá dar-se seguimento à pintura das restantes divisões que vimos na fachada representada na figura 23, e, eventualmente, estender esta intervenção a outras fachadas do bairro, promovendo uma transformação visual gradual e participativa do espaço público.

Como sabemos, é fundamental reconhecer a importância do trabalho em equipa e da cooperação entre as diferentes entidades e indivíduos para assegurar a continuidade e eficácia destes projetos. A articulação com associações culturais, escolas, universidades e autarquias revela-se essencial para que se garanta a consistência, a credibilidade e a sustentabilidade destas iniciativas. É ainda através do trabalho em parceria que se torna possível o acesso a recursos técnicos, humanos e financeiros que, de outro modo, estariam inacessíveis.

A longo prazo, espera-se que a continuidade deste tipo de intervenções possibilite a criação de papéis dentro da própria comunidade, como o de mediadores culturais locais – à semelhança dos que integram o projeto *Cercar-te*. Esta forma de empoderamento local contribui para a autonomia da comunidade, mas também reforça o sentimento de pertença e de responsabilidade coletiva.

Assim, embora a proposta aqui apresentada possa enfrentar alguns obstáculos neste momento, possui capacidades para determinar as bases para um caminho possível, ou seja, um percurso de valorização cultural que só poderá florescer com tempo, com a escuta ativa da comunidade, com envolvimento progressivo e com políticas de continuidade. Trata-se de um investimento e de uma mudança a longo prazo, que coloca a acessibilidade à cultura e às artes como motor de transformação social, sobretudo em contextos como o Bairro do Lagarteiro, onde tantas vezes tudo parece estagnado. Mais do que um fim em si mesmo, esta projeto pretende dar início a algo maior, funcionando como um incentivo à construção conjunta de um futuro mais expressivo e digno para a comunidade do Bairro do Lagarteiro.

CONCLUSÃO

A presente dissertação procurou refletir sobre o potencial da cultura enquanto instrumento de valorização de comunidades estigmatizadas, tomando como base teórica os contributos de autores e programas que entendem a cultura como um bem simbólico, um direito fundamental e como um caminho para a inclusão e coesão social. Ao longo do corpo de desenvolvimento, foi sendo desenhado um caminho até à conceção de uma proposta concreta, pensada para o Bairro do Lagarteiro.

Partindo da constatação de que os bairros sociais são frequentemente alvo de estigma e excluídos dos circuitos culturais formais, argumentámos que a promoção de práticas culturais e artísticas locais podem funcionar como um mecanismo de empoderamento e mudança das narrativas negativas associadas a estes espaços. A proposta de projeto surgiu como uma forma de começar a resolver esta constatação e, posteriormente, todo o enquadramento teórico e o trabalho de campo que se seguiu foram pensados e estruturados de forma a fundamentar e sustentar esta proposta, garantindo que esta tivesse uma base sólida. O foco foi colocado na comunidade, enquanto público-alvo desta proposta e no *Cercar-te no Lagarteiro*, como associação local para iniciar este processo.

Embora arrojada e arriscada, a proposta apresentada pretende contribuir para a valorização do bairro, através da sua história, das suas vivências e da participação ativa dos seus moradores. Apesar de reconhecermos as limitações inerentes a uma comunidade ainda muito marcada pela desconfiança, o projeto assume-se, acima de tudo, como um ponto de partida, uma possibilidade de abertura a novas experiências, e não como uma solução definitiva ou um acontecimento isolado. Acreditamos que criar um espaço de escuta, expressão e reconhecimento é o caminho para que a comunidade se sinta abraçada por este projeto e que, sobretudo, deseje fazer parte dele.

A análise SWOT permitiu identificar com maior clareza os pontos fortes, as fragilidades, as oportunidades e as ameaças que o projeto poderá enfrentar. Esta ferramenta de análise estratégica revelou-se fundamental para compreender os possíveis desafios da

implementação, assim como delinear estratégias de continuidade a médio e longo prazo. Assim, a escolha de documentar em vídeo todo o processo assume um papel de grande importância, não só pelo registo, mas porque este registo funciona como uma memória viva. A criação de um espaço onde seja possível a exposição das galerias comunitárias e o vídeo documentar, foi apontado como uma proposta de continuidade concreta, capaz de consolidar e expandir e expandir os efeitos do projeto inicial.

Destacamos, por fim, que este trabalho não pretendeu, em momento algum, apresentar soluções fechadas, mas antes levantar questões, propor caminhos e demonstrar a relevância de pensar a cultura e a arte partindo dos territórios e das pessoas que os habitam. A valorização cultural do Bairro do Lagarteiro, ou de qualquer outro território com características semelhantes, exige políticas públicas consistentes, recursos adequados e o reconhecimento das histórias e das vivências daqueles que lá vivem. Neste sentido, sublinhamos a importância e a existência da memória coletiva – um património vivo, feito de significados e experiências compartilhadas. A *Iniciativa Bairro Criativo* contribui para a materialização da memória comunitária ao transformá-las numa linguagem artística e cultural acessível, visível e participada. Sem este reconhecimento e empatia, qualquer iniciativa correrá o risco de ser pontual e, como consequência, poderá aprofundar ainda mais o fosso de desigualdade existente. Poderá, de igual modo, reforçar as dinâmicas de autoexclusão, nas quais as próprias comunidades deixam de interagir com as iniciativas propostas.

Concluimos, deste modo, que a cultura e as artes, quando pensadas de forma participativa, podem ser um motor de transformação social. O projeto aqui proposto é uma tentativa de demonstrar essa possibilidade, respeitando a realidade complexa onde se insere e acreditando no potencial da comunidade e do trabalho desenvolvido pelo *Cercar-te no Lagarteiro* como um ponto de partida para um processo mais amplo de valorização da identidade do bairro. O caminho promete ser longo e desafiante, mas é isso que torna esta proposta tão promissora e necessária.

BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Asencio, G. (2022). Coesão social e desenvolvimento local. *Ambiente Legal*. Disponível em: <https://www.ambientelegal.com.br/coesao-social-e-desenvolvimento-local/>

Augusto, N. M. (s.d.). *Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão*. Comunicação apresentada no IV Congresso Português de Sociologia. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462df3cd04e3f_1.pdf

Bezerra, J. A. (2011). *Como definir o bairro? Uma breve revisão*. *Cadernos de Geografia*, 1(1), 21-31. Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil: Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Regional (NuGAR), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/310>

Caixado, M. Q. (2017). *Arte urbana: estratégias de revitalização dos espaços públicos degradados* [Dissertação de mestrado, Universidade Lusíada]. Universidade Lusíada Repositório. Disponível em: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/2639>

Campos, R., & Câmara, S. (2019). *Arte(s) urbana(s)*. *Húmus*. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/45446967/ARTE_S_URBANA_S_DIGITAL.pdf

Canário, R. (1999). *A Animação Sociocultural. Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa. Educa. 7: 79-83

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho]. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/73734>

Correia, L. R. F. (2023). *Avaliação do Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente: O programa Nosso Bairro, Nossa Cidade* [Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve, Faculdade de Economia]. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/entities/publication/9a852303-ceea-4342-80e0-8a3f5baba0cd>

Costa, A. F. (2008). *Sociedade de bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural* (2.^a ed.). Celta Editora. (Primeira edição publicada em 1999). Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4722/1/Costa%2C%20AF%20%282008%29%2C%20Sociedade%20de%20Bairro.%20Din%3%A2micas%20Sociais%20da%20Identidade%20Cultural.pdf>

Costa, A. C. G. da, Domingos, B. S. M., Gomes, C., & Zanetti, V. R. (2024). *Artivismo muralista nas intervenções de Mundano e Daiara Tukano em metrópoles brasileiras*. Ponto Urbe. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pontourbe/article/view/232400/210658>

Dias, N. (2019). Imigração, patrimónios culturais e coesão social em contexto de superdiversidade: Estudo de caso de uma abordagem participativa na Freguesia de Arroios. In *Queering the city – Cidades, Comunidades e Territórios*. DINÂMIA'CET-IUL. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/1689>

Dorneles, P. S., & Carvalho, C. R. A. de. (2024). A relevância das políticas públicas culturais de base comunitária na acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. *Cadernos de Sociomuseologia*, 68(24). Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/9828>

Ferreira, A. C. C. (2014). *Viver num bairro social e as relações de vizinhança: Um estudo sociológico no bairro de Santa Tecla* (Dissertação). Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34228/1/Tese.pdf>

Fernandes de Castro, A. L. (2014). *Arte urbana: Estudo exploratório da sua relação com as cidades e proposta de projeto prático para o Porto* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/78051>

Fernandes, J. C. F. (2015). *O bairro na cidade: Génese de vida social de bairro nas áreas urbanas de génese ilegal* (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11326?locale=en>

Fonseca, M. A. (2010). *O lugar da fábrica: História e evolução urbanística* (Dissertação). Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade da Beira Interior. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2262/2/O%20Lugar%20da%20Fabrica.pdf>

Fonseca, R. F. C. (2021). *Diversidade cultural em contexto educativo* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação, Politécnico de Coimbra]. Disponível em: [Diversidade Cultural em Contexto Educativo.pdf](#)

Gama, M. (Coord.). (2020). *Cultura no pós-Norte 2020: Relatório final*. Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura (POLObs), Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Disponível em: <https://polobs.pt/wp-content/uploads/2020/02/POLOBS-Estudo-Cultura-no-pos-Norte-2020-RELATORIO-FINAL-P.pdf>

Glossick, J. (s.d). *Cidade industrial - cidade principal Manchester* (pp. 72-87). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4688040/mod_resource/content/1/textoSD-Cidade%20Industrial.pdf

Gómez Alvarez, F., Bernardino, H., Cirillo, J., Dala, J., Farina, T., Fernandes, J. V., Guerra, P., Kumm, R., Mello, J., Pedroni, F., Rodrigues, I. D. B., Sousa, S., Tasso, L., & Torquatro, J. (2025). *Arte e sociedade: Educação, identidade e inovações visuais no século XXI*. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/165417/2/710561.pdf#page=22>

Gonçalves, A. C. (1988). Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia (Série I)*, 4, 15–31. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1547.pdf>

Gonçalves, C., Borges, M., Marques, J. L., & Trigo, S. (2024, maio). *Habitar habitats de segregação funcional persistente em bairros de arrendamento público geridos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana*. DINÂMIA'CET-Iscte. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/8462>

Gonçalves, E. M. V. (2014). *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933: A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno* (Tese de doutoramento). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/129638>

Guerra, P., & Campos, R. (2023). *COMbART: Arte, Ativismo e cidadania. Utopias e futuros imaginados*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19647.pdf>

Guerra, P., & Quintela, P. (2007, junho). *A Cultura como alavanca de inclusão e de participação social: Uma nova geração de políticas públicas de proximidade*. Apresentado na First International Conference of Young Urban Researchers, CIES – Centre for Research and Studies in Sociology, Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53670>

Henriques, J. P. V. (2023). *Coesão social na União Europeia: O cidadão faz a união?* [Tese de doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/31978?locale=en>

Khan, S. (2024). Cultural diversity and social cohesion: Perspectives from social science. *Physical Education, Health and Social Sciences*, 2(2). University of HITIC. Disponível em: <https://journal-of-social-education.org/index.php/Jorunal/article/view/29/57>

Larsen, M. M., Boehnke, K., Esenaliev, D., & Brück, T. (2021). Social cohesion, ethnicity and well-being: Results from an intervention study in Kyrgyzstan. *Cultural-Historical Psychology*, 17(4), 46–55. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357100197_Social_Cohesion_Ethnicity_and_Well-Being_Results_from_an_Intervention_Study_in_Kyrgyzstan

Matos, F. L. de. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901–1956. *Análise Social*, 29(127), 677–695. Disponível em <https://chatgpt.com/c/6819149e-09f0-8002-bcde-50b0c5776c58>

Moino, C. C. (2023). Estudo do crescimento urbano na cidade de Santos e a formação de regiões socioeconômicas e ambientais vulneráveis. *Revista Arte 21*, 20(1), 26–43. Disponível em: <https://revistas.belasartes.br/arte21/article/view/448/461>

Moreira, A. S. M. (2015). "*Há vida no bairro!*": Um projeto de educação e intervenção social (Dissertação de mestrado). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/7646>

Observatório da Cultura e Comunicação Social. (2024, janeiro). *Reflexões sobre política cultural* (L. M. Monteiro & M. M. P. Barbosa, Relatoras). Policy Paper. Disponível em: <https://sedes.pt/wp-content/uploads/2024/01/Policy-Paper-7-2024-Cultura.pdf>

Organização das Nações Unidas. (s.d.). *Universal Declaration of Human Rights*. Recuperado a 10 de janeiro de 2025, de <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>

Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13, 139–148. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13724/2/artigo8461000072025.pdf>

Pereira, J. V. A. D. (2012). Espaços industriais e comunidades operárias: O caso de estudo português e a tradição historiográfica europeia. *Revista Brasileira de História*, 32(64), 27–44. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/HQHdzLQkyRJPqpbRPTj6kj/abstract/?lang=pt>

Pereira, M. J. P. (2011). *A infância no Bairro do Lagarteiro: Modos de ser criança em territórios de exclusão* [Dissertação de mestrado, Universidade, Faculdade de Sociologia da Infância]. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13587>

Pereira, M. J. P. (2017). *Participação das crianças em territórios de exclusão social: Possibilidades e constrangimentos de uma cidadania infantil ativa* [Dissertação de Mestrado,

Universidade do Minho, Instituto de Educação]. Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/50805>

Pinto, P. T. (2013). *Social participation in the context of the urban public space renewal: The case of Lagarteiro neighborhood in Oporto*. *Journal of Civil Engineering and Architecture*, 7(11), 1445-1457. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/18072/1/5551ad0934242.pdf>

Pinto, V. E. M. (2009). *Revolução (des)industrial - Museificar, reutilizar e converter* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura). Departamento de Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra. Orientada pelo Professor Doutor Nuno Grande. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/11536>

PNA. (2024). *Manifesto Estratégia Nacional para a Promoção da Acessibilidade à Cultura (2024-2029)*. Recuperado a 10 de janeiro de 2025, de https://educador.pt/wp-content/uploads/2024/10/Manifesto_Estrategia_PNA_2024_2029.pdf

Pola, C. S. V. P., & Cavalcanti, M. S. F. (2024). Quinta do Mocho: A arte como inédito viável. *Cadernos de Sociomuseologia*, 67(23), [153-166]. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/9490>

Raposo, O., & Aderaldo, G. (2019). Políticas públicas e produção artístico-cultural entre jovens das periferias de Lisboa e São Paulo. *Etnográfica*, 23(1), 67–87. Disponível em: <https://colab.ws/articles/10.4000%2Fetnografica.6395>

Raposo, P. (2023). *Arte e política: O Ativismo como linguagem e ação transformadora do mundo*. São Paulo, v. 8, 2023: *Dossiê Mundos em Performance: Napedra 20 anos*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/202989/193268>

Raposo, P. (2022). *Performances políticas e Ativismo : Arquivo, repertório e re-performance*. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/381439177_Performances_politicas_e_artivismo_Arquivo_repertorio_e_re-performance

Raposo, P. (2015). "Artivismo ": articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de Arte e Antropologia*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/909>

Ribeiro, R. J., & Mallagutti, M. M. da S. (2024). *Ativismo sociopolítico em artes urbanas, de Miguel Januário*. *Revista do Colóquio de Arte e Pesquisa do PPGA-UFES*. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/colartes/article/view/42931/30418>

Rigoli, M. U., & Moraes, J. N. L. (2020). Democratização da cultura e democracia cultural: Rotas para um horizonte utópico. In *5ª SEBRAMUS: Museologia em movimento: lutas e resistências*. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Património. Disponível em: https://www.academia.edu/122209808/DEMOCRATIZA%C3%87%C3%83O_DA_CULTURA_E_DEMOCRACIA_CULTURAL_rotas_para_um_horizonte_ut%C3%B3pico

Rodrigues, E. V. (2010). O Estado e as políticas sociais em Portugal: Discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 191–230. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2285>

Sá Marques, T. (2007). Lagarteiro: redes de actores e processos de aprendizagem. *Inforgeo*, (22), 115–126. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277037190_Lagarteiro_redes_de_actores_e_processos_de_aprendizagem

Sá Marques, T. (Coord.), Ribeiro, C., Dias, I., Fernandes, M., Guerra, P., Mealha, R., & Ferreira, E. (2006). *Lagarteiro: uma intervenção alicerçada na participação* (com a colaboração de F. Matos & B. Pires) [Relatório técnico]. Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73624/2/43791.pdf>

Santos, C. (s.d.). *Habitação social, vulnerabilidade social e serviço social: Um ensaio sobre o fracasso da mudança social nos bairros sociais* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação]. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18313>

Saraiva, D. T. C. (2014). *Democratização cultural em Portugal: Políticas culturais autárquicas* [Relatório de estágio de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra]. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/34685>

Saturnino, B. P. (2022). *A valorização do Graffiti e Arte Urbana nas comunidades de Lisboa* (Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26779/1/master_bruno_peron_saturnino.pdf

Silva, A. S. (2010). *Exclusão social e violências quotidianas em "bairros degradados": Etnografia das drogas numa periferia urbana*. *Revista Toxicodependências*, Volume 16, número 2, 15-27. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56404/2/86991.pdf>

Silva, B. V. S. (2022). *Espaço T – Galerias Comunitárias: criação e responsabilidade social* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação do Porto].

Silva, M. C., Ribeiro, F. B., Rodrigues, F. M., Baptista, L. V., Fontes, A. C., Jorge, A. R., & Cardoso, A. (2023). *Habitação e habitat: 'Ilhas' e bairros populares no Porto e em Braga*. Edições Húmus. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/91691/1/28.%20Habitac%CC%A7a%C%83o%20e%20Habitat.pdf>

Silva, L. (2019). *Graffiti e street art: Manifestações estéticas no Grande Porto*. *Sensos-e*, 6(3). Disponível em: <https://doi.org/10.34630/sensos-e.v6i3.3629>

Sousa, F. P. de. (2015). *A arquitetura do bairro social: Da participação à apropriação, 1945-presente* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/25860>

Teixeira, A. M. S. (2017). *A Arte Urbana e a cidade do Porto – Perspetivas* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/108879/2/231301.pdf>

Teixeira, V. de F. L. (2015). *Arte urbana: O caso do Porto* [Tese de mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas]. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/44304>

Teles, M. de M. R. G. (2020). *Arte ativista ou ativismo artístico? Da conceção Beuysiana de Escultura Social ao caso português Campanha Linha Vermelha* (Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/21004/4/master_mafalda_galvao_teles.pdf

UNESCO. (2024). *Acting for the recognition of culture as a global public good and a standalone goal*. Recuperado 20 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2024/12/20241212_Policy%20Brief%20Culture%20as%20a%20Global%20Public%20Good.pdf?hub=66775

UNESCO. (2024). *Policy brief: Culture as a global public good*. Recuperado a 19 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2024/12/20241212_Policy%20Brief%20Culture%20as%20a%20Global%20Public%20Good.pdf?hub=66775

UNESCO. (2024). *World conference on cultural policies and sustainable development: MONDIACULT 2022, Mexico City, 28-30 September 2022: Proceedings*. UNESCO. Recuperado a 19 de fevereiro de 2025. Disponível em: [UNESCO World conference on cultural policies and sustainable development MONDIACULT 2022, Mexico City 28-30 September 2022: proceedings - UNESCO Digital Library](https://www.unesco.org/digital-library/mondiacult-2022-proceedings)

van der Meer, T. W. G., & Tolsma, J. (2014). Ethnic diversity and its effects on social cohesion. *Annual Review of Sociology*, 40, 459–478. Disponível em: <https://repository.ubn.ru.nl/bitstream/handle/2066/133583/1/133583.pdf>

Vieira, T. J. B. (2007). *Artivismo : Estratégias artísticas contemporâneas de resistência cultural* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto). Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7307>

Vilas Boas, P. B. S. (2019). *Arte urbana como metodologia de reabilitação urbana: O caso do bairro social Quinta do Mocho* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Escola de Arquitectura]. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/60267>

WEBGRAFIA

AbrilAbril. (s.d.). *Processo SAAL*. Consultado a 5 de maio de 2025. Disponível em [https://www.abrilabril.pt/processo-saal:contentReference\[oaicite:20\]{index=20}](https://www.abrilabril.pt/processo-saal:contentReference[oaicite:20]{index=20})

Assembleia da República. (2005). *Constituição da República Portuguesa* (7.ª revisão). Consultado a 10 de janeiro de 2025. Disponível em <https://www.parlamento.pt/legislacao/documents/constpt2005.pdf>

Ágora Porto. (s.d.). *Arte Urbana*. Consultado a 26 de março de 2025. Disponível em <https://www.agoraporto.pt/entretenimento/arte-urbana>

Ágora Porto. (s.d.). *Já pode ser visto o novo Mural Coletivo da Restauração*. Consultado a 26 de março de 2025. Disponível em <https://www.agoraporto.pt/noticias/ja-pode-ser-visto-o-novo-mural-coletivo-da-restauracao>

Ágora Porto. (s.d.). *Atenção artistas! Há uma nova convocatória para o Mural da Restauração*. Consultado a 26 de março de 2025. Disponível em <https://www.agoraporto.pt/noticias/atencao-artistas-ha-uma-nova-convocatoria-para-o-mural-da-restauracao>

Barquinha, E. (2024). *Arte urbana: Como intervenções artísticas transformam espaços públicos e comunidades*. Barquinha Arte. Consultado a 3 de março de 2025. Disponível em https://www.barquinhaearte.pt/arte-urbana-intervencoes-artisticas/?utm_source

Câmara Municipal de Guimarães. (2018). *Plano Municipal de Cultura*. Câmara Municipal de Guimarães. Consultado a 10 de janeiro de 2025. Disponível em https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/writer_file/document/10195/plano_municipal_de_cultura.pdf

Conselho da Europa. (2015). *Diversity Advantage Challenge: Selected Initiatives*. Disponível em <https://edoc.coe.int/en/living-together-diversity-and-freedom-in-europe/6555-diversity-advantage-challenge-selected-initiatives.html>

Conselho da Europa. (2023). *Urban art for Intercultural Interaction – “O Bairro i o Mundo”*. Conselho da Europa. Consultado a 27 de março. Disponível em <https://www.coe.int/en/web/interculturalcities/-/o-bairro-e-o-mundo>

Diário da República. (2009). *Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio: Regime jurídico da reabilitação urbana*. Recuperado a 3 de maio de 2025. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2009-34511675>

Diário de Notícias. (2014). *“O Bairro i o Mundo” na Quinta do Mocho*. Diário de Notícias. Recuperado a 16 de fevereiro de 2025. Consultado a 26 de março de 2025. Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/o-bairro-i-o-mundo-na-quinta-do-mocho.html>

Espaço T. (s.d.). *O que fazemos: Arte pública*. Consultado a 20 de março de 2025. Disponível em: <https://espacot.pt/oque-fazemos#arte-publica>

Expresso. (2024, novembro 4). *“O Estado não chega a estas pessoas, mas o carro da polícia chega sempre”: Chalana, o maestro que dribla adversidades nos bairros do Porto*. Expresso. Consultado a 10 de março de 2025. Disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2024-11-04-o-estado-nao-chega-a-estas-pessoas-mas-o-carro-da-policia-chega-sempre-chalana-o-maestro-que-dribla-adversidades-nos-bairros-do-porto-175e0218>

ICOM – International Council of Museums. (2022, agosto). *Nova definição de museu*. Cultura Portugal. Consultado a 3 de maio de 2025. Disponível em <https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/saber/2022/08/nova-definicao-de-museu-icom/>

Instituto Português do Desporto e Juventude. (n.d.). *Início*. Disponível em <https://ipdi.gov.pt/>

ODSlocal. (s.d.). *Cercar-te no Lagarteiro – E9G*. Disponível em [https://odslocal.pt/projetos/cercar-te-no-lagarteiro-e9g-1978:contentReference\[oaicite:17\]{index=17}](https://odslocal.pt/projetos/cercar-te-no-lagarteiro-e9g-1978:contentReference[oaicite:17]{index=17})

Público (2012, 24 de junho). Reabilitação deixada a meio gera indignação no Bairro do Lagarteiro. *Público*. Consultado a 25 de fevereiro de 2025. Disponível em <https://www.publico.pt/2012/06/24/jornal/reabilitacao-deixada-a-meio-gera-indignacao-no-bairro-do-lagarteiro-24780593>

Público. (2015, 6 de dezembro). *Quinta do Mocho: Como um bairro problemático se transformou numa galeria de arte pública*. Consultado a 5 de maio. Disponível em <https://www.publico.pt/2015/12/06/local/noticia/quinta-do-mocho-como-um-bairro-problematico-se-transformou-numa-galeria-de-arte-publica-1716490>

Segurança Social. (s.d.). *Instituições particulares de solidariedade social (IPSS)*. Segurança Social. Consultado a 9 de março de 2025. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/ipss>

Time Out Lisboa. (2024, 6 de setembro). *Infinito dá cor a quatro fachadas do bairro da Torre*. Consultado a 15 de fevereiro de 2025. Disponível em <https://www.timeout.pt/cascais/pt/noticias/infinito-da-cor-a-quatro-fachadas-do-bairro-da-torre-090624>

UNESCO. s.d. *Creativity and Cities: Creativity and Urban Regeneration*. Recuperado a 18 de dezembro de 2024. Disponível em <https://www.unesco.org/en/creative-cities/creativity-and-cities?hub=80094>

UNESCO Portugal. (s.d.). *Clubes UNESCO*. Consultado a 14 de março de 2025. Disponível em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/redes-unesco/clubes-unesco>

APÊNDICES

Apêndice A – Participantes do Cercar-te durante atividade de multimédia



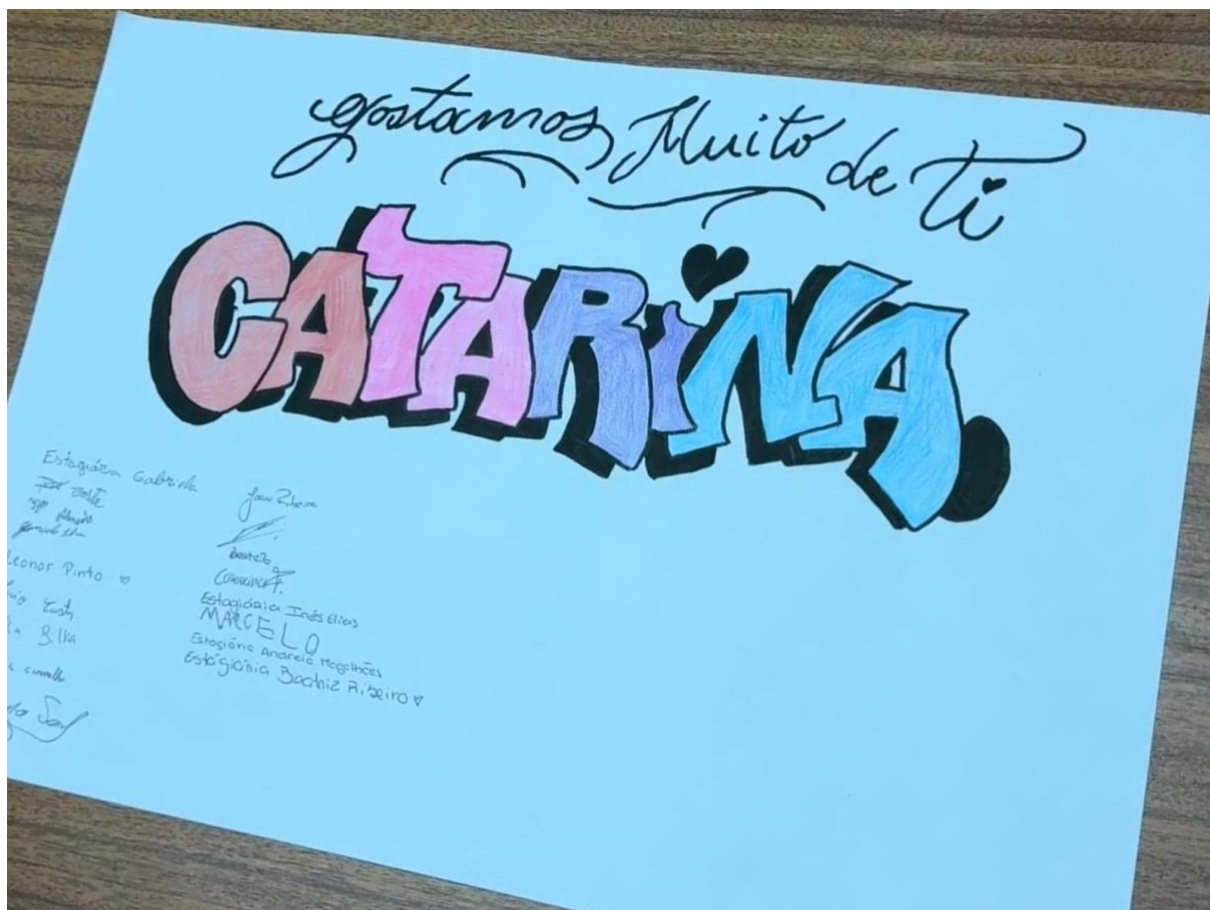
Apêndice B – Retratos feitos pelos participantes durante a atividade de artes plásticas para o Dia do Pai



Apêndice C – “Ser amigo é...”



Apêndice D – Desenho feito pelos participantes do Cercar-te e assinado por todos para nos despedirmos da coordenadora, Catarina Figueiredo



ANEXOS

Anexo A – Questões colocadas a Catarina Figueiredo, coordenadora do Cercar-te no Lagarteiro – E9G

1. De que formas é que o Cercar-te tem impactado a vida dos participantes?

R: O Cercar-te no Bairro do Lagarteiro é um espaço seguro, não apenas num sentido literal. É um espaço onde os participantes podem ser crianças: são acolhidos, ouvidos, respeitados e considerados. Com as atividades proporcionamos um leque alargado de experiências e atividades: algumas crianças só vão a museus, espetáculos ou à praia connosco, por exemplo. Temos uma preocupação grande em proporcionar-lhes bons momentos, que contraponham as dificuldades e fragilidades que conta a sua história de vida. As crianças gostam de estar aqui, a maioria vem por vontade própria, e temos um grupo muito consistente - que vem todos os dias e passa muitas horas connosco.

As experiências são também apresentadas como alternativas de carreira, uma vez que são crianças com uma relação difícil com a aprendizagem e o ensino comum. Apesar disso, não descuidamos o sucesso escolar, com apoio na realização dos trabalhos de casa, acompanhamento do estudo e intervenção em dificuldades específicas. Somos a única oferta gratuita do território e, por isso, a única resposta para muitas das famílias. Concretamente, ajudamos a recuperar negativas, a desenvolver competências como a leitura ou literacia digital, encaminhamos para respostas sociais quando é necessário. O impacto é direto, como quando encaminhamos para apoio psicólogo crianças com problemas de comportamento ou em situações de luto, mas também indireto, porque acompanhamos crianças que, sem nós, estariam sem orientação, na rua. Somos uma referência, as crianças e as famílias confiam em nós. Acontece, por exemplo, pedirem apoio para resolver problemas externos ao projeto, como conflitos no recinto escolar.

2. Achas que a cultura pode ter um papel na valorização do Bairro do Lagarteiro? De que forma?

R: O Bairro do Lagarteiro tem baixa autoestima, um sentimento de segregação muito acentuado e um posicionamento fechado sobre si mesmo. Acho que a cultura pode ter um importante papel agregador, construindo sentido de identidade e de valorização. Permitir que os residentes se envolvam em atividades culturais faz com que se sintam vistos e considerados, é um reconhecimento e um convite. Além disso, a cultura pode abrir portas à inclusão, combatendo o estigma e mostrando as suas potencialidades ao mundo exterior. O acesso à cultura amplia horizontes, desenvolve habilidades e cria formas de pensar e de se expressar. A cultura é motor de transformação, é uma forma de mobilizar boas experiências para contornar fragilidades.

3. Há exemplos concretos de atividades promovidas pelo Cercar-te que tiveram um impacto positivo na autoestima dos participantes?

R: Existem vários exemplos, nem todos facilmente narrados por esta via porque são frutos de um trabalho de continuidade e são resultados mais subtis. Mas posso dar o exemplo de um aluno, com dificuldades de integração social, que participou num curso de improviso, onde se destacou, e verbalizou que nunca ninguém lhe tinha dito que ele era capaz de fazer alguma coisa. Temos também dois alunos regulares nas aulas de breaking, que descobriram um caminho vocacional e querem explorar esta modalidade como possibilidade de futuro e que ganharam à vontade para apresentar em público, tendo dançado num evento de grande alcance na Avenida dos Aliados.

Outro indicador que me parece muito positivo, é o facto de, tendo sido desafiados para criarem um espetáculo para o público geral, os nossos participantes escolheram criar e produzir um documentário sobre o bairro, mais confiantes para experimentar coisas novas e para fazerem ouvir a sua voz.

4. Qual consideras ser a importância da cultura e das artes nestas comunidades? O que sentes falta em questão de acesso à cultura?

R: O acesso a experiências culturais é especialmente importante para crianças e jovens que crescem em contextos de vulnerabilidade social. Através da cultura, encontram diferentes

formas de expressar emoções, contar as suas histórias e afirmar-se no mundo. São experiências fundamentais para descobrir talentos, propor novos caminhos vocacionais a crianças com uma relação difícil com a escola, e para desenvolver competências essenciais. Num território muitas vezes esquecido e marginalizado, a cultura cria espaços de valorização, de pertença e de descoberta, ampliando horizontes, criando oportunidades e revelando possibilidades que, de outra forma, poderiam parecer inacessíveis. A vivência cultural não só constrói um sentido de pertença, que é fundamental para a inclusão social, como desafia, inspira e cativa, desbravando caminhos e novas narrativas de vida a crianças e jovens que crescem com poucas perspectivas de futuro. Além da possibilidade de expressão individual, a cultura promove sentido de identidade comunitária, agindo como agregador de uma comunidade, criando pontes e combatendo o estigma. A cultura é uma ferramenta de inclusão social e ajuda a prevenir fenómenos como violência e exclusão.

No Bairro do Lagarteiro acho que faltam dois elementos essenciais para construir uma relação com a cultura: mobilidade geográfica e acesso precoce. Falta facilidade para saírem do bairro e circularem pela cidade, e falta contacto com a cultura desde cedo. O bairro é muito fechado sobre si próprio. Está longe dos principais espaços culturais do Porto e tem uma rede de transportes públicos muito limitada e irregular. A cultura tem que ser acessível e apelativa, senão fica logo fora do alcance. A cultura tem que ser acessível e apelativa. Além das resistências do território, os residentes sentem que a cultura não é para si. A cultura tem que ser um convite e, por isso, democrática - nos espaços, na linguagem, na divulgação e na entrega. É essencial criar sensibilidade cultural desde muito cedo, para que a cultura não seja sentida como algo estranho ou distante. Em resumo, temos que permitir que as pessoas possam e queiram ir a espaços ou experiências culturais, como temos que trazer momentos e espaços para dentro do bairro, e temos que o fazer de forma transversal e consistente.

5. Que lições retiras do projeto, enquanto coordenadora? O que falta melhorar? O que ainda há por fazer?

R: É difícil resumir o que esta experiência me tem permitido aprender. Vou destacar a confirmação de que a presença contínua e o trabalho de proximidade fazem mesmo a

diferença. Não é suficiente levar cultura de forma pontual, é preciso construir relações e criar confiança. Aqui, cada conquista é feita de pequenos passos.

O bairro precisa de mais comunicação com outros equipamentos culturais da cidade, a falta de mobilidade é um obstáculo significativo. É fundamental trazer infraestruturas diversas para o território, mais eventos culturais, mais momentos de diálogo, para que a cultura se construa à medida daqueles a quem se destina. É preciso uma rede de transportes mais consistente, mais espaços comuns, mais elementos artísticos, mais infraestruturas e mais trabalho em rede das entidades da comunidade. Falta ainda abrir mais portas, criar mais pontes e uma linguagem comum, para que quem vive no bairro sinta, sem dúvidas, que também tem lugar no mundo da cultura.

6. Consideras que a minha proposta de projeto para a valorização do Bairro é viável?

Que desafios antecipas?

R: Sim, principalmente porque resolve o problema a partir de dentro. A cultura tem que vir ao encontro do bairro, ouvindo quem aqui vive e criando respostas à sua medida. Pode ser um veículo para construir sentido de comunidade e para dar autoestima a um território que se sente muitas vezes diminuído e esquecido. Quando as pessoas se sentem representadas e valorizadas pelo que vivem e pelo que fazem, cria-se um ambiente de partilha e de impacto real. A valorização daquilo que é local e autêntico traz um poder transformador, permitindo que o bairro se veja como protagonista da sua própria história e do seu futuro. As pessoas do Bairro do Lagarteiro merecem sentir-se vistas. A partir daqui, pode despertar curiosidade e abrir portas culturais além das fronteiras do bairro, como uma ponte que liga o bairro a outros mundos culturais.

Os desafios que antecipo prendem-se com questões de logística e operacionalização. Por outro lado, a comunidade tende a ser resistente. O trabalho de sensibilização tem que contínuo, garantindo que os espaços e experiências são plurais e inclusivas, e o movimento de aproximação tem que ser positivo e apelativo.

ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

P.PORTO

M

MESTRADO

Património, Artes e Turismo Cultural

**Arte e Cultura: Contributos para a
Valorização do Bairro do Lagarteiro**
Andreia Magalhães

